

Desenvix Energias Renováveis S.A.

**Informações Trimestrais (ITR) em
30 de junho de 2011
e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais**



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Desenvix Energias Renováveis S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Desenvix Energias Renováveis S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e de seis meses findos nessa data, bem como as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Desenvix Energias Renováveis S.A.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota 1(a)(ii), encontram-se em construção três parques eólicos, duas pequenas centrais hidrelétricas, uma usina térmica de biomassa e duas linhas de transmissão, cujo plano estratégico de investimentos contempla a utilização de recursos próprios e de terceiros, mediante a contratação de financiamentos de longo prazo junto a bancos oficiais de fomento. A administração da Companhia, considerando a importância dos referidos empreendimentos no contexto de suas operações, que possibilitarão a geração de receitas e resultados importantes, decidiu dar início a sua construção utilizando recursos financeiros próprios e de terceiros, mediante a contratação de financiamentos ponte, até que ocorra a liberação dos financiamentos de longo prazo. Como mencionado na Nota 1(d), o equilíbrio financeiro de curto prazo da Companhia, que apresenta, em 30 de junho de 2011, excesso de passivos sobre ativos circulantes, no montante de R\$ 297.678 mil, está condicionado e será restabelecido à medida em que a Companhia e suas empresas controladas recebam o saldo remanescente dos recursos financeiros dos financiamentos de longo prazo ainda não liberados, no montante remanescente de R\$ 342.398 mil. Nos meses de julho e agosto de 2011, foram recebidas parcelas dos referidos financiamentos, no montante total de R\$ 233.908 mil, remanescendo saldo a receber de R\$ 108.490 mil. Parcela do montante recebido foi utilizada no pagamento dos financiamentos ponte de curto prazo, no montante de R\$ 135.000 mil. Ademais, a Companhia está avaliando alternativas de captação de instrumentos de patrimônio para o segundo semestre de 2011 com investidor estratégico de grande porte do setor para fazer face a implementação de seu plano estratégico.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

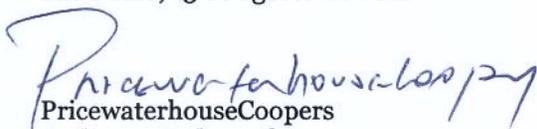


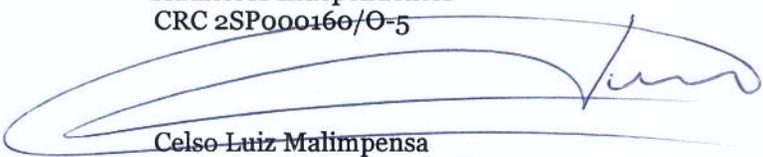
Desenvix Energias Renováveis S.A.

Partes relacionadas

Conforme mencionado nas Notas 1 e 11 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas empresas controladas mantêm relações e operações em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas.

São Paulo, 15 de agosto de 2011


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Celso Luiz Malimpensa
Contador CRC 1SP159531/O-0

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	9
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	10
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	11
---------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	13
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	14
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	15
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	16
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	17
--------------------------	----

Notas Explicativas	40
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva - Sem Ressalva - Sem Ressalva	113
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	100.000.000
Preferenciais	0
Total	100.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	829.855	644.077
1.01	Ativo Circulante	14.791	58.399
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.546	39.135
1.01.03	Contas a Receber	2.790	6.906
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.715	1.446
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.949	3.251
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	791	7.661
1.01.08.03	Outros	791	7.661
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	737	7.661
1.01.08.03.02	Outros	54	0
1.02	Ativo Não Circulante	815.064	585.678
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	241.505	173.828
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	241.505	173.828
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	241.505	173.828
1.02.02	Investimentos	543.634	381.919
1.02.03	Imobilizado	282	291
1.02.04	Intangível	29.643	29.640

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	829.855	644.077
2.01	Passivo Circulante	233.436	32.048
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.148	913
2.01.01.01	Obrigações Sociais	106	185
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.042	728
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.516	3.970
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.516	3.970
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	145.321	18.612
2.01.05	Outras Obrigações	82.451	8.553
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	76.989	5.146
2.01.05.02	Outros	5.462	3.407
2.01.05.02.04	Fornecedores	2.917	761
2.01.05.02.05	Contas a pagar por aquisição de terra	2.529	2.646
2.01.05.02.06	Outros	16	0
2.02	Passivo Não Circulante	16.656	23.435
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	13.151	17.464
2.02.03	Tributos Diferidos	3.505	3.505
2.02.04	Provisões	0	2.466
2.02.04.02	Outras Provisões	0	2.466
2.02.04.02.04	Provisão para passivo a descoberto	0	2.466
2.03	Patrimônio Líquido	579.763	588.594
2.03.01	Capital Social Realizado	546.787	546.787
2.03.04	Reservas de Lucros	6.220	6.220
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-10.495	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	37.251	35.587

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.506	3.059	749	1.485
3.01.01	Serviços prestados	1.506	3.059	749	1.485
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.454	-3.282	-974	-1.802
3.02.01	Custo das vendas e dos serviços prestado	-1.454	-3.282	-974	-1.802
3.03	Resultado Bruto	52	-223	-225	-317
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11	-1.844	4.677	5.445
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.954	-3.413	-231	-1.374
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-315	-219	1.421	1.421
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.203	-4.368	-494	-2.128
3.04.05.01	Honorários da administração	-1.026	-1.977	-309	-438
3.04.05.02	Com estudos em desenvolvimento	-1.177	-2.391	-185	-1.690
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.461	6.156	3.981	7.526
3.04.06.01	Equivalência patrimonial	3.711	7.789	3.625	7.422
3.04.06.02	Dividendos recebidos	750	833	212	212
3.04.06.03	Provisão para passivo a descoberto	0	-2.466	144	-108
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	41	-2.067	4.452	5.128
3.06	Resultado Financeiro	-5.846	-9.285	-3.329	-6.633
3.06.01	Receitas Financeiras	43	929	20	45
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.889	-10.214	-3.349	-6.678
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-5.805	-11.352	1.123	-1.505
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	857	48	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-5.805	-10.495	1.171	-1.505
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-5.805	-10.495	1.171	-1.505
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,05800	-0,10490	0,28280	-0,40210
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,05800	-0,10490	0,28280	-0,40210

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-10.153	-5.290
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	592	-1.518
6.01.03	Outros	-10.745	-3.772
6.01.03.01	Juros pagos sobre financiamentos	-10.745	-3.483
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-289
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-148.907	1.288
6.02.01	(Aplicação) resgate de aplicação financeira restrita	0	-16
6.02.02	Aquisição de investimentos	-4.147	-10.140
6.02.03	Aquisição de terras	-3.145	-7.302
6.02.04	Dividendos recebidos	8.321	10.350
6.02.05	Aquisição de bens do imobilizado e intangível	-10	-22
6.02.07	Concessão e pagamentos de recursos	-219.375	-583
6.02.08	Obtenção e recebimento de recursos	71.843	23.557
6.02.09	Gastos apropriados ao ativo intangível	-2.394	-14.556
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	124.471	4.340
6.03.01	Obtenção de financiamentos	124.471	0
6.03.02	Pagamentos de financiamentos - principal	0	-7.290
6.03.03	Aumento ou integralização de capital e adiantamentos	0	11.630
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-34.589	338
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	39.135	1.775
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.546	2.113

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	546.787	35.587	6.220	0	0	588.594
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	546.787	35.587	6.220	0	0	588.594
5.05	Resultado Abrangente Total	0	1.664	0	-10.495	0	-8.831
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-10.495	0	-10.495
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	1.664	0	0	0	1.664
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	2.521	0	0	0	2.521
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	-857	0	0	0	-857
5.07	Saldos Finais	546.787	37.251	6.220	-10.495	0	579.763

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	178.000	33.069	24.323	-8.195	3.750	230.947
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	178.000	33.069	24.323	-8.195	3.750	230.947
5.04	Transações de Capital com os Sócios	42.300	0	-24.300	28.831	-3.750	43.081
5.04.01	Aumentos de Capital	42.300	0	-24.300	0	-3.750	14.250
5.04.08	Ganho na variação de percentual de participação	0	0	0	28.831	0	28.831
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.505	0	-1.505
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.505	0	-1.505
5.07	Saldos Finais	220.300	33.069	23	19.131	0	272.523

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	2.801	11.321
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.240	1.620
7.01.02	Outras Receitas	-219	1.421
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	0	8.280
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-220	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.659	-3.279
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.176	-460
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.017	-2.711
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-2.466	-108
7.03	Valor Adicionado Bruto	-5.858	8.042
7.04	Retenções	-19	-4
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19	-4
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-5.877	8.038
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.551	7.679
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.789	7.422
7.06.02	Receitas Financeiras	929	45
7.06.03	Outros	833	212
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.674	15.717
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.674	15.717
7.08.01	Pessoal	4.304	9.954
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-676	341
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.541	6.805
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-10.495	-1.383
7.08.04.02	Dividendos	-10.495	-1.383

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.359.101	1.133.738
1.01	Ativo Circulante	42.889	93.408
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	17.020	57.672
1.01.03	Contas a Receber	13.774	28.107
1.01.04	Estoques	683	653
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.633	2.288
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.771	4.688
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.008	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.316.212	1.040.330
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	49.516	44.525
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	17.057	18.139
1.02.01.06	Tributos Diferidos	888	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	31.359	26.379
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	212	7
1.02.02	Investimentos	103.259	87.660
1.02.03	Imobilizado	1.057.487	807.875
1.02.04	Intangível	105.950	100.270

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.359.101	1.133.738
2.01	Passivo Circulante	340.567	118.918
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.476	1.721
2.01.01.01	Obrigações Sociais	765	434
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.711	1.287
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.374	9.822
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.166	2.288
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.166	2.288
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	8.208	7.534
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	174.905	47.920
2.01.05	Outras Obrigações	150.450	55.417
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	62.884	19.176
2.01.05.02	Outros	87.566	36.241
2.01.05.02.04	Fornecedores	74.188	24.211
2.01.05.02.05	Contas a pagar por aquisição de terras	4.217	4.972
2.01.05.02.06	Concessões a pagar	5.319	5.266
2.01.05.02.08	Outros Passivos Circulantes	3.842	1.792
2.01.06	Provisões	2.362	4.038
2.01.06.02	Outras Provisões	2.362	4.038
2.01.06.02.04	Provisão para custos socioambientais	2.362	1.801
2.01.06.02.05	Provisão para perdas	0	2.237
2.02	Passivo Não Circulante	437.418	426.596
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	362.591	351.092
2.02.02	Outras Obrigações	69.438	69.373
2.02.02.02	Outros	69.438	69.373
2.02.02.02.03	Indenizações a pagar	2.051	1.988
2.02.02.02.04	Concessões a pagar	67.387	67.385
2.02.03	Tributos Diferidos	3.505	3.505
2.02.04	Provisões	1.884	2.626
2.02.04.02	Outras Provisões	1.884	2.626
2.02.04.02.04	Provisão para custos socioambientais	1.884	2.626
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	581.116	588.224
2.03.01	Capital Social Realizado	546.787	546.787
2.03.04	Reservas de Lucros	5.850	5.850
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-10.336	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	37.251	35.587
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.564	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	27.992	55.178	30.515	60.917
3.01.01	Fornecimento de energia elétrica	25.524	50.971	28.989	58.015
3.01.02	Serviços prestados	2.468	4.207	1.526	2.902
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-11.496	-22.486	-11.857	-22.285
3.02.01	Custo das vendas e dos serviços prestados	-1.450	-2.701	-987	-1.730
3.02.02	Custo do serviço de energia elétrica	-10.046	-19.785	-10.870	-20.555
3.03	Resultado Bruto	16.496	32.692	18.658	38.632
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.211	-14.190	-1.787	-8.475
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.855	-8.729	-2.780	-7.519
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	0	-2.466	0	0
3.04.03.01	Perdas com contratos de energia	0	-2.466	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-317	-209	1.415	1.417
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.203	-4.368	-634	-2.534
3.04.05.01	Honorários da administração	-1.026	-1.977	-449	-844
3.04.05.02	Com estudos em desenvolvimento	-1.177	-2.391	-185	-1.690
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.164	1.582	212	161
3.04.06.01	Equivalência patrimonial	414	749	0	-51
3.04.06.02	Dividendos recebidos	750	833	212	212
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	10.285	18.502	16.871	30.157
3.06	Resultado Financeiro	-14.686	-27.363	-14.358	-28.799
3.06.01	Receitas Financeiras	656	2.470	448	941
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.342	-29.833	-14.806	-29.740
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-4.401	-8.861	2.513	1.358
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.326	-1.477	-974	-2.034
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-5.727	-10.338	1.539	-676
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-5.727	-10.338	1.539	-676
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-5.727	-10.336	1.184	-1.317
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	-2	355	641

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,05727	-0,10340	0,37290	-0,18060
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,05727	-0,10340	0,37290	-0,18060

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	33.457	29.318
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	77.050	42.417
6.01.03	Outros	-43.593	-13.099
6.01.03.01	Juros pagos sobre financiamentos	-40.249	-10.813
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	-3.344	-2.286
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-230.443	-77.211
6.02.01	(Aplicação) resgate de aplicação financeira restrita	0	-2.121
6.02.02	Aquisição de investimentos	-147	-4.975
6.02.03	Aquisição de terras	-1.254	-7.302
6.02.04	Dividendos recebidos	0	691
6.02.05	Aquisição de bens do imobilizado e intangível	-249.155	-53.335
6.02.07	Concessão e pagamentos de recursos	24.579	-531
6.02.08	Obtenção e recebimento de recursos	0	4.941
6.02.09	Gastos apropriados ao ativo intangível	-4.466	-14.579
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	156.334	42.328
6.03.01	Obtenção de financiamentos	154.471	233
6.03.02	Pagamentos de financiamentos - principal	0	-16.526
6.03.03	Aumento ou integralização de capital e adiantamentos	0	11.630
6.03.04	Integralização de capital por terceiros	0	48.006
6.03.05	Dividendos pagos	0	-1.015
6.03.06	Resgate de aplicação restrita	1.863	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-40.652	-5.565
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	57.672	30.331
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	17.020	24.766

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	546.787	35.587	6.220	-370	0	588.224	0	588.224
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	546.787	35.587	6.220	-370	0	588.224	0	588.224
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	1.566	1.566
5.04.08	Participação de não controladores decorrente da aquisição de participação acionária	0	0	0	0	0	0	1.566	1.566
5.05	Resultado Abrangente Total	0	1.664	0	-10.336	0	-8.672	-2	-8.674
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-10.336	0	-10.336	-2	-10.338
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	1.664	0	0	0	1.664	0	1.664
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	2.521	0	0	0	2.521	0	2.521
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	-857	0	0	0	-857	0	-857
5.07	Saldos Finais	546.787	37.251	6.220	-10.706	0	579.552	1.564	581.116

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	178.000	33.069	24.323	-9.880	3.750	229.262	22.458	251.720
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	178.000	33.069	24.323	-9.880	3.750	229.262	22.458	251.720
5.04	Transações de Capital com os Sócios	42.300	0	-24.300	28.831	-3.750	43.081	18.155	61.236
5.04.01	Aumentos de Capital	42.300	0	-24.300	0	-3.750	14.250	0	14.250
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-1.020	-1.020
5.04.08	Ganho na variação de percentual de participação	0	0	0	28.831	0	28.831	19.175	48.006
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.261	0	-1.261	585	-676
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.261	0	-1.261	585	-676
5.07	Saldos Finais	220.300	33.069	23	17.690	0	271.082	41.198	312.280

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	153.474	73.602
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	59.644	63.906
7.01.02	Outras Receitas	-207	1.416
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	94.257	8.280
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-220	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-58.426	-14.317
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.617	-5.757
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-54.839	-8.560
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	30	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	95.048	59.285
7.04	Retenções	-15.751	-14.028
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15.751	-14.028
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	79.297	45.257
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.052	1.102
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	749	-51
7.06.02	Receitas Financeiras	2.470	941
7.06.03	Outros	833	212
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	83.349	46.359
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	83.349	46.359
7.08.01	Pessoal	57.281	11.515
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.193	5.256
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	30.213	30.264
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-10.338	-676
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-10.336	-1.317
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-2	641

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - 2T11 e 1S11

Barueri, 15 agosto de 2011 – A *Desenvix Energias Renováveis S.A.*, empresa geradora de energia elétrica através de fontes renováveis, anuncia hoje seus resultados do 2T11 e 1S11. As informações financeiras e operacionais a seguir se referem aos resultados consolidados da *Desenvix Energias Renováveis S.A.*. Tais informações estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e também estão apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS). As informações estão apresentadas em Reais (R\$) e as comparações, exceto onde indicado, referem-se ao resultado do 2T10 e 1S10.

1) EVENTOS SOCIETÁRIOS E PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS

Os eventos societários e principais fatos administrativos ocorridos durante o 2T11 e período subsequente foram:

- Participação societária da Desenvix, de 25,5% na Goiás Transmissora S.A., autorizada pela ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 2.792 de 1º de maio de 2011;
- Participação societária da Desenvix, de 25,5% na MGE Transmissora S.A., autorizada pela ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 2.816 de 15 de março de 2011;
- Transferência do controle societário da Energen (Eólica Barra dos Coqueiros), mediante a transferência das do total das ações pertencentes a JP Participações para a Desenvix, autorizada pela ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 2.880 de 10 de maio de 2011;
- Em 20 de julho de 2011 a Desenvix realizou seu primeiro leilão de venda de energia de curto prazo, utilizando plataforma digital. A Desenvix já havia efetuado anteriormente venda de energia no Ambiente de Comercialização Livre (ACL), em contratos de longo prazo, mas esta foi a primeira vez para um contrato de curto prazo e utilizando um leilão virtual. Ressalta-se que a realização de leilão aproxima os agentes de mercado de energia à Desenvix, de forma que maiores oportunidades de negócios podem ser vislumbradas. Também marca a adição de novas atribuições para as atividades operacionais da companhia;
- Retomada da produção de energia elétrica da Unidade Geradora 01 e 02 da PCH Santa Rosa, durante o mês de junho;
- Liberação, no dia 26 de maio de 2011, da primeira parcela do financiamento do BNDES, no valor de R\$ 60 milhões, para a PCH Passos Maia;
- Liberação, no dia 11 de julho de 2011, da primeira parcela do financiamento do BNDES, no valor de R\$ 30 milhões, para a PCH Moinho;
- Liberação, nos dias 05 e 10 do mês de agosto de 2011, da primeira parcela do financiamento do BNB, no valor total de R\$ 193,6 milhões, para as Eólicas: Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra;
- A PCH Moinho recebeu em 10 de agosto de 2011 a autorização para enchimento do reservatório emitida pela FEPAM – AUTORIZAÇÃO GERAL N.º 580 / 2011-DL

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - 2T11 e 1S11

2) SOBRE A DESENVIX

A Desenvix Energias Renováveis S.A., constituída em 19 de maio de 1995, tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nas áreas de geração de energia elétrica originada de fontes renováveis e na área de transmissão de energia elétrica, bem como a prestação de serviços de assessoria, consultoria, administração, gerenciamento e supervisão, nas suas áreas de atuação.

A Desenvix foi constituída originalmente sob a forma de sociedade limitada, com a denominação social de Desenvix Empreendimentos Ltda. e, em 20 de novembro daquele mesmo ano a companhia foi transformada em uma sociedade por ações, passando a operar sob a denominação social "Desenvix S.A."

Inicialmente a proposta da Desenvix era investir e desenvolver novos negócios em infraestrutura em geral, porém, aproveitando a experiência de seus principais executivos, a empresa passou a atuar focada nos setores de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia atua de maneira integrada, dominando todo o ciclo de negócio, desde a execução de inventários, passando pelo licenciamento, modelagem econômico-financeira, financiamento, construção, até a operação de empreendimentos de transmissão e geração de energia, em todas as fontes de energia renovável.

A Desenvix possui mais de 15 anos de atuação no setor elétrico, tendo desenvolvido ou contribuído para implementação de mais de 5.000 MW em empreendimentos de geração em operação no Brasil. Os principais executivos das áreas operacionais da Companhia acumulam, em média, mais de 30 anos de experiência comprovada no setor elétrico, com atuação nas várias fases do ciclo de projetos do setor e mais de 35.000 MW em projetos de geração e transmissão desenvolvidos no Brasil e exterior. Essa experiência se soma a uma nova geração de profissionais capazes e motivados, formada nos últimos 10 anos dentro da própria Desenvix ou do Grupo Econômico.

A Companhia cresceu de 9 MW instalados em 2005 para 162 MW em 2010. Considerando o atual programa de expansão em que está envolvida, a Companhia deverá ter, e até meados de 2012, receitas equivalentes a 380 MW de potência instalada própria, considerando-se as receitas anuais permitidas (RAP) de suas linhas de transmissão.

Em julho de 2006, em associação com o Grupo Energia, a Desenvix constituiu a Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. (Enex), por meio da qual passou a atuar também como prestadora de serviços de operação e manutenção de usinas de geração e de sistemas elétricos. A ENEX conta hoje com uma extensa e diversificada carteira de clientes com mais de 1.000 MW em geração, e com 297 funcionários, tendo experimentado um crescimento expressivo nos últimos 5 anos.

A Desenvix tem como acionistas o Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix, administrado pela Caixa Econômica Federal, e o Fundo de Investimento em Participações Desenvix, administrado pelo banco BTG Pactual.

Comentário do Desempenho

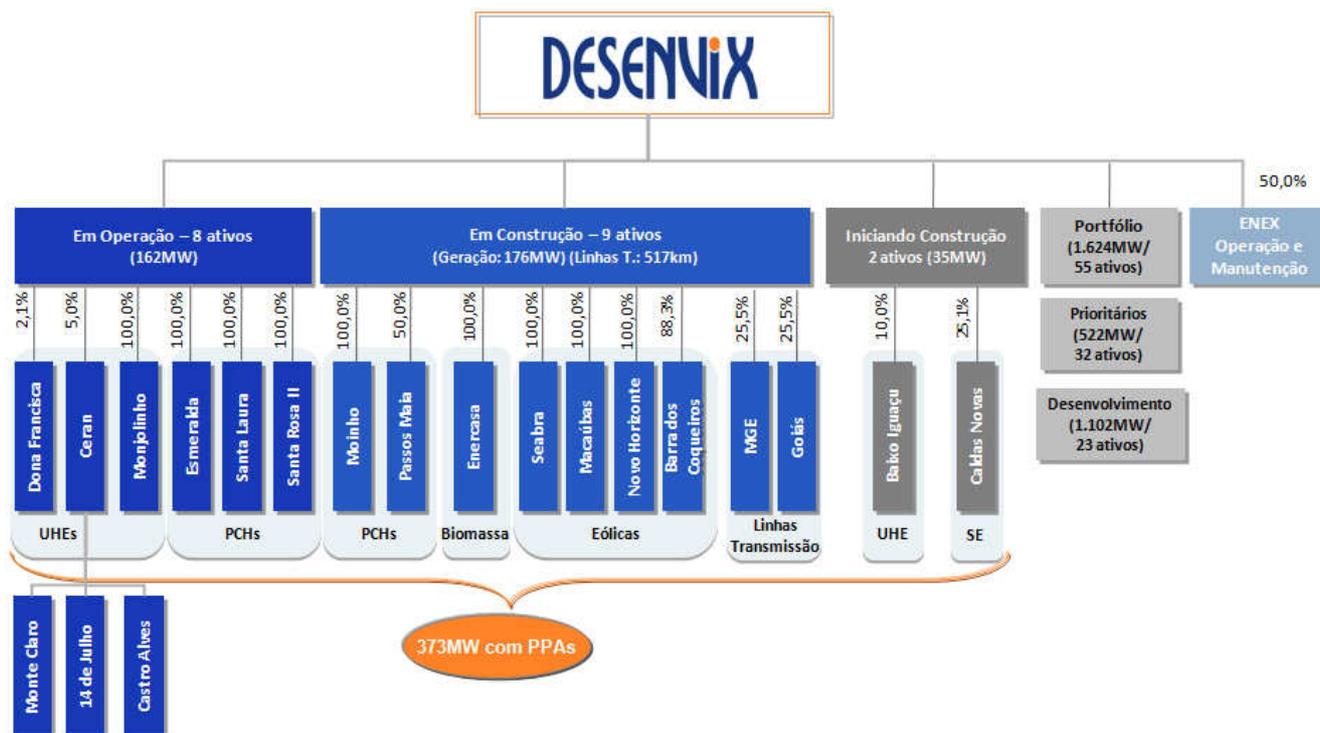


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - 2T11 e 1S11

3) GRUPO ECONÔMICO

A Desenvix é uma holding de Sociedades de Propósito Específico que são responsáveis por empreendimentos em diferentes estágios de implantação. Existem empreendimentos em operação, empreendimentos em construção, empreendimentos em início de construção e uma carteira de projetos em desenvolvimento, além de deter 50% de participação societária na ENEX – O&M de Sistemas Elétricos, empresa estruturada para prestar serviços de operação e manutenção aos ativos da Desenvix e para terceiros.

O organograma a seguir mostra esta estrutura:



Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - 2T11 e 1S11

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia adota elevados padrões de governança corporativa, em consonância com os principais padrões de governança exigidos das companhias abertas, entre eles, adoção de Conselho de Administração e Conselho Fiscal e contratação de auditoria externa.

A governança corporativa da Desenvix está refletida nas práticas de gestão do dia a dia e em seu Estatuto Social, tendo como principais destaques a presença de 20% de conselheiros independentes em seu Conselho de Administração, a vedação ao registro de voto de representantes de partes relacionadas em reuniões de Conselho ou em Assembléias, sempre que a deliberação envolver potencial conflito de interesses, a adoção de Conselho Fiscal permanente, o capital Social composto exclusivamente por Ações Ordinárias, a resolução de conflitos por meio de câmara de arbitragem e a contratação de empresa independente para auditoria dos balanços e das demonstrações financeiras.

5) EMPREENDIMENTOS EM OPERAÇÃO

Em 30/06/2011 a companhia possuía 8 (oito) empreendimentos em operação, com uma capacidade instalada própria de 161,9 MW.



Planta	Desenvix Participação	Total Cap. Instalada (MW)	Desenvix Cap. Instalada (MW)
1. PCH Esmeralda	100%	22,2	22,2
2. PCH Santa Laura	100%	15,0	15,0
3. PCH Santa Rosa II	100%	30,0	30,0
4. UHE Monjolinho	100%	74,0	74,0
5. CERAN			
- UHE Monte Claro	5%	130,0	6,5
- UHE Castro Alves	5%	130,0	6,5
- UHE 14 de Julho	5%	100,0	5,0
6. UHE Dona Francisca	2,12%	125,0	2,7
-x-	-x-	626,2	161,9

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - 2T11 e 1S11

Disponibilidade no Sistema Integrado Nacional

As usinas controladas e operadas integralmente pela Desenvix alcançaram o patamar de 75,4% de disponibilidade média no 2T11, sendo 67,2% nas pequenas centrais hidrelétricas e 99,9% na usina hidrelétrica. No mesmo período de 2010, o patamar alcançado de disponibilidade média foi de 96,4%, representando uma redução de 21,0 p.p..

A queda observada na disponibilidade média foi causada principalmente pela interrupção da produção de energia elétrica da PCH Santa Rosa, em decorrência do evento relevante explicado a seguir. Em contrapartida, contribuíram positivamente (i) o desempenho da PCH Santa Laura, com aumento de 1,7 p.p. na disponibilidade média, passando de 95,7% para 97,3%, no 2T10 e 2T11, respectivamente, devido a condições operacionais favoráveis e não ocorrência de paradas para manutenção programada no período, (ii) além da melhora da disponibilidade média da UHE Monjolinho que alcançou o patamar de 99,9% no 2T11, representando aumento de 7,6 p.p. sobre a disponibilidade média do 2T10, quando houve a parada para manutenção das 4 mil horas de ambas as unidades geradoras.

No 1S11, as usinas controladas e operadas integralmente pela Desenvix alcançaram o patamar de 76,1% de disponibilidade média, representando uma redução de 19,4 p.p. na comparação com o mesmo período de 2010, tendo a interrupção da produção de energia da PCH Santa Rosa, como sua principal causa.

Disponibilidade Média (%)	2T10	2T11	Var p.p. 2T11 x 2T10	1S10	1S11	Var p.p. 1S11 x 1S10
PCHs	97,7	67,2	-30,5	95,7	68,4	-27,3
- Esmeralda	99,9	98,8	-1,1	99,9	98,8	-1,1
- Santa Laura	95,7	97,3	1,6	95,6	97,8	2,2
- Santa Rosa	97,6	5,6	-92,0	91,8	8,7	-83,1
UHEs	92,4	99,9	7,5	95,0	99,1	4,1
- Monel	92,4	99,9	7,5	95,0	99,1	4,1
Disponibilidade média	96,4	75,4	-21,0	95,5	76,1	-19,4

Produção de Energia Elétrica

No 2T11, a produção de energia elétrica das usinas controladas e operadas integralmente pela Desenvix foi de 165,1 GWh, representando redução de 18,9% na comparação com o 2T10, quando a produção foi de 203,6 GWh. A redução é resultado principalmente (i) da interrupção da produção de energia elétrica da PCH Santa Rosa, em decorrência do evento relevante explicado a seguir, (ii) além da menor produção de energia elétrica da PCH Santa Laura em função das restrições hidrológicas, com baixa vazão no rio Chapecózinho nos meses de maio e junho de 2011. Por outro lado, contribuiu favoravelmente o aumento de 14,5% da produção de energia elétrica da UHE Monjolinho, quando comparado com o 2T10, em função principalmente da maior disponibilidade média.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - 2T11 e 1S11

No 1S11, a produção de energia elétrica das usinas controladas e operadas integralmente pela Desenvix foi de 302,9 GWh, representando redução de 21,4% na comparação com o 1S10, quando a produção foi de 385,3 GWh, tendo a interrupção da produção de energia elétrica da PCH Santa Rosa, como sua principal causa.

Evento Relevante – PCH Santa Rosa

Em janeiro de 2011, em decorrência do elevado volume de chuvas que caíram na região serrana do Rio de Janeiro, que resultou na alta afluência do Rio Grande, região onde está instalada a PCH Santa Rosa, ocorreu a inundação da casa de força da usina, atingindo grande parte dos equipamentos eletromecânicos; em decorrência, foram desligadas as 3 unidades geradoras em caráter de emergência. O referido sinistro não resultou em qualquer dano estrutural, inclusive a barragem e a tomada d'água, ficando o mesmo restrito aos acessos, cercas, pequenos taludes, entre outros.

A recomposição da Usina encontra-se em fase bastante avançada. Das três unidades geradoras, duas entraram em operação em junho, restando a terceira unidade geradora cuja retomada da operação está prevista para o final do mês de agosto.

A Santa Rosa S.A., está emitindo o faturamento regular do fornecimento de energia elétrica previsto no PROINFA, assim como está recebendo os montantes faturados. Tal possibilidade tem por base a ausência de geração de energia decorrer de caso fortuito de força maior (inundação), não sendo esperadas perdas relevantes em decorrência do procedimento adotado, cujo eventual valor só será passível de mensuração em janeiro ou fevereiro de 2012, data estimada em que a entidade reguladora disponibilizará o montante do ajuste decorrente do processo de realocação de energia.

Os gastos previstos para recomposição total da Usina é da ordem de R\$ 4,5 milhões (até 30 de junho de 2011 foram incorridos gastos, no montante de R\$ 3,5 milhões, apresentados no ativo circulante), que deverão ser cobertos pelo seguro de risco operacional da usina, sendo o valor total da indenização ainda a ser apurado, considerando, inclusive a aplicação da franquia. No mês de maio, a PCH Santa Rosa já havia recebido da seguradora o valor inicial de R\$ 1 milhão, como forma de indenização pelo sinistro ocorrido.

6) EMPREENDIMENTOS EM IMPLANTAÇÃO

Em 30/06/2011 a Companhia possuía 9 (nove) empreendimentos em fase de implantação, sendo duas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), quatro usinas de energia eólica (UEEs) e uma usina termoeletrica (UTE) movida à biomassa, somando uma capacidade instalada própria de 175,7 MW, e 2 linhas de transmissão (LTs) com 517km de extensão.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - 2T11 e 1S11



Planta	Participação Desenvix	Previsão Início Operação Comercial	Potência Instalada (MW)	Potência Instalada Desenvix (MW)
1. PCH Moinho	100%	Set/11	13,7	13,7
2. PCH Passos Maia	50%	Dez/11	25,0	12,5
3. UTE Enercasa	100%	Set/11	33,0	33,0
4. UEE Macaúbas	100%	Set/11	30,0	30,0
5. UEE Seabra	100%	Set/11	30,0	30,0
6. UEE Novo Horizonte	100%	Set/11	30,0	30,0
7. UEE Barra dos Coqueiros	88,33%	Jul/12	30,0	26,5
8. LT Goiás 259 km	25,5%	Jul/12	-x-	-x-
9. LT MGE 258 km	25,5%	Jul/12	-x-	-x-
		-x-	191,7	175,7

PCH Moinho

A PCH Moinho está situada no rio Bernardo José, afluente do rio Pelotas, entre os municípios de Barracão e Pinhal da Serra, na região Norte do estado do Rio Grande do Sul. O empreendimento possui capacidade instalada total de 13,7 MW (6,98 MW de Garantia Física). A Desenvix detém 100% de participação do empreendimento, sendo que os investimentos para sua implantação são da ordem de R\$93 milhões, dos quais R\$47,8 milhões serão obtidos por meio de operação de financiamento direto na modalidade *project finance* com o BNDES, tendo a primeira liberação de R\$40 milhões ocorrida no mês julho de 2011.

A energia que será produzida pela PCH foi vendida para a CEMIG em CCVE no ACL por 14 anos, a partir de janeiro de 2011, período em que se dará a amortização do financiamento. O CCVE celebrado prevê a entrega de 61.320,0 MWh ano a um preço médio de R\$145,7 por MW/h (data base: fevereiro de 2009).

Em 30 de junho de 2011 o empreendimento apresentava avanço físico de 90%. O cronograma de implantação prevê o início da operação comercial para setembro de 2011.

PCH Passos Maia

A PCH Passos Maia está situada no rio Chapecó, município de Passos Maia/SC. A PCH terá potência instalada de 25,0 MW (13,2 MW de Garantia Física) e reservatório com área de 175 ha. A Desenvix detém 50% de participação no empreendimento, sendo os demais 50% detidos pela Adami. O investimento total para o empreendimento é da ordem de R\$126 milhões, dos quais R\$86,5 milhões serão obtidos por meio de financiamento na modalidade *project finance* com o BNDES, tendo a primeira liberação de R\$60 milhões ocorrida no mês de junho de 2011.

A energia produzida pela PCH foi vendida para a Cemig Geração e Transmissão S.A. em CCVE no ACL, com início previsto para o fornecimento de energia a partir de 01 de janeiro de 2012 por um período de 14 anos. O CCVE

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - 2T11 e 1S11

celebrado prevê a entrega de 109.500 MWh ano a um preço médio de R\$147,1 por MWh (data base: outubro de 2009).

Em 30 de junho de 2011 o empreendimento apresentava avanço físico de 74%. O cronograma de implantação prevê o início da operação comercial da primeira unidade geradora para novembro de 2011.

UTE Enercasa

A UTE Enercasa é um empreendimento de co-geração de energia com a usina Pau D'Alho e está localizada no município de Ibirarema, estado de São Paulo. A UTE utilizará o bagaço de cana de açúcar como combustível para produzir energia elétrica. O Empreendimento terá capacidade instalada de 33,0 MW (23,0 MW de Garantia Física).

A Desenvix detém 100% de participação do empreendimento, sendo que os investimentos para sua implantação são da ordem de R\$85 milhões, dos quais parte serão obtidos por meio de operação de financiamento direto na modalidade *project finance* com o BNDES.

Através do 1º LER realizado pela ANEEL e pela CCEE em 14 de agosto de 2008 a Enercasa obteve um CCVE de reserva para 16 MW médios a um preço de R\$155,23/MWh (data base: agosto de 2008), por um período de suprimento de 15 anos, cujo início se deu em 01 de janeiro de 2010.

Em 30 de junho de 2011 o empreendimento apresentava avanço físico de 88,6%. O cronograma de implantação prevê o início da operação comercial para setembro de 2011.

Complexo Eólico Desenvix Bahia

O Complexo Eólico Desenvix Bahia está localizado no município de Brotas de Macaúbas, na região central da Bahia. Até o momento, o empreendimento é constituído por três usinas eólicas, cada uma com 30,0 MW de potência instalada – UEE Macaúbas, UEE Novo Horizonte e UEE Seabra, totalizando 90,0 MW. Trata-se do maior empreendimento detido integralmente pela Desenvix atualmente em andamento, com investimentos de R\$415 milhões, dos quais R\$268 milhões serão obtidos por meio de operação de financiamento direto na modalidade *project finance* com o BNB, tendo a primeira liberação de R\$194 milhões ocorrida no mês agosto de 2011.

Em dezembro de 2009, através do primeiro leilão exclusivo de energia eólica do Brasil (2º LER), foram comercializados 34,0 MW médios de energia, sendo 13,0 MW médios da UEE Macaúbas, 11,0 MW médios da UEE Seabra e 10,0 MW médios da UEE Novo Horizonte a um preço de R\$139,99/MWh (data base dezembro de 2009). Esta energia será contratada pela CCEE como energia de reserva por um prazo de 20 anos.

Em 30 de junho de 2011 o empreendimento apresentava avanço físico de 95%. O cronograma de implantação prevê o início da operação comercial para setembro de 2011.

Parque Eólico Barra dos Coqueiros

Localizada no município de Barra dos Coqueiros, próxima da capital Aracajú, Estado de Sergipe, o empreendimento terá 30,0 MW de capacidade instalada e 10,5 MW de garantia física de energia. A Desenvix detém 88,33% de participação do empreendimento.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - 2T11 e 1S11

Assim como o Complexo Eólico Desenvix Bahia, a UEE Barra dos Coqueiros comercializou sua energia no primeiro leilão exclusivo de energia eólica do Brasil (2º LER). No total foram vendidos 10,0 MW médios de energia a um preço de R\$152,00/MWh (data base dezembro de 2009). Esta energia será contratada pela CCEE como energia de reserva por um prazo de 20 anos.

O CAPEX estimado do projeto é de R\$130 milhões e o cronograma de implantação prevê o início da operação comercial para julho de 2012.

Linhas de Transmissão - LTs

As LTs representam ativos complementares ao negócio da Desenvix, permitindo o benefício (i) da diversificação de riscos de negócio e (ii) dos fluxos de caixa altamente estáveis em função de ser este um setor altamente regulado.

A Desenvix detém participação de 25,5% na Goiás Transmissora e 25,5% na MGE Transmissora.

No total as linhas terão 517 km de extensão, sendo 259 km da Goiás Transmissora e 258 km da MGE Transmissora. Os investimentos totais serão da ordem de R\$ 640 milhões e o início da operação comercial está previsto para julho de 2012.

7) PROJETOS INICIANDO A IMPLANTAÇÃO

Em 30 de junho de 2011 a Companhia preparava-se para iniciar a implantação de mais dois empreendimentos, sendo uma usina hidrelétrica (UHE) e uma subestação (SE), como segue:

UHE Baixo Iguaçu: empreendimento com capacidade instalada total estimada de 350MW, planejada para ser instalada no Rio Iguaçu, no Paraná. Os direitos de exploração da UHE Baixo Iguaçu foram obtidos no LEA A-5 realizado em setembro de 2008, no qual a Neoenergia foi vencedora e em seguida, cedeu 10% de participação à Desenvix. Atualmente, a Neoenergia encontra-se em entendimentos com o ICMBio acerca de determinados impactos ambientais do empreendimento e aguarda a emissão da licença de instalação para iniciar a implantação do empreendimento.

Subestação Caldas Novas: o Consórcio Caldas Novas foi vencedor do Lote C no leilão de transmissão 008/2010, realizado em dezembro de 2010. Uma Sociedade de Propósito Específico está em fase de constituição para implantar, operar e explorar comercialmente a subestação Corumbá, de 150MVA, localizada no estado de Goiás. A Desenvix deterá 25,05% de participação na sociedade.

Comentário do Desempenho



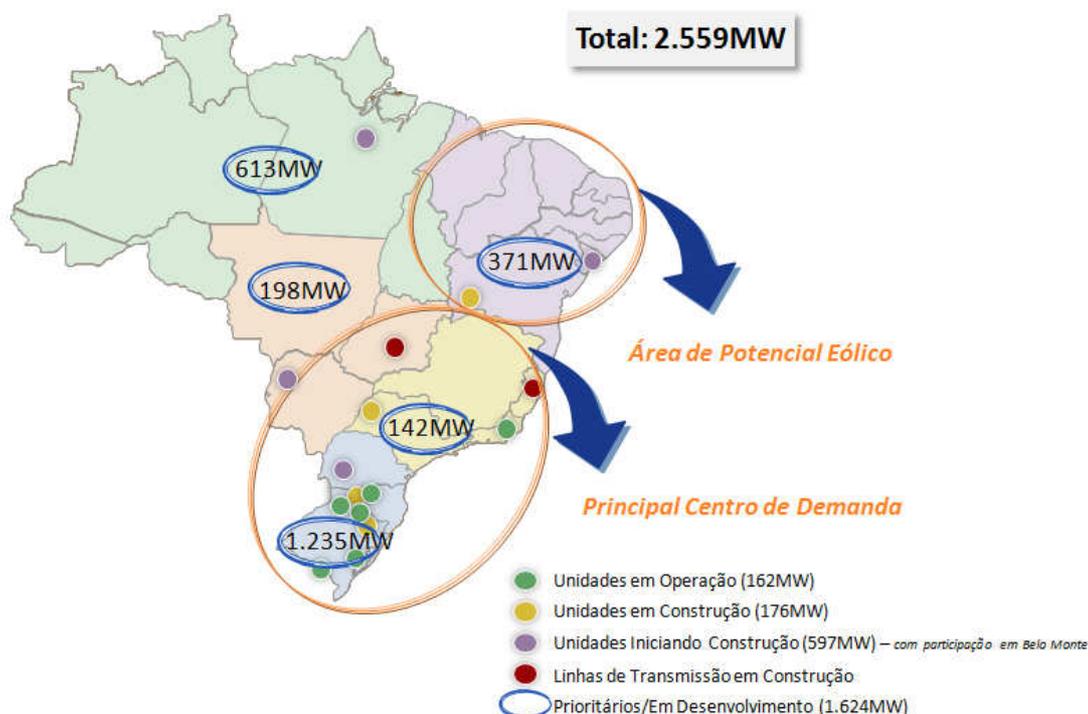
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - 2T11 e 1S11

8) PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

Além da operação e implantação de seus empreendimentos, as atividades da Desenvix envolvem o constante desenvolvimento de novos projetos. A companhia possui atualmente um extenso portfólio de projetos em desenvolvimento que soma 3.430 MW de potência instalada, sendo 1.624 MW próprios, nos quais tem investido constantemente nos últimos 5 anos.

Dentre os projetos em desenvolvimento da Companhia um grupo de projetos é classificado como Projetos Prioritários em Desenvolvimento. Os projetos prioritários são aqueles que se encontram em estado mais avançado de desenvolvimento, com possibilidade de iniciarem a implantação em um horizonte de 6 meses a 3 anos. Os Projetos Prioritários em Desenvolvimento da Companhia somam 522 MW de potência instalada própria.

Outra característica interessante da carteira de projetos é a sua diversidade geográfica, agregando conhecimentos importantes sobre o potencial energético brasileiro e permitindo o aproveitamento de oportunidades de negócios em todo o território brasileiro.



Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - 2T11 e 1S11

9) UHE BELO MONTE

Alem dos projetos do portfólio desenvolvidos pela DESENVIX, constantemente estão sendo analisadas oportunidades de novos projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis. Neste sentido, a Desenvix assinou, em 22 de outubro de 2010, um Contrato de Compra e Venda da participação detida pelo Caixa-Fip-CEVIX na Norte Energia S/A, o que permitirá a transferência de 5,0% da participação do FIP na UHE Belo Monte para a DESENVIX.

Espera-se que o empreendimento entre em operação e gere receitas a partir de 2015, quando as primeiras unidades entrarão em operação. As unidades geradoras restantes serão instaladas até 2019 e completarão a potência instalada do empreendimento de 11.233,1 MW.

10) CONTRATOS DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA

A seguir apresentam-se os contratos de venda de energia de longo prazo, firmado por coligadas da Desenvix em operação e implantação:

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - 2T11 e 1S11

Usina	Preço R\$	Energia Contratada MWh	Índice de Correção	Data-Base	Aniversário	Data Início Contrato CCVE	Data Final Contrato CCVE
Esmeralda	121,35	105.680	igpm	jun/04	junho	dez/06	dez/26
Sta Laura	123,01	69.642	igpm	jul/04	julho	dez/07	dez/27
Sta Rosa II	121,35	148.036	igpm	jun/04	junho	jun/08	jun/28
Monjolinho	181,20	367.920	igpm	abr/08	agosto	set/09	dez/10
	122,63	367.920	ipca	out/06	novembro	jan/11	dez/40
Moinho	163,00	61.320	igpm	fev/09	fevereiro	jan/11	dez/12
	148,28	61.320	igpm	fev/09	fevereiro	jan/13	dez/15
	145,50	61.320	igpm	fev/09	fevereiro	jan/16	dez/20
	135,50	61.320	igpm	fev/09	fevereiro	jan/21	dez/24
Passos Maia	160,00	109.500	igpm	out/09	outubro	jan/12	dez/15
	159,00	109.500	igpm	out/09	outubro	jan/16	dez/16
	140,00	109.500	igpm	out/09	outubro	jan/17	dez/25
Enercasa	155,23	122.640	ipca	ago/08	janeiro	jan/10	dez/10
	155,23	140.160	ipca	ago/08	janeiro	jan/11	dez/24
Eólica Bahia	139,99	297.840	ipca	dez/09	julho	jul/12	jun/32
Eólica B. Coqueiros	152,50	87.600	ipca	dez/09	julho	jul/12	jun/32

11) DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

PREÇO MÉDIO DA ENERGIA COMERCIALIZADA

No 2T11, o preço médio da energia comercializada foi de R\$ 159,32/MWh, redução de 9,8% na comparação com o 2T10, quando o preço médio foi de R\$ 176,60/MWh. A redução observada reflete a queda no preço da energia comercializada pela controlada UHE Monjolinho, uma vez que a partir do dia 1º de janeiro de 2011 deu início ao seu CCVE/ACR, cujo preço médio realizado no 2T11 foi de R\$ 149,26/MWh, contra o preço de R\$ 190,43/MWh praticado anteriormente através do seu CCVE/ACL, celebrado no período compreendido à sua antecipação comercial. Por outro lado, o preço médio da energia comercializada das PCHs contribuiu favoravelmente, apresentando crescimento de 5,9% na comparação entre os períodos do 2T11 e 2T10, motivado pelos reajustes contratuais.

A redução de 10,5% no preço médio da energia comercializada no 1S11, na comparação com o 1S10, reflete principalmente a queda no preço da energia comercializada pela controlada UHE Monjolinho.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - 2T11 e 1S11

Preço Médio Energia Comercializada (R\$/MWh)			Var % 2T11 x 2T10			Var % 1S11 x 1S10
	2T10	2T11		1S10	1S11	
PCHs	160,90	170,39	5,9	160,03	168,27	5,1
- Esmeralda	161,42	171,25	6,1	160,31	168,55	5,1
- Santa Laura	159,03	167,25	5,2	159,03	167,25	5,2
- Santa Rosa	161,42	171,25	6,1	160,31	168,55	5,1
UHEs	190,43	149,26	-21,6	190,43	148,04	-22,3
- Monel	190,43	149,26	-21,6	190,43	148,04	-22,3
Preço Médio*	176,60	159,32	-9,8	176,15	157,58	-10,5

* ponderado pela energia comercializada do período

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

No 2T11, a receita operacional bruta totalizou R\$ 30,3 milhões, redução de 5,3% na comparação com o 2T10, quando o valor foi de R\$ 31,9 milhões. A redução foi ocasionada principalmente pela queda de 10,4% da receita bruta de fornecimento de energia elétrica do período, entretanto, parcialmente compensado pelo aumento de 127,9% na receita bruta dos serviços de O&M. Assim como a redução observada na comparação entre os trimestres, observa-se também uma redução de 6,7% da receita operacional bruta do 1S11, na comparação com o 1S10.

Os componentes da receita operacional bruta e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	2T10	2T11	Var % 2T11 x 2T10	1S10	1S11	Var % 1S11 x 1S10
Receita Bruta Total	31.949	30.270	-5,3	63.906	59.644	-6,7
- Fornecimento de energia	30.619	27.422	-10,4	61.004	54.782	-10,2
- Serviços O&M	1.210	2.758	127,9	2.562	4.682	82,7
- Outros serviços	120	90	-25,0	340	180	-47,1
- Reembolso de projetos	-	-	-	-	-	-

Fornecimento de energia elétrica

No 2T11, o fornecimento de energia elétrica gerou receita bruta de R\$ 27,4 milhões, apresentando uma redução de 10,4% em comparação com o 2T10, quando a receita de fornecimento de energia elétrica foi de R\$ 30,6 milhões. A redução foi influenciada pelos menores preços médios registrados no período, praticados pela controlada UHE Monjolinho, conforme explicação anterior. A queda da receita bruta com fornecimento de energia elétrica foi compensada, em parte, pelo preço médio da energia comercializada das PCHs, o qual apresentou crescimento, motivado pelos reajustes contratuais.

Serviços O&M

No 2T11, a receita bruta dos serviços prestados de O&M somou R\$ 2,8 milhões, um aumento de 127,9% em relação ao 2T10, quando atingiu R\$ 1,2 milhão. Esta variação decorreu, principalmente, do aumento no faturamento de serviços de O&M da controlada ENEX, decorrente da expansão de suas atividades operacionais. A Desenvix

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - 2T11 e 1S11

detêm 50% da ENEX, contribuindo assim, na consolidação das empresas do Grupo Desenvix, com metade do seu resultado.

Em 30 de junho de 2011, a ENEX possuía 30 contratos em sua carteira de prestação de serviços de O&M, perfazendo uma capacidade instalada de 1.067 MW, representando um aumento de 70,2% na comparação com 30 de junho de 2010, quando sua capacidade instalada era de 627 MW, distribuídos em 21 contratos. Sua carteira de contratos está dividida em empreendimentos em operação e empreendimentos em construção, sendo o primeiro responsável pelo incremento em seu faturamento, uma vez que os serviços de O&M têm início no instante da entrada em operação dos empreendimentos.

Contratos em carteira	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	Var %
Quantidade Total	21	30	42,9
- Em operação	14	22	57,1
- Em construção	7	8	14,3
Potência Total (MW)	627	1.067	70,2
- Em operação	448	852	90,2
- Em construção	179	215	20,1

Outros Serviços

No 2T11, a receita bruta de outros serviços prestados representou R\$ 90 mil, uma redução de 25% em relação ao 2T10, quando atingiu R\$ 120 mil. Esta variação decorreu, principalmente, da redução do faturamento composto por serviços de gerenciamento dos empreendimentos em operação e implantação, além dos serviços de consultoria prestados às outras empresas do Grupo Jackson.

Reembolso de Projetos

A receita bruta com reembolso de projetos ocorre quando somos indenizados por gastos com o desenvolvimento de projetos que não obtivemos autorização ou concessão para sua exploração. No período compreendido entre os seis primeiros meses de 2011 e 2011, não foram registrados faturamento referente ao reembolso de projetos.

DEDUÇÕES SOBRE A RECEITA BRUTA

As deduções da receita bruta, compostas por impostos incidentes sobre a receita e encargos setoriais, totalizaram R\$ 2,3 milhões no 2T11, ampliação de 58,8% na comparação com o mesmo período de 2010, quando atingiram R\$ 1,4 milhão. Estas deduções representaram 7,5% e 4,5% da receita operacional bruta do segundo trimestre de 2011 e 2010, respectivamente. Este acréscimo reflete principalmente o aumento dos impostos incidentes sobre a receita operacional bruta da subsidiária UHE Monjolinho, que durante todo o exercício social de 2010 apurava seus impostos pelo lucro presumido (sistema cumulativo, alíquota a 3,65%) e a partir de 1ª de janeiro de 2011 passou a apurar seus impostos pelo lucro real (sistema não cumulativo, alíquota a 9,25%).

Assim como o aumento registrado na comparação entre os trimestres, observa-se também um crescimento de 49,4% das deduções da receita bruta do 1S11, na comparação com o 1S10, em linha com os fatores justificados na comparação dos trimestres.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - 2T11 e 1S11

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida totalizou R\$ 28,0 milhões no 2T11, apresentando redução de 8,3% em relação ao 2T10, quando totalizou R\$ 30,5 milhões, em linha com os efeitos apresentados pela receita bruta e deduções sobre a receita bruta. Na comparação entre os semestres, a redução da receita operacional líquida foi de 9,4%, e totalizou R\$ 55,2 milhões no 1S11 e R\$ 60,9 milhões no 1S10.

CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

O custo dos serviços prestados totalizou R\$ 11,5 milhões no 2T11, apresentando redução de 3,0% na comparação com o 2T10, quando atingiu R\$ 11,9 milhões, representando 41,1% e 38,9% da receita operacional líquida do período, respectivamente. A redução do período foi influenciada, principalmente, pela queda de 7,6% no custo de fornecimento de energia elétrica, sendo ligeiramente mitigada pelo aumento do custo com O&M. Ao contrário da redução observada na comparação entre os trimestres, observa-se um aumento de 0,9% na comparação do custo dos serviços prestados, entre os semestres, quando atingiu R\$ 22,5 milhões e R\$ 22,3 milhões, no 1S11 e 1S10, respectivamente.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são tratados a seguir:

Custo dos Serviços Prestados (R\$ mil)	2T10	2T11	Var %	1S10	1S11	Var %
			2T11 x 2T10			1S11 x 1S10
Custo Total	11.857	11.496	-3,0	22.285	22.486	0,9
- Fornecimento de energia	10.870	10.046	-7,6	20.555	19.785	-3,7
- Serviços O&M	694	1.471	112,0	1.208	2.492	106,3
- Outros serviços	293	-21	-107,2	522	209	-60,0

Fornecimento de energia elétrica

O custo do serviço de fornecimento de energia elétrica no 2T11 foi de R\$ 10,0 milhões, apresentando uma redução de 7,6%, em comparação com o 2T10, quando atingiu R\$ 10,9 milhões. Esta variação decorreu principalmente da redução dos custos com serviços de terceiros das usinas em operação, além da redução dos custos com materiais para manutenção. Também contribuiu para a redução do custo do serviço de fornecimento de energia elétrica, a queda de R\$ 160 mil no valor pago com encargos setoriais, provocado pela redução no montante da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos da controlada UHE Monjolinho, em função da menor geração de energia elétrica do período. Entre o período da medição da geração de energia e a sua contabilização, existe deslocamento de dois meses, sendo seu registro contábil realizado por caixa, isso significa que, no período compreendido da apuração para o cálculo do encargo setorial mencionado, a geração de 2011 foi 8,2% inferior à geração observada de 2010. Por outro lado, a redução do custo do serviço de fornecimento de energia elétrica, foi compensada pelo aumento dos custos com depreciação e amortização, no valor de R\$ 1,7 milhão.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - 2T11 e 1S11

Serviços de O&M

O custo dos serviços de O&M prestados no 2T11 foi de R\$ 1,5 milhão, apresentando um aumento de 112,0%, em comparação com o 2T10, quando atingiu R\$ 694 mil. Esta variação decorreu do aumento das atividades operacionais da controlada ENEX. Para fazer frente ao aumento na quantidade de novos contratos de O&M, a companhia praticamente dobrou seu quadro de funcionários, passando de 172 em 30 de junho de 2010 para 297 em 30 de junho de 2011, aumentando assim seus custos com folha de pagamento. A Desenvix detém 50% da ENEX, contribuindo assim, na consolidação das empresas do Grupo Desenvix, com metade do seu resultado.

Outros serviços

O custo com outros serviços é composto principalmente por gastos com a operação da Desenvix Controladora, decorrente das atividades de gestão dos empreendimentos em operação e construção, além do desenvolvimento de projetos. Essa conta é factível de reversão de custos, quando do reconhecimento dos direitos de ressarcimento relacionados ao desenvolvimento de projetos, anteriormente reconhecidos no ativo intangível.

DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS

No 2T11, as despesas operacionais atingiram R\$ 7,4 milhões, apresentando um aumento de 269,9% em comparação com o 2T10, quando atingiram R\$ 2,0 milhões. As despesas operacionais representaram 26,3% e 6,5% da receita operacional líquida do segundo trimestre de 2011 e 2010, respectivamente. Também é observado aumento de 82,6% das despesas operacionais na comparação entre o 1S11 e o 1S10, quando atingiram R\$ 15,8 milhões e R\$ 8,6 milhões, respectivamente.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Despesas Gerais (R\$ mil)			Var %			Var %
	2T10	2T11	2T11 x 2T10	1S10	1S11	1S11 x 1S10
Despesas (Receitas) Totais	1.994	7.375	269,9	8.636	15.772	82,6
- Gerais e administrativas	2.777	4.855	74,8	7.519	8.729	16,1
- Honorários da administração	449	1.026	128,5	844	1.977	134,2
- Com estudos e desenvolvimento	185	1.177	536,2	1.690	2.391	41,5
- Perdas com contratos de energia	-	-	-	-	2.466	100,0
- Outras receitas operacionais, líquidas	(1.417)	317	-122,4	(1.417)	209	-114,7

Despesas gerais e administrativas

No 2T11, as despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 4,9 milhões, apresentando um aumento de 74,8% em comparação com o 2T10, quando atingiram R\$ 2,8 milhões. Tal variação decorreu (i) do aumento nas despesas gerais e administrativas da Desenvix Controladora no valor de R\$ 1,7 milhão, especialmente em função do aumento nos gastos com serviço de terceiros, consultorias e publicação legal e (ii) do aumento nas despesas gerais e administrativas da ENEX em decorrência do aumento da sua atividade operacional.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - 2T11 e 1S11

Honorários da administração

No 2T11, as despesas com honorários da administração atingiram R\$ 1,0 milhão, apresentando um aumento de 128,5% em comparação com o 2T10, quando atingiram R\$ 449 mil. Tal variação decorreu do aumento no quadro de funcionários da administração face à sua reestruturação organizacional, preparando-se para o crescimento futuro.

Com estudos em desenvolvimento

No 2T11, as despesas com estudos em desenvolvimento atingiram R\$ 1,2 milhão, apresentando um aumento de 536,2% em comparação com o 2T10, quando atingiram R\$ 185 mil. O aumento representa os gastos realizados no encerramento do Estudo do Projeto Básico das PCHs do rio Piquiri, cujo protocolo na ANEEL, ocorreu no dia 30 de junho de 2011. Além disso, também contribuiu os gastos com a otimização do Estudo de Viabilidade da UHE São Roque, protocolado na ANEEL no dia de agosto de 2011.

Perdas com contratos de energia

Perdas com contratos de energia, apresentaram saldo nulo, tanto no 2T11 quanto no 2T10. O saldo observado no 1S11 e ocorrido no 1T11 é fruto do reconhecimento das perdas estimadas pela não construção da usina Enercasa, sendo reconhecida pela Companhia provisão para passivo a descoberto, referente aos 50% de participação adicionais, conforme transferência societária aprovada pela ANEEL, através das Resoluções Autorizativas nº 2.789 e 2.791, de 22 de fevereiro de 2011.

Outras receitas operacionais líquidas

No 2T11, outras receitas operacionais líquidas atingiram uma despesa de R\$ 317 mil, em comparação com uma receita de R\$ 1,4 milhão no 2T10. Esta variação decorreu principalmente da contabilização de outras receitas no 2T10, notadamente o recebimento da parcela final referente à venda de nossa participação no consórcio chamado de "Consórcio de Empresas" (detentor de projetos eólicos localizados no estado de Santa Catarina), no montante de R\$ 1,4 milhão.

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA alcançou R\$ 17,8 milhões no 2T11, apresentando redução de 24,7% em relação ao 2T10, quando alcançou R\$ 23,6 milhões, em linha com os efeitos apresentados anteriormente (i) da redução da receita, em função da queda no preço médio da energia vendida, (ii) aumento do custo dos serviços prestados e (iii) aumento das despesas gerais. A margem EBITDA, como consequência do EBITDA, apresentou redução de 13,8 p.p. na comparação entre os trimestres, representando 63,5% e 77,3% da receita operacional líquida no 2T11 e 2T10, respectivamente.

EBITDA (R\$ mil)	2T10	2T11	Var % 2T11 x 2T10	1S10	1S11	Var % 1S11 x 1S10
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	16.664	9.121	-45,3	29.996	16.920	-43,6
(+) Depreciação	6.936	8.660	24,9	14.031	15.751	12,3
EBITDA	23.600	17.781	-24,7	44.027	32.671	-25,8
Receita Líquida	30.515	27.992	-8,3	60.917	55.178	-9,4
Margem EBITDA	77,3%	63,5%	-13,8 p.p.	72,3%	59,2%	-13,1 p.p.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - 2T11 e 1S11

Por estar em fase de crescimento acelerado, com elevados montantes de investimento anuais financiados por empréstimos de longo prazo estruturados na modalidade *project-finance*, a Companhia possui atualmente auto grau de alavancagem e elevada despesa financeira anual. Também, por ser uma empresa jovem, com elevados investimentos em ativo imobilizado, a depreciação é parcela importante das despesas da Companhia.

A Administração da Companhia entende que o EBITDA e a margem EBITDA sejam os métodos mais adequados para acompanhamento do desempenho da companhia, pois, ao excluírem despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação, mas, em diferentes estágios de maturidade, bem como a comparação com empresas de outros setores, mas, com diferentes estruturas de alavancagem e diferentes taxas de amortização e de depreciação.

O EBITDA e a margem EBITDA não são uma medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores de nosso desempenho operacional ou como substitutos do nosso fluxo de caixa, como indicador de nossa liquidez.

RESULTADO FINANCEIRO

No 2T11, o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 14,7 milhões, aumento de 2,3% na comparação com o mesmo período de 2010, quando o a despesa líquida foi de R\$ 14,4 milhões. A piora decorre principalmente (i) do aumento de R\$ 3,0 milhões das despesas com financiamentos da Desenvix Controladora, proveniente dos empréstimos de curto prazo, na categoria de empréstimo ponte, contraídos pela controladora com a finalidade de permitir o andamento das obras dos atuais empreendimentos em implantação até que as liberações dos financiamentos de longo prazo ocorressem, que por sua vez, foi parcialmente compensada pela redução no valor das despesas financeiras com os atuais empréstimos do BNDES, das controladas em operação, (ii) do aumento das despesas com IOF em função dos empréstimos tomados no período, principalmente pela Desenvix Controladora, conforme mencionado no item anterior e (iii) do aumento das despesas com cartas de fiança bancária, principalmente pelo empréstimo do BNDES para a PCH Passos Maia. Por outro lado, o aumento do resultado financeiro, negativo, foi mitigado principalmente pela (i) da redução R\$ 1,7 milhão de outras despesas financeiras, composta principalmente por despesas relacionadas às concessões a pagar, referente à contribuição da UBP da subsidiária Monel, e (ii) do aumento de R\$ 393 mil da receita com aplicações financeiras atreladas ao CDI, incorridas pelo aumento do saldo médio de aplicações financeiras ao longo do período.

Na comparação entre os semestres, o resultado financeiro apresentou uma redução de 5,0%, resultando em despesa de R\$ 27,4 milhões no 1S11 e de despesa de R\$ 28,8 milhões no 1S10. O fator principal foi (i) a redução de outras despesas financeiras no valor de R\$ 3,9 milhões, (ii) seguido pelo aumento das receitas com aplicações financeiras no valor de R\$ 1,7 milhão. Por outro lado, a redução do resultado financeiro, negativo, foi mitigado principalmente pelo (i) aumento de R\$ 2,4 milhões com despesas de IOF no 1S11, em função dos empréstimos tomados no período e (ii) pelo aumento das despesas financeiras com os financiamentos.

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2T10	2T11	Var % 2T11 x 2T10	1S10	1S11	Var % 1S11 x 1S10
Despesas financeiras	(14.806)	(15.342)	3,6	(29.740)	(29.833)	0,3
- Com financiamentos	(10.737)	(12.301)	14,6	(21.391)	(22.872)	6,9
- Cartas de fiança bancária	(67)	(470)	601,5	(691)	(788)	14,0
- IOF e multa e juros sobre tributos	(1.164)	(1.393)	19,7	(1.164)	(3.611)	210,2
- Variações monetárias passivas	-	(36)	100,0	-	(37)	100,0
- Outros despesas financeiras	(2.838)	(1.142)	-59,8	(6.494)	(2.525)	-61,1

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - 2T11 e 1S11

Receitas financeiras	448	656	46,4	941	2.470	162,5
- Com aplicações financeiras	257	650	152,9	523	2.186	318,0
- Variações monetárias ativas	13	2	-84,6	33	2	-93,9
- Juros e outras	178	4	-97,8	385	282	-26,8
Resultado Financeiro	(14.358)	(14.686)	2,3	(28.799)	(27.363)	-5,0

RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

No 2T11, o resultado de participações societárias foi de R\$ 1,2 milhão, em comparação com um resultado de R\$ 212 mil no 2T10. Esta variação está explicada na análise das contas abaixo:

Equivalência patrimonial

No 2T11, o resultado de equivalência patrimonial atingiu R\$ 414 mil, em comparação com um resultado nulo no 2T10. O resultado do 2T11 é composto principalmente pela equivalência patrimonial de R\$ 121 mil das subsidiárias Goiás e MGE Transmissão S.A., além do ganho na variação das cotas, no valor de R\$ 294 mil.

Dividendos recebidos

No 2T11, os dividendos recebidos foram de R\$ 750 mil, apresentando um aumento em comparação com o 2T10, quando o resultado foi de R\$ 212 mil. Esta variação decorre dos dividendos recebidos da Dona Francisca Energética S.A. e pelo CERAN.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Desenvix, assim como as suas controladas Enex e Monel, optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

No 2T11, as despesas com IRPJ e CSLL somaram R\$ 469 mil. No mesmo período de 2010, as despesas com IRPJ e CSLL somaram R\$ 974 mil.

PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO

No 2T11, foi registrado um resultado líquido negativo em R\$ 4,9 milhões, representando uma variação de -415,4% em relação ao 2T10, quando o resultado líquido positivo foi de R\$ 1,5 milhão, em linha com os efeitos mencionados anteriormente. No acumulado do semestre, o resultado líquido negativo foi de R\$ 10,3 milhões no 1S11 e de R\$ 676 mil no 1S10.

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - 2T11 e 1S11

12) ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO E DÍVIDA LÍQUIDA

Em 30 de junho de 2011, a dívida líquida somava R\$ 503,4 milhões, representando aumento de 55,8% na comparação com 31 de dezembro 2010, quando a dívida líquida somava R\$ 323,2 milhões. O aumento ocorreu em função do comportamento dos componentes a seguir:

Endividamento bancário: entre os períodos em análise o endividamento apresentou aumento de 34,7% ou R\$ 138,5 milhões em função da (i) liberação, no mês de maio, da primeira parcela do financiamento do BNDES da PCH Passos Maia, no valor de R\$ 60 milhões, tendo influenciado nosso endividamento consolidado em R\$ 30 milhões, haja vista a nossa participação de 50% no empreendimento, (ii) captação de empréstimo tipo ponte no valor de R\$ 150 milhões, com a finalidade de permitir o andamento das obras dos atuais empreendimentos em implantação, até que a liberação das parcelas de longo prazo ocorressem e (iii) utilização do saldo de conta garantida da controladora, no valor de R\$ 4,5 milhões. Por outro lado, contribuiu para mitigar o aumento do endividamento (i) a redução de R\$ 4,3 milhões no saldo do FINEP, em função das amortizações ocorridas no período, (ii) a amortização de principal, no valor de R\$ 14,4 milhões, dos empréstimos tomados junto ao BNDES dos empreendimentos Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa e Monjolinho e (iii) a amortização de principal de empréstimo tipo ponte, no valor de R\$ 25,0 milhões.

Caixa e aplicações financeiras: entre os períodos em análise houve uma redução no saldo de caixa e aplicações financeiras de R\$ 41,7 milhões, efeito principalmente da utilização nas atividades operacionais. O saldo em caixa em 31 de dezembro de 2010 é fruto da reestruturação societária ocorrida em setembro de 2010 e que culminou no aporte de capital da FUNCEF.

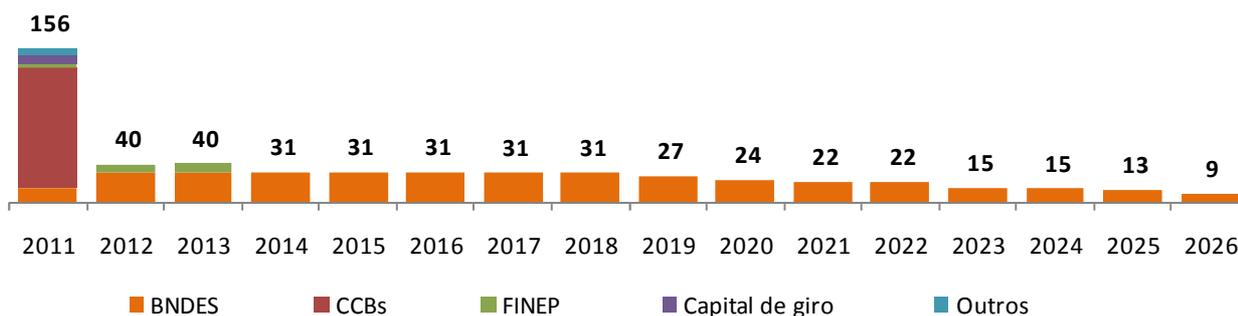
Dívida Líquida (R\$ mil)	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	Var % jun11 x dez10
Endividamento bancário	399.012	537.496	34,7
- Financiamento de obras - BNDES	362.589	378.265	4,3
- Cédula de crédito bancário	-	122.281	100,0
- FINEP	26.008	21.690	-16,6
- Financiamento de capital de giro	10.005	10.000	0,0
- Outros	410	5.260	1.182,9
Caixa e aplicações financeiras	(75.811)	(34.077)	-55,1
Dívida líquida	323.201	503.419	55,8

O cronograma de amortização do endividamento, conforme saldo de R\$ 537,5 milhões de 30 de junho de 2011, é apresentado a seguir (em R\$ milhões):

Comentário do Desempenho



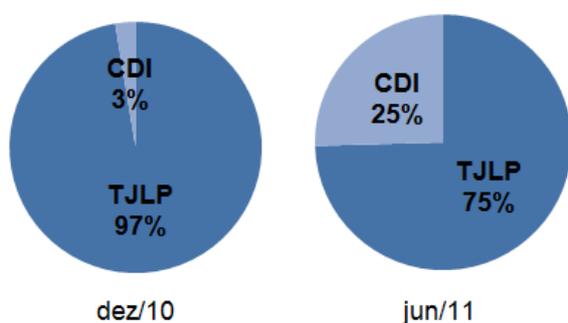
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - 2T11 e 1S11



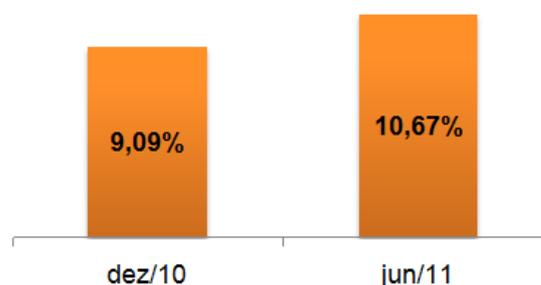
Em 30 de junho de 2011, a parcela da dívida indexada à TJLP representava 75% do endividamento bancário, apresentando redução de 22 p.p., na comparação com 31 de dezembro de 2010, quando representava 97%. Em contra partida à menor participação da dívida indexada à TJLP, houve um acréscimo na participação da dívida indexada ao CDI, que representava 3% do endividamento bancário, em 31 de dezembro de 2010, contra 25% em 30 de junho de 2011. A modificação na composição da dívida bancária por indexador reflete o maior grau de alavancagem de curto prazo na qual a companhia estava exposta no final do 2T11, fruto da necessidade de captação de empréstimos tipo ponte, com a finalidade de permitir o andamento das obras dos atuais empreendimentos em implantação, até que a liberação das parcelas de longo prazo ocorressem.

Em linha com o aumento da participação da dívida indexada ao CDI, conforme anteriormente mencionado, o custo médio ponderado da dívida bancária teve aumento de 1,58 p.p., passando de 9,09% em 31 de dezembro de 2010 para 10,67% em 30 de junho de 2011.

Composição da Dívida Bancária por Indexador



Custo Médio Ponderado da Dívida Bancária



Evento subsequente ao fechamento do 2T11

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - 2T11 e 1S11

Como evento subsequente ao resultado de 30 de junho de 2011, nos meses de julho e agosto, foram liberadas as parcelas de longo prazo do financiamento dos empreendimentos em construção, sendo Moinho R\$ 30 milhões, Seabra R\$ 61,2 milhões, Novo Horizonte R\$ 61,2 milhões e Macaúbas R\$ 71,4 milhões, totalizando R\$ 223,8 milhões. Parte do valor foi utilizado para a amortização da quase totalidade dos empréstimos ponte de curto prazo. O resultado será observado através da melhora do capital circulante líquido da companhia, uma vez que haverá alteração no perfil da sua dívida, através do seu alongamento. Outro efeito positivo será a redução das despesas financeiras, uma vez que os empréstimos ponte são indexados ao CDI, com consequente redução do custo médio ponderado da dívida bancária.

13) INVESTIMENTOS

No 2T11, a companhia investiu R\$ 90,3 milhões nos seus empreendimentos em implantação, sendo que no acumulado do ano de 2011, até o mês de junho, o valor investido foi de R\$ 248,9 milhões. O atual plano de expansão da companhia, que duplicará a sua capacidade instalada de geração de energia elétrica, prevê investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão, onde grande parte será financiada com recursos de capital de terceiros e cujos desembolsos ocorrerão durante os anos de 2010 e 2011.

A tabela a seguir relaciona o *Capex* total estimado por empreendimento em implantação com o valor investido desde o início da construção até a data de 30 de junho de 2011.

Empreendimento (R\$ milhões)	Capex Total Estimado*	Investimento Realizado até 30/06/2011*	% Realizado
Moinho	93,1	64,5	69,2
Passos Maia	63,2	40,9	64,7
Enercasa	85,0	63,7	75,0
Complexo Eólico Desenvix Bahia	415,4	240,9	58,0
Parque Eólico Barra dos Coqueiros	130,0	2,0	1,5
LTs MGE e Goiás	163,7	12,0	7,3
SE Caldas Novas	6,9	0,0	0,4
Investimento Total	957,5	424,1	44,3

*considera participação societária da Desenvix

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E COMENTÁRIO DO DESEMPENHO - 2T11 e 1S11

14) GESTÃO DE PESSOAS

Em 30 de junho de 2011 a Desenvix Controladora contava com 61 colaboradores diretos, além dos 297 empregados da ENEX. Do efetivo da Desenvix, 19 são engenheiros com experiência relevante no setor energético, e em constante aprimoramento técnico através programas de educação continuada e do desenvolvimento de cursos de formação e capacitação profissional, que são estendidos a todo o efetivo da empresa.

Este material inclui informações que se baseiam nas hipóteses e perspectivas atuais da administração da Companhia, que poderiam ocasionar variações materiais entre os resultados, performance e eventos futuros. Inúmeros fatores podem afetar as estimativas e suposições nas quais estas opiniões se baseiam, tais como condições gerais e econômicas no Brasil e outros países, condições do mercado financeiro, condições do mercado regulador e outros fatores.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Desenvix Energias Renováveis S.A. (a "Companhia") e suas controladas (conjuntamente "o Grupo"), com sede social em Barueri - São Paulo tem por atividade a participação no capital social de outras empresas nas áreas de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, Saneamento Básico, Controle de Poluição, Tratamento de Efluentes Industriais, Gás, Biocombustível, Transportes, bem como a prestação de serviços de Assessoria, Consultoria, Administração, Gerenciamento e Supervisão, nas suas áreas de atuação.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de setembro de 2010 foi aprovado, entre outros, a alteração da denominação social da Companhia de Desenvix S.A. para Desenvix Energias Renováveis S.A.

O Grupo, controlado pela Jackson Empreendimentos Ltda., atua de maneira integrada com as empresas na prospecção, desenvolvimento, implantação e operação de empreendimentos de geração de energia renovável. As atividades envolvem o constante desenvolvimento de novos projetos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que atuam integradamente e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de partes relacionadas. O benefício dessas operações e os custos da estrutura operacional e administrativa, observada a praticabilidade da atribuição, são absorvidos em conjunto ou individualmente.

A sociedade ligada Engevix Engenharia S.A. ("Engevix"), controlada pela Jackson Empreendimentos Ltda., foi contratada para implantar as Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usina Hidrelétrica, Parque Eólico e Usinas em construção descritas na Nota 1(a), em regime de contrato de empreitada integral, incluindo o projeto básico, projeto executivo, obras civis, aquisição, montagem e comissionamento dos equipamentos eletromecânicos.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foi autorizada pela diretoria, em 12 de agosto de 2011.

(a) Operações

O Grupo Desenvix investe em empreendimentos de geração de energia elétrica por meio de (i) Usinas Hidrelétricas (UHEs); (ii) Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs); (iii) Usinas Eólicas (UEEs); (iv) Usinas Térmicas de Biomassa (UTES) e (v) Linhas de Transmissão.

A energia produzida é negociada por meio de contratos de compra e venda, celebrados tanto no Ambiente de Contratação Livre (ACL), no qual o preço é negociado diretamente entre o consumidor e produtor, quanto no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), no qual o preço da energia é determinado por meio de lance ofertado em leilões realizados pelo governo para suprir as demandas das distribuidoras.

A produção de energia das PCHs Esmeralda S.A., Santa Rosa S.A. e Santa Laura S.A., foi totalmente vendida no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA), através de Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVE), usualmente por um período de 20 anos, firmados com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. A produção de energia da UHE Monel Monjolinho Energética S.A., consoante contrato firmado de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), decorrente do resultado do 3º Leilão de Energia Nova, realizado em outubro de 2006, foi vendida para distribuidoras por um prazo

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de 30 anos, a partir de janeiro de 2011. Adicionalmente, em setembro de 2008 foi firmado o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica com o cliente privado, pelo qual foi contratada a venda de energia para o período de 1º de setembro de 2009 a 31 de dezembro de 2010 (42 MW médios).

(i) Empreendimentos em operação

O Grupo Desenvix, por intermédio de empresas controladas, detém diversas autorizações para operação de PCHs e participação integral em empreendimentos em operação que incluem:

<u>Empresas</u>	<u>Data de início das operações</u>	<u>Rio</u>	<u>Capacidade contratada em MW</u>	<u>Vencimento do contrato (autorizações)</u>
Esmeralda S.A.	23.12.06	Bernardo José	22,2	21.12.31
Santa Laura S.A.	01.10.07	Chapecozinho	15	27.09.30
Santa Rosa S.A. (*)	01.07.08	Grande	30	31.05.31

(*) Em janeiro de 2011, em decorrência do elevado volume de chuvas que caíram na região serrana do Rio de Janeiro, que resultou na alta afluência do Rio Grande, região onde está instalada a PCH Santa Rosa, ocorreu a inundação da casa de força da usina, atingindo grande parte dos equipamentos eletromecânicos; em decorrência, foram desligadas as 3 unidades geradoras em caráter de emergência. O referido sinistro não resultou em qualquer dano estrutural, inclusive a barragem e a tomada d'água, ficando o mesmo restrito aos acessos, cercas, pequenos taludes, entre outros.

A recomposição da Usina encontra-se em fase bastante avançada. Das três unidades geradoras, duas entraram em operação em junho, restando a terceira unidade geradora, que está com seu "estator do gerador" em avaliação pelo fabricante, sendo esperado o retorno de operação para setembro de 2011.

A Santa Rosa S.A., está emitindo o faturamento regular do fornecimento de energia elétrica previsto no PROINFA, assim como está recebendo os montantes faturados. Tal possibilidade tem por base a sua participação no MRE (Nota 25(a)), assim como pelo fato da ausência de geração de energia decorrer de caso fortuito de força maior (inundação), não sendo esperadas perdas relevantes em decorrência do procedimento adotado, cujo eventual valor só será passível de mensuração em janeiro ou fevereiro de 2012, data estimada em que a entidade reguladora disponibilizará o montante do ajuste decorrente do processo de realocação de energia. Em 6 de junho de 2011, a ANEEL emitiu o Despacho nº 2.418, suspendendo a operação comercial da unidade geradora nº 3, sendo a suspensão em caráter temporário até que a condição operativa da referida unidade geradora seja restabelecida.

Os gastos previstos para recomposição total da Usina é da ordem de R\$ 4,5 milhões, (até 30 de junho de 2011 foram incorridos gastos, no montante de R\$ 2.532, apresentados no ativo circulante), mantendo a empresa seguro risco operacional, sendo o valor da indenização ainda a ser apurado, considerando, inclusive a aplicação da franquia.

As autorizações para as empresas atuarem como produtores independentes de energia elétrica estabelecem que: (i) por ocasião de seu vencimento, poderão, a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), serem prorrogadas; (ii) não é requerido qualquer pagamento pelo uso do bem público; e (iii) ao final do prazo da referida autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a empresa restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo Desenvix, por intermédio de empresas controladas e por meio de investimentos avaliados ao custo, detém concessões para operação de serviço público de geração de energia elétrica através de UHEs:

<u>Empresas</u>	<u>Rio</u>	<u>Capacidade contratada em MW</u>	<u>Vencimento do contrato</u>
Monel Monjolinho Energética S.A. (i)	Passo Fundo	74	22.04.37
Dona Francisca Energética S.A. (ii)	Jacuí	125	28.08.33
CERAN - Cia. Energética Rio das Antas (iii)	Das Antas	360	31.12.29

- (i) A UHE Alzir dos Santos Antunes (Monel Monjolinho Energética S.A.) foi arrematada no leilão promovido pela ANEEL em novembro de 2001, sendo o correspondente contrato de concessão firmado em abril de 2002 e tendo a empresa entrado em operação em setembro de 2009. O contrato de concessão firmado estabelece, dentre outros, o seguinte: (a) pelo uso do bem público a empresa pagará à União, da data de início da operação comercial da primeira unidade hidrogeradora até o final da concessão, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 2.400 (R\$ 72.000 pelo prazo da concessão após o início das operações), atualizado monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas, tendo como base o índice relativo ao mês anterior à data do leilão. Ao final do prazo de concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.
- (ii) A UHE Dona Francisca está em operação comercial desde fevereiro de 2001, sendo que a energia elétrica do empreendimento foi integralmente vendida à COPEL por meio da celebração de CCVE, por um período de suprimento de 15 anos. A Companhia detém 2,12% do empreendimento.
- (iii) A CERAN - Cia. Energética Rio das Antas é a empresa responsável pela construção e operação do Complexo Energético Rio das Antas. A Companhia detém 5% deste empreendimento. O complexo é formado pelas UHEs Monte Claro, Castro Alves e 14 de julho. O projeto é operado pela CPFL Geração de Energia S.A.

Os serviços de operação e manutenção das PCHs e da UHE Monjolinho estão contratados com a Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.

(ii) Projetos em construção

. PCH Moinho

A PCH Moinho S.A. localizada no rio Bernardo José, no Rio Grande do Sul, está em fase de construção, sendo sua conclusão prevista para setembro de 2011. A geração de energia da PCH foi inicialmente vendida para a CEMIG Geração e Transmissão S.A. por um período de 14 anos, a partir de janeiro de 2011. O CCVE celebrado prevê o fornecimento mensal de 7 MW/médios.

Em 6 de novembro de 2009, foi firmado o primeiro termo aditivo ao CCVE, estabelecendo aumento no prazo fixado para apresentação da documentação relativa à estruturação financeira decorrente da contratação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Em decorrência do atraso na construção da usina, derivado do assunto mencionado a seguir, foi firmado em 16 de abril de 2010 o segundo termo aditivo ao referido contrato, retificando o período de fornecimento de energia para 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2024.

A construção da PCH Moinho esteve paralisada em decorrência de diversos atos praticados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), inclusive depredação de determinados bens, tendo a

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

empresa enviado correspondências ao Ministério Público Federal (Procuradoria da República), Ministério Público Estadual do Rio Grande do Sul, assim como sendo lavrado diversos boletins de ocorrência comunicando tais fatos, tendo inclusive uma ordem de reintegração de posse a favor da empresa, não cumprida.

Em 16 de abril de 2010, foi firmada a ata de reunião da Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Vacaria, onde os representantes da Promotoria, da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania e os advogados da empresa e dos interessados, ajustaram as seguintes condições na solução das questões emergentes da construção da PCH: (i) as obras da PCH serão retomadas na primeira semana do mês de maio de 2010; (ii) as partes deverão assinar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) onde serão detalhadas as condições de satisfação das demandas formuladas pelos interessados ao Ministério Público Estadual, bem como as responsabilidades pessoais dos ajustantes e as garantias para o fiel cumprimento do ajustado, especialmente no pertinente à finalização das obras da PCH; (iii) os interessados serão convocados pelo Ministério Público Estadual, no prazo de 60 dias contados da assinatura do TAC, de modo que, por intermédio de Termos de Ajustes Complementares, sejam estabelecidas as regras e procedimentos para concretização de eventual transmissão de propriedade e/ou aquisição, sempre assegurando-se 5 ha de área agriculturável por interessado, comprometendo-se a empresa a disponibilizar um estudo técnico agrícola para acompanhamento das condições ambientais na implantação para exploração dos lotes; (iv) as ações judiciais em andamento deverão ser compostas amigavelmente podendo a empresa assumir, mediante negociação específica, eventuais honorários de advogados e custas processuais; e (v) o representante dos interessados assume, perante o Ministério Público e diante da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, a responsabilidade de assegurar, junto aos seus representados, que os termos ora ajustados serão por eles cumpridos, especialmente garantindo as condições para retomada imediata do empreendimento e sua não interrupção.

Em 20 de agosto de 2010, foi firmado o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), estabelecendo, dentre outras, as seguintes condições: (i) que serão firmados Termos de Ajustamento de Conduta Complementares, com cada interessado, de modo a viabilizar a consecução ao presente TAC; (ii) que a Moinho S.A. garantirá o mínimo de 5 ha de terras agriculturáveis na região para cada interessado indicado pelo Ministério Público Estadual, nos termos do respectivo TAC Complementar, com garantias de acesso e devidamente mapeados, de modo a permitir que os beneficiários trabalhem na terra produzindo o seu sustento econômico; e (iii) que no prazo máximo 60 dias contados da conclusão das obras, a Moinho S.A. transmitirá as respectivas propriedades de acordo com os TACs Complementares a serem firmados, mediante cláusula modal, declarando, desde já, possuir 79,06 ha disponíveis entre áreas a serem destinadas à agricultura familiar e à composição das respectivas reservas legais.

• PCH Passos Maia

Em 17 de setembro de 2009, a Companhia firmou com a Adami S.A. o "Contrato de Cessão de Direitos de Subscrição de Ações e Outras Avenças Sujeito a Condição", estabelecendo, dentre outros, o seguinte: (i) que a Companhia subscreveria ações em quantidade equivalente a 50% da participação societária mantida na Passos Maia S.A.; (ii) que a referida subscrição corresponderia a 338.100 novas ações ordinárias a serem integralizadas pelo montante de R\$ 10.000, sendo R\$ 6.619 a título de ágio na subscrição de ações; e (iii) que a efetividade da referida operação estava condicionada, independentemente de qualquer outra formalidade, a publicação no Diário Oficial da anuência prévia da ANEEL em relação aos termos propostos, em especial a cessão de direitos de subscrição de ações da Passos Maia S.A. pela Companhia. A referida autorização da ANEEL ocorreu em 11 de maio de 2010, mediante publicação da Resolução Autorizativa nº 3.385/10.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A PCH Passos Maia, localizada no rio Chapecó, no município de Passos Maia (SC), terá potência instalada de 25 MW e reservatório com área de 175 ha. As obras tiveram início no mês de janeiro de 2010 e a entrada em operação comercial está prevista para janeiro de 2012, estando a energia a ser produzida vendida para a CEMIG Geração e Transmissão S.A. por meio de contrato bilateral do mercado livre, pelo prazo de 14 anos a partir da data de início da operação comercial.

Em 20 de maio de 2010 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária aprovando um novo aumento de capital social, no montante de R\$ 3.634, sendo o mesmo integralizado totalmente pela Adami. Nessa mesma data, a Companhia e a Adami assinaram o Acordo de Acionistas estabelecendo termos e condições para disciplinar o seu relacionamento, especialmente no tocante ao direito de voto e ao exercício de controle; os termos deste Acordo determinam que decisões essenciais ao andamento do negócio sejam tomadas em consenso pelos acionistas, estabelecendo o controle conjunto.

No mês de junho de 2010 a Companhia efetuou os aportes de capital totalizando R\$ 9.681, correspondentes aos R\$ 10.000 anteriormente mencionados. Por ocasião dos referidos aportes foi apurado um ágio de R\$ 4.516. No mês de julho de 2010 a Companhia integralizou a parcela remanescente do capital social (R\$ 319), bem como realizou a subscrição e integralização de R\$ 3.634, para assim equalizar sua participação de 50% no capital social da Passos Maia; em decorrência dos referidos aportes realizados até 30 de setembro de 2010, o capital social da Passos Maia passou a ser de R\$ 14.030 e tendo uma Reserva de Ágio na Subscrição de Ações, no montante de R\$ 6.619. A participação da Companhia na Passos Maia em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 era de 50% (Notas 8 e 27).

. Parques eólicos

Em 2010, as empresas controladas Barracão S.A., Topázio S.A. e Safira S.A., tiveram sua razão social alterada para Macaúbas Energética S.A., Seabra Energética S.A. e Novo Horizonte Energética S.A., respectivamente.

As referidas empresas controladas se encontram em fase pré-operacional e irão explorar as três usinas eólicas que serão construídas, como resultado do Leilão de Venda de Energia nº 03/2009 realizado pela ANEEL em 14 de dezembro de 2009. As autorizações para as referidas empresas estabelecerem-se como Produtores Independentes de Energia Elétrica foram emitidas pelo Ministério de Minas e Energia em 17 de junho de 2010 (Macaúbas - Portaria nº 580) e 29 de julho de 2010 (Seabra - Portaria nº 671 e Novo Horizonte - Portaria nº 673), estabelecendo, dentre outras, as seguintes condições: (i) data de início das obras - 1º de outubro de 2010; (ii) data de início da operação comercial - 1º de julho de 2012; (iii) as usinas terão 30.000 kW de capacidade instalada cada uma, assim como garantia física de energia de 13.400 kW médios para Macaúbas, 11.330 kW médios para Seabra e 10.970 kW médios para Novo Horizonte. A energia a ser produzida foi contratada pela CCEE como energia de reserva por um prazo de 20 anos, a partir da data de início da operação comercial.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2010, foram aprovados aumento do capital social das controladas Macaúbas Energética S.A., Seabra Energética S.A. e Novo Horizonte Energética S.A., nos montantes de R\$ 3.150, R\$ 3.150 e R\$ 3.150, respectivamente, mediante a transferência dos projetos e estudos do Parque Eólico em implantação, os quais foram desenvolvidos pela Companhia.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

. **Enercasa - Energia Caiuá S.A. ("Enercasa")**

Proprietária da UTE Decasa, projetada para utilizar o bagaço de cana de açúcar como combustível para produzir energia elétrica. A UTE Decasa firmou contrato de venda de energia de reserva por um período de suprimento de 15 anos.

Em 25 de fevereiro de 2010, considerando que a Enercasa não deu início ao projeto de construção da usina, resultando, dessa forma, em atraso no fornecimento de energia nos termos dos contratos firmados com a ANEEL e CCEE, foi firmado o Contrato de Cessão de Participação Societária, estabelecendo, entre outros, os seguintes aspectos: (i) os demais acionistas da Enercasa transferem para a Companhia a totalidade de suas ações, representando 50% do capital social da referida empresa, pelo montante de R\$ 1,00; (ii) a consumação da referida cessão está condicionada à obtenção da aprovação prévia e escrita da ANEEL em relação à cessão e transferência das ações e a obtenção da autorização pela ANEEL e/ou CCEE para a Enercasa construir a usina de produção de energia a partir de biomassa em local diferente daquele estabelecido nos termos da proposta firmada pela Enercasa em razão do Leilão nº 01/2008 promovido pela ANEEL em 14 de agosto de 2008 e do CER nº 23/08; ou seja, tudo isso para que a Enercasa possa implementar e desenvolver, em outra localidade que não aquela originalmente definida, todo o projeto decorrente ou que consta da outorga nº 89 de 20 de fevereiro de 2009, emitida pelo Ministério de Minas e Energia; (iii) caso a ANEEL não aprove a cessão ou mesmo imponha qualquer restrição à mesma, as partes desde já estão cientes que retornarão ao *status quo ante*; e (iv) desde que as condições precedentes estejam presentes e seja concretizada integralmente a transferência para a Companhia das ações que os demais acionistas tem na Enercasa, nenhuma multa ou penalidade eventualmente imposta pela ANEEL ou pela CCEE à Enercasa poderá ser cobrada dos demais acionistas, tampouco eventuais indenizações por perdas e danos por parte da Companhia.

Em junho de 2010 foi assinado o Memorando de Entendimentos entre a Companhia e a Usina Pau D'Alho S.A. ("Usina"), localizada no município de Ibirarema, Estado de São Paulo, como novo parceiro e eventual sócio da UTE Decasa em substituição aos demais acionistas. A materialização dessa eventual associação está vinculada à aprovação pela ANEEL da transferência de ações dos demais acionistas da Enercasa para a Companhia, como mencionado anteriormente, assim como da aprovação da ANEEL quanto a admissão da Usina como acionista da Enercasa.

Em 22 de fevereiro de 2011, a ANEEL, através das Resoluções Autorizativas nºs 2.789 e 2.791, aprovou: (i) a transferência da participação societária mantida pelos demais acionistas para a Companhia, passando essa última a ser a controladora integral da Enercasa e (ii) a alteração do local de implantação da UTE, da capacidade a ser instalada para 33.000 kW e do sistema de transmissão de interesse restrito. Em decorrência será firmado o Termo Aditivo ao Contrato de Energia de Reserva contemplando as referidas mudanças, assim como o novo valor da receita fixa a ser calculado pela ANEEL com base em recálculo da Receita Anual Variável (RAV) pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), no caso de alteração de valores, ficando mantido o prazo de outorga estabelecido pela portaria MME nº 89, de 20 de fevereiro de 2009.

. **Linhas de transmissão**

Em 22 de outubro de 2010, foram firmados os Contratos de Compra e de Venda sob Condição Suspensiva e Outras Avenças com a Engevix Engenharia S.A. (parte relacionada - Nota 1), onde a Companhia adquiriu 25,5% de participação no capital social das seguintes empresas:

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- .. MGE Transmissão S.A., pelo montante de R\$ 2.840, a qual é titular do contrato de concessão para exploração do serviço público nº 008/2010-ANEEL, assinado em 12 de julho de 2010, tendo vigência de 30 anos a partir da data de sua celebração para construção, operação e manutenção das referidas instalações de transmissão, devendo entrar em operação em 24 meses a partir da data da assinatura do contrato. O referido empreendimento está representado pelas Linhas de Transmissão Mesquita - Viana 2, Circuito Simples, em 500 kV, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e Viana 2 - Viana, Circuito Duplo, em 335 kV, bem como pela Subestação Viana 2, 500/345 kV, no Estado do Espírito Santo.
- .. Goiás Transmissão S.A., pelo montante de R\$ 2.929, a qual é titular do contrato de concessão para exploração do serviço público nº 002/2010-ANEEL, assinado em 12 de julho de 2010, tendo vigência de 30 anos a partir da data de sua celebração para construção, operação e manutenção das referidas instalações de transmissão, devendo entrar em operação em 24 meses a partir da data da assinatura do contrato. O referido empreendimento está representado pelas Linhas de Transmissão Rio Verde Norte - Trindade, Circuito Duplo, em 500 kV, Trindade - Carajás, Circuito Simples, em 230 kV, bem como pela Subestação Trindade, 500/230 kV, no Estado do Goiás.

Os contratos acima mencionados contêm cláusula onde as partes reconhecem que a alienação das ações é celebrada sob condição suspensiva, nos termos e para os fins do artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), de a Companhia obter a aprovação da ANEEL. Na hipótese da ANEEL negar a aprovação das transferências das ações, nenhuma das partes terá adquirido qualquer direito por força da celebração dos referidos contratos.

Em 10 e 15 de março de 2011, a ANEEL emitiu as Resoluções Autorizativas nºs 2.792 e 2.816, aprovando as transferências das ações para a Companhia.

(iii) Projetos em estruturação

O Grupo Desenvix tem participação em projetos em estruturação que incluem, entre outros:

. Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A. ("UHE Cubatão")

Empreendimento planejado para ser instalado no rio Cubatão, em Santa Catarina. A Companhia possui 20% de participação no projeto, estando o início de construção condicionado à renovação da licença ambiental de instalação, cujo processo se encontra em andamento junto ao órgão ambiental estadual.

. Outras informações

- .. Em 22 de outubro de 2010, foi firmado o Contrato de Compra e de Venda sob Condição Suspensiva e Outras Avenças com o Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix para aquisição de 9.000.500 ações ordinárias de emissão da Norte Energia S.A., equivalentes a 5% de seu capital votante e total. Em contrapartida à alienação das ações, a Companhia se comprometeu a pagar o montante equivalente ao valor integralizado, até a data da transferência, como contraprestação pela subscrição das ações, corrigido pela variação diária da Taxa Média das Captações no Mercado Interfinanceiro, divulgada diariamente pela CETIP S.A. - Balcão organizado de ativos e derivativos.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O referido contrato contém cláusula onde as partes reconhecem que a alienação das ações é celebrada sob condição suspensiva, nos termos e para os fins do artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), de a Companhia obter a aprovação da ANEEL, assim como no caso da Norte Energia S.A., da aprovação, se necessária, do BNDES e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). Na hipótese da ANEEL, ou quando aplicável e requerido, o BNDES e/ou CADE, negar a aprovação das transferências das ações, nenhuma das partes terá adquirido qualquer direito por força da celebração dos referidos contratos. As solicitações de transferência das participações societárias já foram encaminhadas para a ANEEL, ainda pendentes de sua aprovação final.

- .. Termo de Compromisso firmado com a Neoenergia S.A., em 23 de setembro de 2008, que garante a participação de 10% no capital social da futura Sociedade de Propósito Específico (SPE) a ser constituída e que terá por atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, mediante condição suspensiva da Neoenergia S.A. sagrar-se vencedora do leilão de energia. O referido empreendimento ainda não obteve a licença ambiental de instalação, assim como ainda não foi constituída a referida SPE e, conseqüentemente, não teve início a construção da referida Usina, mesmo tendo a Neoenergia S.A. logrado êxito no referido leilão.
- .. Em 21 de janeiro de 2011, a Companhia e a JP Participações Ltda. assinaram contrato de compra e venda de ações da ENERGEN - Energias Renováveis S.A., empresa que possui autorização do Ministério das Minas e Energia para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL - Barra dos Coqueiros, localizada no município de Barra dos Coqueiros, estado de Sergipe. Como parte do contrato, a Companhia adquiriu a participação de 88,33% das ações ordinárias e das ações preferenciais, por R\$ 19.433, composto por R\$ 6.183 em dinheiro e R\$ 13.250 por assunção de passivos, além de um bônus de performance de até R\$ 4.000 que está vinculado a liberação de certos empréstimos e ao atingimento de montantes de geração de energia elétrica após o fechamento do primeiro quadriênio pós-implantação. A efetivação da transação estava condicionada a que a JP Participações Ltda. realizasse uma reestruturação societária na estrutura de participação na ENERGEN, sendo cláusula suspensiva para a efetivação do contrato a aprovação da transferência de controle da ENERGEN para a Companhia pela ANEEL. Em 10 de maio de 2011 a ANEEL anuiu, por meio da Resolução Autorizativa 2.880/2011, a troca de controle da Energen - Energias Renováveis S.A., estando previsto o início de construção da usina para setembro de 2011.
- .. Subestação Caldas Novas: o Consórcio Caldas Novas foi vencedor do Lote C no leilão de transmissão 008/2010, realizado em dezembro de 2010. Uma Sociedade de Propósito Específico está em fase de constituição para implantar, operar e explorar comercialmente a subestação Corumbá, de 150MVA, localizada no estado de Goiás, onde a Companhia terá participação de 25,05% na referida sociedade.

(b) Alterações societárias

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia constituiu a Cevix Energias Renováveis S.A. ("Cevix") mediante aporte de capital com as participações societárias mantidas nas seguintes empresas controladas: Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A., Moinho S.A. e Monel Monjolinho Energética S.A., avaliadas a valor contábil. Posteriormente, a Companhia celebrou associação com a Fundação dos Economistas Federais ("FUNCEF") visando alavancar recursos para suas atividades de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis. Tal associação resultou na constituição da Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix ("Fundo Caixa FIP Cevix"), onde a Companhia e a FUNCEF integralizaram suas quotas com a participação societária mantida na Cevix e em dinheiro, respectivamente.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consoante o Instrumento Particular de Acordo de Quotistas e o Instrumento Particular de Subscrição de Quotas e Compromisso de Integralização do Fundo Caixa FIP Cevix, a FUNCEF subscreveu quotas correspondentes a 25% do patrimônio líquido do Fundo, pelo montante de R\$ 260.670, tendo assumido em caráter irrevogável e irretratável o compromisso de integralizar as referidas quotas em datas estabelecidas pelo administrador, tendo integralizado o montante de R\$ 75.000, correspondente à 8,75% das quotas subscritas, até 31 de dezembro de 2009. Em 26 de março de 2010, foi realizada chamada para integralização de quotas, no montante de R\$ 48.006, integralizadas da seguinte forma: (i) R\$ 24.003 em 9 de abril de 2010; (ii) R\$ 9.502 em 10 de maio de 2010; e (iii) R\$ 14.501 em 9 de junho de 2010; em decorrência, a FUNCEF passou a deter 13,57% das quotas do Fundo. Como mencionado no item (c)(iv)) adiante em 31 de julho de 2010, o investimento mantido no referido Fundo foi transferido para Jackson Empreendimentos Ltda., através de cisão do patrimônio líquido do Companhia.

Em 23 de julho de 2010, a FUNCEF foi chamada para integralizar a parcela remanescente das quotas subscritas do patrimônio líquido do Fundo Caixa FIP Cevix, no montante de R\$ 137.664, integralizadas em 2 de agosto de 2010, acrescida da taxa de ingresso, no montante de R\$ 9.236 (corresponde à atualização monetária da parcela a ser integralizada entre a data da subscrição e a data da integralização), perfazendo o montante total de R\$ 146.900, montante esse utilizado pelo Fundo para aumento do capital social na Cevix Energias Renováveis S.A.

(c) Reestruturação societária

- (i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2010 foram aprovados os termos e condições do Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação celebrado entre a Companhia e a Cevix Energias Renováveis S.A. ("Cevix") e a correspondente incorporação do acervo líquido da Cevix pela Companhia. O referido acervo líquido avaliado a valor contábil em 31 de agosto de 2010 por três peritos totalizou R\$ 461.988, representado por:

Caixa e equivalentes de caixa	116.601
Despesas antecipadas e outros créditos	744
Partes relacionadas	76.248
Investimentos em controladas	
Esmeralda S.A.	27.857
Santa Laura S.A.	32.409
Santa Rosa S.A.	57.854
Monel Monjolinho Energética S.A.	131.018
Moinho S.A.	24.742
Fornecedores	(55)
Partes relacionadas	(5.359)
Demais contas a pagar	(71)
	<u>461.988</u>
Acervo líquido incorporado	<u>461.988</u>

Como deliberado na referida Assembleia, o acervo líquido incorporado teve a seguinte destinação: aumento do capital social e manutenção das reservas legal e de retenção de lucros, nos montantes de R\$ 433.647 e R\$ 28.341, respectivamente.

O capital social subscrito da Companhia passou a ser de R\$ 546.787, representado por 671.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2010 foram aprovadas as seguintes deliberações: aumento do capital social da Companhia em R\$ 112.940 mediante: (i) capitalização da reserva legal e de parcela do lucro líquido do exercício em curso, nos montantes de R\$ 23 e R\$ 33.161, respectivamente; e (ii) admissão do acionista Fundo de Investimento em Participações Desenvix, o qual subscreveu e integralizou capital social, no montante de R\$ 79.756. Em decorrência do referido aumento o capital social subscrito passou a ser de R\$ 113.140, representado por 132.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O lucro líquido do exercício utilizado para aumento de capital, no montante de R\$ 33.161, correspondia ao resultado apurado no período de oito meses findo em 31 de agosto de 2010.

- (iii) Em reunião do Conselho de Administração da Cevix Energias Renováveis S.A., realizada em 16 de setembro de 2010, foi aprovada a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 12.500, decorrentes de parcela do saldo da reserva de retenção de lucros.
- (iv) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de julho de 2010, foi aprovado o Protocolo de Cisão Parcial e Instrumento de Justificação, celebrado entre a Companhia e a Jackson Empreendimentos Ltda., aprovando a cisão parcial do patrimônio líquido contábil da Companhia e correspondente incorporação da parcela cindida pela sociedade controladora. O referido acervo líquido cindido avaliado a valor contábil em 30 de junho de 2010 por três peritos totalizou R\$ 220.101, representado por: (i) investimento mantido no Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix, no montante de R\$ 272.234; e (ii) contas a pagar representado por financiamento contratado junto ao Banco Votorantim S.A. e contas a pagar (mútuo) a Cevix Energia Renováveis S.A., nos montantes de R\$ 51.922 e R\$ 211, respectivamente. Em decorrência, o capital social da Companhia foi reduzido por R\$ 220.101, passando a ser naquela data de R\$ 200, representado por 3.760 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 53,20 cada uma.
- (v) Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2010, foram aprovados os seguintes assuntos: (a) abertura de capital da Companhia a ser feita por meio de pedido de registro à CVM nos termos da Instrução Normativa CVM nº 480 e (b) grupamento de ações da Companhia, que foi realizado na proporção de 6,709999989 ações ordinárias para cada uma ação ordinária ("Grupamento"), de acordo com o disposto no artigo 12 da Lei nº 6.404/76. Face ao Grupamento ora aprovado, o número total de ações da Companhia será de 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias. Nos termos desta aprovação ficou alterada a redação do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia que passou a ter a seguinte redação - "O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 546.787, dividido em 100.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal".

Em decorrência do referido processo de reestruturação societária, a Jackson Empreendimentos Ltda. participará com 75% das quotas do Fundo Caixa FIP Cevix e do Fundo de Investimento em Participações Desenvix, os quais terão 100% de participação na Desenvix Energias Renováveis S.A.

(d) Posição financeira

Em 30 de junho de 2011, o Grupo apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes (consolidado) de R\$ 297.678 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 23.273), motivado, em grande parte, pela utilização de parcela substancial dos recursos financeiros aportados como capital social e pela admissão de um novo acionista (Nota 1(b)) na construção das usinas eólicas e PCHs em andamento (Nota 1(a)(ii)).

O equilíbrio financeiro de curto prazo da Companhia será restabelecido à medida que o Grupo receber os recursos financeiros dos financiamentos de longo prazo que serão, ou já estão, contratados, no montante de R\$ 402.414, composto como segue: (a) PCH Moinho - contrato de financiamento já assinado com o BNDES, no montante de R\$ 47.850, sendo que R\$ 40.000 foram liberados em 8 de

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

julho de 2011; (b) PCH Passos Maia - contrato já assinado com o BNDES, no montante de R\$ 86.564, tendo sido liberado o montante de R\$ 60.000 em maio de 2011, e o saldo remanescente com previsão de liberação até outubro de 2011; e (c) Eólicas - contrato de financiamento já assinado com Banco do Nordeste do Brasil, no montante total de R\$ 267.984, tendo sido liberado o montante de R\$ 193.908 em agosto de 2011, e o saldo remanescente com previsão de liberação até janeiro de 2012. Além disso, a Companhia está avaliando alternativas de captação de instrumentos de patrimônio no segundo semestre de 2011 com investidor estratégico de grande porte do setor. Caso as negociações para captação de instrumentos de patrimônio não se viabilizem até o início do segundo semestre de 2011, a Companhia avaliará parcerias com outros investidores ou a emissão de dívida de longo prazo com o intuito de captar os recursos remanescentes para implementação de seu plano estratégico. Os encaixes possibilitaram a liquidação de parte do mútuo das controladas em implantação para com a Companhia, que por sua vez, liquidou cerca de R\$ 135.000 em empréstimos de curto prazo, tomados na categoria de Cédula de Crédito Bancário. Essa modificação no perfil do endividamento bancário consolidado da Companhia, transferindo empréstimos de curto prazo para o longo prazo, auxiliará a Companhia na inversão da atual condição do seu capital circulante líquido.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

A demonstração do resultado abrangente (controladora e consolidado) está sendo apresentada diretamente no patrimônio líquido.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As informações contábeis individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As informações contábeis consolidadas foram elaboradas, adicionalmente, de acordo com o IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pela International Accounting Standards Board (IASB), aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. As referidas políticas contábeis e os métodos de cálculo são os mesmos nas demonstrações intermediárias, quando comparados com a demonstração contábil anual mais recente (Demonstração Financeira Padrão (DFP)).

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos das contas da Companhia e de suas empresas controladas, inclusive em conjunto, sendo esta última na proporção da participação mantida.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes empresas: (i) controladas: Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix, Cevix Energias Renováveis S.A., Esmeralda S.A., Macaúbas Energética S.A., Moinho S.A., Monel Monjolinho Energética S.A., Novo Horizonte Energética S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A., Seabra Energética S.A., Enercasa - Energia Caiuá S.A. e Energen - Energias Renováveis S.A.; e (ii) controladas em conjunto: Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. e Passos Maia Energética S.A.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

A diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e o resultado da entidade controladora em suas demonstrações financeiras individuais decorre da manutenção do ativo diferido nas demonstrações financeiras da sociedade controlada Santa Rosa S.A., conforme permitido pela Lei nº 11.638/07.

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

O Grupo usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora da adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Nas aquisições em que o Grupo atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores.

Transações entre companhias e saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(ii) Transações e participações não controladoras

O Grupo trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando o Grupo para de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

(iii) Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se a participação acionária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, pela (i) avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo; e (ii) pela manutenção dos saldos do ativo diferido nas demonstrações financeiras individuais de determinada controlada, enquanto que conforme IFRS o ativo diferido foi baixado contra o patrimônio líquido na data de transição.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

O Grupo não elabora demonstrações por segmento, uma vez que atua preponderantemente na geração e comercialização de energia elétrica gerada por meio de contratos de longo prazo, que representam substancialmente a receita do Grupo nos períodos findos em 30 de junho de 2011 e de 2010.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais com prazo máximo de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Instrumentos financeiros

2.6.1 Classificação

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado como "Receitas financeiras" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando método da taxa de juros efetiva.

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são investimentos sobre os quais a Companhia não possui influência significativa ou controle, não derivativos, que foram designados nessa categoria por não atenderem às características das outras categorias. Estes investimentos estão apresentados na conta de investimentos, no ativo não circulante, tendo em vista que a administração não pretende alienar estes investimentos em até 12 meses após a data do balanço.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas e despesas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As variações no valor justo dos investimentos classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio. Os dividendos decorrentes destes investimentos são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber pagamentos.

A administração estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, contando com o mínimo possível de informações geradas pela administração da própria entidade.

A administração avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 *Impairment* de ativos financeiros

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

2.7 Contas a receber

As contas a receber correspondem a: (a) suprimento de energia elétrica contratado até a data das demonstrações financeiras; e (b) serviços prestados de consultoria e gerenciamento, contabilizados observando o regime de competência.

As contas a receber de clientes são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment* (provisão para créditos de realização duvidosa), se necessária.

2.8 Demais ativos circulantes e não circulantes

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda e Contribuição Social, decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas. Os estoques, representados por peças de manutenção das usinas hidrelétricas, estão demonstrados ao custo, que não excede seu valor de realização.

As despesas antecipadas, representadas substancialmente pelos custos incorridos na contratação de carta de fiança bancária, despesas incorridas com processo de abertura de capital e seguros, apropriados *pro rata temporis*, estão demonstradas ao custo.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

A Companhia não possui investimentos no exterior. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos não realizados entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados, quando aplicável, na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

Quando a participação da Companhia nas perdas acumuladas das coligadas e controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada na conta "Provisão para passivo a descoberto" (Nota 8).

Controladas em conjunto são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da entidade requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os investimentos em empresas com controle compartilhado são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o controle conjunto é adquirido ou constituído. O Grupo apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional.

2.10 Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 9, estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, limitadas ao prazo de concessão ou da autorização das usinas, quando aplicável.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia e suas empresas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

A Companhia optou por não valorizar o seu ativo imobilizado ao custo atribuído, uma vez que seus empreendimentos são relativamente novos e não possuem defasagem material de avaliação com relação aos seus valores de mercado.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Intangível

(a) Estudos de projeto

O montante dos gastos incorridos no desenvolvimento de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros são reconhecidos inicialmente ao custo, sendo posteriormente reduzido ao seu valor recuperável, uma vez que a sua recuperação está condicionada a aprovação dos referidos estudos e consequente realização do leilão de novos empreendimentos de geração de energia pela ANEEL, assim como, quando requerida, a obtenção pelas empresas vencedoras do leilão da licença ambiental prévia, em prazos e condições indeterminados.

Por ocasião da aprovação pela ANEEL dos estudos para UHEs, formalizada através de Despachos ou Ofícios, quando a Companhia tem assegurado o ressarcimento dos custos incorridos pelo vencedor do leilão de novos empreendimentos de geração de energia, que poderá ser um terceiro ou parte relacionada, assim como, quando requerida, da obtenção da licença ambiental prévia, um ativo é reconhecido, em contrapartida ao resultado do exercício, uma vez que há indicações claras e objetivas, com base em fontes internas e externas, do direito de exploração ou do seu reembolso, conforme o caso.

No caso específico de PCHs e usinas eólicas, o ativo é reconhecido por ocasião da obtenção, ou quando houver evidências claras e objetivas da obtenção, da outorga, como por exemplo, estarem classificadas como prioritárias, ter a licença ambiental prévia, terras nas proximidades do reservatório, projeto básico aceito pela ANEEL estando em fase final de complementação, entre outros. Essas condições são analisadas, individualmente ou em conjunto, considerando fatos e circunstâncias.

Caso o ganhador seja um terceiro, os referidos gastos serão faturados consoante previsão contratual e normas da ANEEL, atualizados monetariamente desde a data de sua aprovação até a data de seu pagamento, tendo por base a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), limitada a 10% ao ano; portanto, corresponde a um ativo financeiro pelo direito contratual de receber deste terceiro. Caso o ganhador seja uma parte relacionada (empresa controlada constituída para explorar o novo empreendimento de geração de energia), o referido gasto poderá ser faturado para a, ou considerado como aporte de capital na, referida sociedade.

Os gastos com pesquisa, quando incorridos, são reconhecidos como despesas no resultado.

(b) Direito de concessão - uso do bem público

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão contratado decorrente do contrato de concessão firmado pela Monel Monjolinho Energética S.A. com a ANEEL. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o Uso do Bem Público (UBP) até o final do contrato de concessão e amortizado pelo correspondente prazo, a partir do início da operação comercial da usina.

(c) Licenças ambientais

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível (Notas 10 e 14).

2.12 Diferido

Corresponde aos gastos incorridos na fase pré-operacional pela sociedade controlada Santa Rosa S.A., que tiveram origem no período anterior ao do início da fase de construção da usina, não tendo, dessa forma, nenhuma vinculação com o projeto, sendo amortizados pelo prazo máximo de cinco anos, a partir da data de início das operações da usina. Conforme facultado no Pronunciamento Técnico CPC 13, a administração optou por manter, nas demonstrações financeiras individuais, o saldo existente no ativo diferido até a sua amortização final.

2.13 Redução ao valor recuperável

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Em 30 de junho de 2011, não há indicação de desvalorização que requeira a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

2.14 Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição foram reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

As participações dos acionistas não controladores que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia no caso de liquidação, são mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da ICPC 09, "Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas", a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição de participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. As contraprestações transferidas (valor pago), bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritas anteriormente.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.15 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.16 Passivos financeiros

2.16.1 Financiamentos

Os financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

O ajuste a valor presente não é aplicável, uma vez que parcela substancial dos financiamentos reúne características próprias, sendo as condições definidas nos correspondentes contratos aplicáveis a qualquer empresa, assim como estando sua concessão limitada ao BNDES.

2.16.2 Concessões a pagar

É um instrumento financeiro mantido até o vencimento, demonstrado ao custo amortizado e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 9,56%.

2.17 Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou implícita, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.18 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.19 Reconhecimento da receita

As receitas de venda de serviços e do fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios inerentes são transferidos para o comprador.

No caso de estudos de inventário, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros, a receita, ou a recuperação de custos, é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos venham a ser percebidos pela Companhia, fato esse que ocorrerá por ocasião do leilão de energia, quando a empresa vencedora, mediante previsão contratual, se obriga a pagar a Companhia pelos referidos estudos, dependendo ainda, em determinadas circunstâncias, da obtenção da licença ambiental prévia. O Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) é utilizado para operacionalizar o compartilhamento dos riscos hidrológicos associados ao despacho centralizado, assegurando que todas

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

as usinas recebam seus níveis de Garantia Física independente de seus níveis reais de produção de energia. O MRE realoca a energia produzida, transferindo o excedente daqueles que geraram além de sua Garantia Física para aquelas que geraram abaixo. O ajuste do MRE é apurado e informado ao final de cada ano pela Eletrobras, sendo seu montante (receita ou custo) reconhecido contabilmente somente no encerramento do exercício social.

As demais receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência.

2.20 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. Determinadas sociedades adotam o regime de apuração do lucro real e outras do lucro presumido, como a seguir indicado:

(a) Lucro real

São calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

(b) Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, certas sociedades, cujo faturamento anual do exercício imediatamente anterior tenha sido inferior a R\$ 48.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) estão comentados na Nota 22.

2.21 Benefícios a empregados e dirigentes

O Grupo não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados e dirigentes pós sua saída.

Adicionalmente, também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participação nos lucros.

2.22 Contingências ativas e passivas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- (a) Ganhos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- (b) Contingências passivas - são provisionadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas em notas explicativas às demonstrações financeiras, e as classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

2.23 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

(a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pelo Grupo

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2013 ou após essa data. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

- (i) IFRS 10, "Demonstrações Financeiras Consolidadas", emitido em maio de 2011, baseia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como o fator determinante para saber se uma entidade deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas. O IFRS 10 fornece orientação adicional para auxiliar na determinação de controle onde isso for de difícil avaliação. A norma é aplicável para exercício iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O Grupo ainda avaliará o impacto total do IFRS 10.
- (ii) IFRS 11, "Acordos em conjunto", emitido em maio de 2011, estabelece uma reflexão de acordos em conjunto, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica. O IFRS 11 estabelece dois tipos de acordos em conjunto: operações conjuntas e empreendimento controlado em conjunto. O IFRS 11 não mais permite consolidação proporcional para empreendimentos controlados em conjunto. A norma é aplicável para exercício iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O Grupo ainda avaliará o impacto total do IFRS 11.
- (iii) IFRS 12, Divulgações de Participações em Outras Entidades, emitido em maio de 2011, estabelece requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo acordos em conjunto, coligadas, entidades de propósito específico e outras entidades não registradas nas demonstrações financeiras (*off balance sheet vehicles*). A norma é aplicável para exercício iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O Grupo ainda avaliará o impacto total do IFRS 12.
- (iv) IFRS 13, "Mensuração pelo Valor Justo", emitido em maio de 2011, tem como objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade fornecendo uma definição precisa do valor justo e uma única fonte de mensuração do valor justo, assim como estabelecer requisitos de divulgação para uso em todos os IFRS. Os requerimentos do IFRS 13 não estendem o uso da contabilidade de valor justo, mas fornecem orientação sobre como deve ser aplicada quando o seu uso já é exigido ou permitido por outras normas.
A norma é aplicável para exercício iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O Grupo ainda avaliará o impacto total do IFRS 13.
- (v) IAS 28 R (revisado), Associadas e Entidades Controladas em Conjunto, emitido em maio de 2011, inclui requerimento para entidades controladas em conjunto e associadas serem mensuradas por equivalência patrimonial após a emissão da IFRS 11. A norma é aplicável para exercício iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O Grupo ainda avaliará o impacto total do IAS 28 R.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.24 Apresentação da demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em virtude de limitação de campos e impossibilidade de alteração de nomenclaturas no formulário de apresentação das informações trimestrais, a movimentação dos adiantamentos para futuro aumento de capital foi demonstrada na coluna de “outros resultados abrangentes”, e a movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial foi demonstrada na coluna de “Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria” nesta mesma demonstração.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo de concessão das usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

(b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, o Grupo realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31 de dezembro de 2010, o Grupo, com base em suas análises, não identificou necessidade de constituir nenhuma provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas "Imobilizado" e "Intangível".

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou como referência operação recente contratada com terceiro, cuja precificação se deu com base no fluxo de caixa descontado.

O valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda, em 31 de dezembro de 2010, seria R\$ 5.484 menor ou R\$ 8.032 maior, caso a taxa de desconto utilizada na análise do fluxo de caixa descontado apresentasse uma diferença de aproximadamente 10% em relação às estimativas da administração.

4 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira em 31 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, podem ser assim sumariados:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Total dos financiamentos (Nota 12)	537.496	399.012
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	17.020	57.672
Menos: aplicação financeira restrita (Nota 7)	<u>17.057</u>	<u>18.139</u>
Dívida líquida	<u>503.419</u>	<u>323.201</u>
Total do patrimônio líquido	<u>581.116</u>	<u>588.224</u>
Total do capital	<u>1.084.535</u>	<u>911.425</u>
Índice de alavancagem financeira - %	46,42	35,46

Conforme mencionado na Nota 7, as aplicações financeiras restritas são mantidas para fazer face ao pagamento de certas dívidas consideradas neste cálculo.

O aumento no índice de alavancagem financeira em 30 de junho de 2011 decorre da contratação de novos financiamentos para custeio dos projetos em construção (Nota 1(a)(ii)).

O capital é administrado somente ao nível consolidado.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Caixa e bancos	4.544	192	10.561	9.163
Aplicações financeiras	<u>2</u>	<u>38.943</u>	<u>6.459</u>	<u>48.509</u>
	<u>4.546</u>	<u>39.135</u>	<u>17.020</u>	<u>57.672</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Renda Fixa, com rendimentos médios equivalentes a 100% da variação do CDI, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações.

Notas Explicativas**Desenvix Energias Renováveis S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Contas a receber

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Fornecimento de energia elétrica				
Eletrobras - PROINFA			6.420	6.241
Terceiros			6.020	6.532
Depósitos judiciais				7.773
Clientes - terceiros		6.416	1.304	7.311
Clientes - partes relacionadas (Nota 11)	<u>2.790</u>	<u>490</u>	<u>30</u>	<u>250</u>
	<u>2.790</u>	<u>6.906</u>	<u>13.774</u>	<u>28.107</u>

- (a) Fornecimento de energia elétrica - está representado pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do PROINFA e terceiros, com prazo médio de vencimento de 35 dias.
- (b) Depósitos judiciais - corresponde a parcela do montante decorrente do fornecimento de energia elétrica dos meses de setembro e outubro de 2009, depositado em juízo em decorrência da ação judicial em curso (Nota 26(c)(iii)). Em fevereiro de 2011, o referido montante foi recebido.
- (c) Clientes - terceiros - o saldo em 31 de dezembro de 2010 corresponde substancialmente a recebível por venda de projeto básico e estudo de inventário da UHE Garibaldi, recebido em janeiro de 2011.

Em 30 de junho de 2011, não haviam créditos vencidos ou com expectativa de perda; portanto, não foi constituída provisão para créditos de realização duvidosa.

Concentração de risco

A Eletrobras (PROINFA) é responsável por mais de 46% da receita líquida do Grupo no semestre findo em 30 de junho de 2011, pois adquiriu a totalidade da energia elétrica produzida pelas PCHs Esmeralda até 22 de dezembro de 2026, Santa Rosa até 30 de junho de 2028 e Santa Laura até 31 de dezembro de 2027, nos termos do contrato de compra e venda de energia celebrado no mercado regulado.

7 Aplicação financeira restrita

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Aplicação financeira restrita	<u>17.057</u>	<u>18.139</u>

Por força dos contratos de financiamento firmados com o BNDES para custeio das obras das PCHs Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A. e UHE Monel Monjolinho Energética S.A., as empresas devem manter saldos em conta-corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada "conta reserva", com recursos suficientes para o pagamento, a qualquer momento, do equivalente à soma das últimas três parcelas mensais, no mínimo, de principal, juros e demais acessórios, valor esse

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

que permanecerá bloqueado durante todo o prazo de amortização do referido contrato de financiamento (Nota 12).

As referidas aplicações foram realizadas no Unibanco S.A. (atual Itaú Unibanco S.A.), Bradesco S.A. - Fundo Cotista DI ou de Renda Fixa e Banco do Brasil S.A., com remuneração equivalente a 100% da variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

O valor justo das aplicações financeiras em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, aproximam-se de seus valores contábeis.

A movimentação da referida aplicação pode ser assim demonstrada:

	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2010	18.139
Rendimentos, líquidos do IRRF	<u>462</u>
Em 31 de março de 2011	18.601
Resgates	(1.863)
Rendimentos, líquidos do IRRF	<u>319</u>
Em 30 de junho de 2011	<u><u>17.057</u></u>

8 Investimentos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Em empresas controladas	440.375	294.259		
Em empresas coligadas e outras	<u>81.820</u>	<u>66.720</u>	<u>81.820</u>	<u>66.720</u>
	522.195	360.979	81.820	66.720
Aquisição de terras	<u>21.439</u>	<u>20.940</u>	<u>21.439</u>	<u>20.940</u>
	<u><u>543.634</u></u>	<u><u>381.919</u></u>	<u><u>103.259</u></u>	<u><u>87.660</u></u>

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) A composição do saldos dos investimentos em empresas controladas, coligadas e outras, pode ser assim demonstrada:

	30 de junho de 2011				31 de dezembro de 2010					
	Custo	Ágio	AFAC	Provisão para perda	investimento	Custo	Ágio	AFAC	Provisão para perda	investimento
Empresas controladas										
Monel Monjolinho Energética S.A.	122.707				122.707	121.302				121.302
Santa Laura S.A.	31.453				31.453	31.340				31.340
Santa Rosa S.A.	57.136				57.136	54.960				54.960
Esmeralda S.A.	31.395				31.395	27.672				27.672
Moinho S.A.	28.448				28.448	19.373	6.850			26.223
Enercasa - Energia Catuá S.A.	3.256				3.256					
Energem Energias Renováveis S.A.	19.334				19.334					
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	588				588	534				534
Macaúbas Energética S.A.	44.371	57			44.428	2.927				2.927
Novo Horizonte	38.031	32			38.063	2.911		32		2.943
Passos Maia Energética S.A.	21.912	3.541			25.453	19.867	3.541			23.408
Seabra Energética S.A.	38.082	32			38.114	2.918		32		2.950
	<u>436.713</u>	<u>3.541</u>		<u>121</u>	<u>440.375</u>	<u>283.804</u>	<u>3.541</u>	<u>6.914</u>		<u>294.259</u>
Empresas coligadas e outros										
Caldas Novas Transmissão S.A.	25				25					
Goiás Transmissão S.A.	7.376				7.376					
MGE Transmissão S.A.	5.031				5.031					
BBE Bioenergia S.A.	2.213			(2.213)		2.213			(2.213)	
Enerpar Energia do Paraná e Participações S.A.	250	1.210			1.460	316		997		1.313
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	338	325			663	338		325		663
CERAN - Cia. Energética Rio das Antas (*)	59.991				59.991	57.424				57.424
Dona Francisca Energética S.A. (*)	7.274				7.274	7.320				7.320
	<u>82.498</u>	<u>1.535</u>		<u>(2.213)</u>	<u>81.820</u>	<u>67.611</u>		<u>1.322</u>	<u>(2.213)</u>	<u>66.720</u>
	<u>519.211</u>	<u>3.541</u>	<u>1.656</u>	<u>(2.213)</u>	<u>522.195</u>	<u>351.415</u>	<u>3.541</u>	<u>8.236</u>	<u>(2.213)</u>	<u>360.979</u>

(*) Investimentos classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda, como descrito na Nota 2.6.1(c). O ajuste de avaliação patrimonial em 31 de dezembro de 2010 totalizou R\$ 40.285, (líquido dos efeitos tributários - R\$ 35.587). Para 31 de março de 2011, a Companhia manteve o valor justo desses investimentos apurado em 31 de dezembro de 2010 em virtude de não terem sido observadas, no trimestre, variações nas principais premissas adotadas na determinação do valor justo de tais investimentos.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

Empresas controladas	Participação no capital social - %		Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		Lucro líquido (prejuízo) do trimestre		Valor do investimento		Equivalência patrimonial		Provisão para passivo a descoberto		Lucros distribuídos ou a distribuir		
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2010
Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevox															
Cevix Energias Renováveis S.A.	99,99	99,99	125,184	127,196	1,360	11,224	18,658	122,707	121,302	1,406	7,609				(8.142)
Monel Monjolinho Energética S.A.	99,99	99,99	31,740	32,134	1,302	1,648	1,406	31,453	31,340	1,311					(3.372)
Santa Laura S.A.	99,99	99,99	58,801	57,459	2,135	2,762	2,175	57,136	54,960	2,175					(499)
Santa Rosa S.A.	99,99	99,99	31,590	29,477	3,717	3,796	3,723	31,395	27,672	3,723					(704)
Esmeralda S.A.	99,99	99,99	30,236	28,011	(93)	(79)	(93)	28,448	26,223	(93)					(1.604)
Moinho S.A.	100	50	3,256	(4,932)	(1,396)	(216)	(1,396)	3,256		(1,396)					
Enervasa - Energia Caiua S.A.	50	50	1,176	1,068	510	298	298	588	534	255	144				(150)
Enex OKM de Sistemas Elétricos Ltda.	99,99	99,99	44,428	2,927	(152)	(95)	(152)	44,428	2,927	(152)					
Macaúbas Energética S.A.	99,99	99,99	38,063	2,943	(114)	(92)	(114)	38,063	2,943	(114)					
Novo Horizonte Energética S.A.	50	50	43,809	39,734	(72)	(74)	(74)	25,453	23,408	35					
Passos Maia Energética S.A.	99,99	99,99	38,114	2,950	(103)	(94)	(103)	38,114	2,950	(103)					
Seabra Energética S.A.	88,33		13,999		(10)			19,334		(8)					
Enerngem - Energias Renováveis S.A.															
Empresas coligadas e outros															
Caldas Novas Transmissão S.A.	25,5	25,5	31,315	26,875	4,466	25	25	7,376		1,557					
Goiás Transmissão S.A.	25,5	25,5	19,980	17,683	4,204	5,031		5,031		(807)					
MGE Transmissão S.A.	25	25													
BBE Bioenergia S.A.	25	25	411,280	457	(5)			1,460	1,313						
Enepar Energia do Paraná e Participações S.A.	20	20	1,675	1,691	7			663	663						
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	5	5		557,742				59,991	57,424						
CERAN - Cia. Energética Rio das Antas (*)	2,12	2,12	110,205	99,616	16,621			7,274	7,320						
Dona Francisca Energética S.A. (*)															
								522,195	360,979	7,789	7,422	(2,466)	(108)	(1,197)	(14,471)

O patrimônio líquido contábil da Monel Monjolinho Energética S.A., Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A. e Moinho S.A. em 30 de junho de 2011 foram ajustados, para fins de cálculo da equivalência patrimonial, pelo montante dos lucros não realizados decorrentes de operações realizadas entre a Companhia e as referidas controladas, pelos montantes de R\$ 2.477, R\$ 195, R\$ 287, R\$ 1.755 e R\$ 1.788, respectivamente.

Notas Explicativas**Desenvix Energias Renováveis S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A movimentação dos investimentos e da provisão para passivo a descoberto, pode ser assim demonstrada:

	Controladora	
	Investimentos	Provisão para passivo a descoberto
Em 31 de dezembro de 2009	303.180	(2.153)
Aquisição de terras	3.024	
Adiantamentos para futuro aumento de capital	289	
Dividendos recebidos	(150)	
Equivalência patrimonial ou complemento da provisão para passivo a descoberto	<u>3.749</u>	<u>(252)</u>
Em 31 de março de 2010	310.092	(2.405)
Aquisição de terras	2.180	
Aquisição de participação societária	9.681	
Adiantamento para futuro aumento de capital	170	
Dividendos a recebidos ou a receber	(8.142)	
Ganho de capital	28.831	
Equivalência patrimonial ou complemento da provisão para passivo a descoberto	3.673	144
Transferência do intangível - projetos	<u>9.450</u>	
Em 31 de junho de 2010	<u>355.935</u>	<u>(2.261)</u>
Em 31 de dezembro de 2010	381.919	(2.466)
Aquisição de terras	499	
Aquisição de participação societária e aportes de capital - linhas de transmissão	11.651	
Aporte de capital - Enercasa	3.947	4.932
Dividendos recebidos ou a receber	(1.197)	
Equivalência patrimonial ou complemento da provisão para passivo a descoberto	<u>4.078</u>	<u>(2.466)</u>
Em 31 de março de 2011	400.897	
Aquisição de participação	19.367	
Aporte de capital	115.891	
Adiantamento para futuro aumento de capital	57	
Dividendos recebidos ou a receber	(200)	
Encargos financeiros capitalizados em controladas	1.390	
Variação no valor de investimentos disponíveis para venda	2.521	
Equivalência patrimonial ou complemento da provisão para passivo a descoberto	<u>3.711</u>	
Em 30 de junho de 2011	<u>543.634</u>	

Notas Explicativas**Desenvix Energias Renováveis S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os saldos totais das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto, consideradas nas demonstrações financeiras consolidadas, proporcionalmente à participação societária mantida, estão resumidos a seguir:

	Passos Maia Energética S.A.		Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.		Enercasa - Energia Caiuá S.A.
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2010
Ativo					
Circulante	22.860	1.950	4.040	2.668	290
Não circulante					
Realizável a longo prazo	272		14	14	
Imobilizado	86.724	47.992	976	636	11.066
Intangível			398	362	
	<u>109.856</u>	<u>49.942</u>	<u>5.428</u>	<u>3.680</u>	<u>11.356</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante	5.616	10.208	3.540	2.001	11.814
Passivo não circulante	60.446		712	611	4.474
Patrimônio líquido	43.794	39.734	1.176	1.068	(4.932)
	<u>109.856</u>	<u>49.942</u>	<u>5.428</u>	<u>3.680</u>	<u>11.356</u>
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2010
Resultado do período					
Receita líquida			10.398	6.993	
Custo dos serviços prestados			(6.324)	(3.746)	
Despesas operacionais	(24)	(16)	(3.106)	(2.813)	(216)
Resultado financeiro	98	(100)	(124)		
Imposto de renda e contribuição social			(334)	(136)	
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u>74</u>	<u>(116)</u>	<u>510</u>	<u>298</u>	<u>(216)</u>

(c) Informações sobre as empresas controladas e coligadas.

Considerando o processo de reestruturação societária ocorrido, como mencionado na Nota 1(c), que resultou na transferência da participação mantida pela Companhia no Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix (controladora da Cevix Energias Renováveis S.A.) para a Jackson Empreendimentos Ltda., mediante processo de cisão, e na incorporação da Cevix Energias Renováveis S.A. (controladora das sociedades a seguir mencionadas), a Companhia passou a ser a controladora direta das empresas a seguir mencionadas:

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Santa Rosa S.A. - autorização obtida da ANEEL em 21 de maio de 2002 (Resolução nº 279) para explorar uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH), com 30.000 kW de potência instalada, pelo prazo de 30 anos, a partir da data de publicação da referida Resolução, tendo iniciado suas operações em julho de 2008.
- (ii) Esmeralda S.A. - autorização obtida da ANEEL em 21 de dezembro de 2001 (Resolução nº 605) para explorar uma pequena central hidrelétrica, com 22.200 kW de potência instalada, pelo prazo de 30 anos, a partir da data de publicação da referida Resolução, tendo iniciado suas operações em dezembro de 2006.
- (iii) Santa Laura S.A. - autorização obtida da ANEEL em 27 de setembro de 2000 (Resolução nº 379) para explorar uma pequena central hidrelétrica, com 15.000 kW de potência instalada, pelo prazo de 30 anos, a partir da data de publicação da referida Resolução, tendo iniciado suas operações em outubro de 2007.
- (iv) Monel Monjolinho Energética S.A. - Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 18/2002, datado de 23 de abril de 2002, para explorar uma usina hidrelétrica (UHE) de 74 MW, bem como as respectivas instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora, pelo prazo de 35 anos contados a partir da data do referido contrato, tendo iniciado suas operações em setembro de 2009.
- (v) Moinho S.A. - autorização obtida da ANEEL em 8 de julho de 2008 (Resolução nº 1.451) para explorar uma pequena central hidrelétrica, com 13.700 KW de potência instalada, pelo prazo de 30 anos, a partir da data de publicação da referida Resolução. A empresa encontra-se em fase pré-operacional, sendo previsto o início de suas atividades operacionais para setembro de 2011.

Em 2010, as empresas controladas Barracão S.A., Topázio S.A. e Safira S.A., tiveram sua razão social alterada para Macaúbas Energética S.A., Seabra Energética S.A. e Novo Horizonte Energética S.A., respectivamente. As referidas empresas controladas se encontram em fase pré-operacional e irão explorar as três usinas eólicas que serão construídas, como resultado do Leilão de Venda de Energia nº 03/2009 realizado pela ANEEL em 14 de dezembro de 2009. As autorizações para as referidas empresas estabelecerem-se como Produtor Independente de Energia Elétrica foram emitidas pelo Ministério de Minas e Energia em 17 de junho de 2010 (Macaúbas - Portaria nº 580) e 29 de julho de 2010 (Seabra - Portaria nº 671 e Novo Horizonte - Portaria nº 673), estabelecendo, dentre outras, as seguintes condições: (i) data de início das obras - 1º de outubro de 2010; (ii) data de início da operação comercial - 1º de julho de 2012; e (iii) as usinas terão 30.000 kW de capacidade instalada cada uma, assim como garantia física de energia de 13.400 kW médios para Macaúbas, 11.330 kW médios para Seabra e 10.970 kW médios para Novo Horizonte.

A controlada em conjunto Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. tem por atividade a prestação de serviços de operação e manutenção de sistemas elétricos, prestando serviços para empresas da Companhia, assim como para terceiros.

A coligada Enerpar Energia do Paraná e Participações S.A. tem por atividade a participação em outras sociedades, tendo como investida (participação de 25%) a EPP - Empresa Paranaense de Participações S.A. que tem por atividade preponderante a produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, estando atualmente em fase pré-operacional (desenvolvendo estudos e projetos para identificação de potenciais energéticos para possível

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

implantação de futuras pequenas centrais hidrelétricas).

Em 13 de abril de 2009, a Companhia adquiriu participações societárias na Enercasa - Energia Caiuá S.A. ("Enercasa"), passando a deter 50% do capital social da referida sociedade, a qual foi constituída para projetar, construir, operar e comercializar a energia de um sistema integrado de cogeração a partir da biomassa (bagaço de cana e outras) nos termos da Portaria ANEEL nº 89 de 20 de fevereiro de 2009, tendo inclusive firmado Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 23/08 com a CCEE.

Como mencionado na Nota 1((a)(ii)), a ANEEL, através das Resoluções Autorizativas nºs 2.789 e 2.791, de 22 de fevereiro de 2011, aprovou: (i) a transferência da participação societária mantida pelos demais acionistas da Enercasa para a Companhia, passando a mesma a ser a controladora integral da referida sociedade e (ii) a alteração do local de implantação da usina, da capacidade a ser instalada e do sistema de transmissão de interesse restrito. Em decorrência, será firmado o Termo Aditivo ao Contrato de Energia de Reserva contemplando as referidas mudanças, assim como o novo valor da receita fixa a ser calculado pela ANEEL, com base em recálculo da Receita Anual Variável (RAV) pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), no caso de alteração dos valores, ficando mantido o prazo de outorga estabelecido pela Portaria MME no. 89, de 20 de fevereiro de 2009.

Na essência, tal situação representa a descontinuidade do projeto inicial e o início de um novo projeto de construção de usina, uma vez que a Companhia terá um novo parceiro no empreendimento, a construção da usina será em outro local e com características e capacidade diferentes do projeto inicial, entre outras circunstâncias. As perdas estimadas pela não construção da usina foram consideradas nas demonstrações financeiras da Enercasa, sendo reconhecida pela Companhia provisão para passivo a descoberto, no montante de R\$ 4.932, correspondente a 100% da participação societária mantida, assim como nos termos do Contrato de Cessão de Participação Societária firmado em 25 de fevereiro de 2010 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 2.466 representando 50% de participação da Companhia naquela data), que incorpora a perda estimada pelo não atendimento dos contratos firmados com a ANEEL e CCEE, considerando a corresponsabilidade da Companhia, de R\$ 5.032 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 2.237), sendo o referido montante pago em junho de 2011.

Em 5 de Agosto de 2011 foi assinado Contrato de Cessão Energia do Primeiro Leilão de Energia de Reserva Realizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) entre a Enercasa e São Fernando Açúcar e Álcool. Este contrato prevê a cessão de 50.000 MWh produzidos pela São Fernando para a Enercasa a fim de que esta possa honrar seu contrato de venda de energia delebrado com a CCEE. O valor da negociação foi fechado de forma a manter neutralidade entre receitas e custos da Enercasa.

Em 23 de janeiro de 2008, foi firmada a Carta de Intenções pela qual a Companhia e outra empresa parceira manifestaram a intenção de participar como acionistas da BBE Brasil Bioenergia S.A., que tem por atividade a implantação de uma unidade de extração de óleo vegetal e uma unidade de processamento de biodiesel, com o objetivo de produzir e comercializar o biodiesel, suas matérias-primas e seus subprodutos. Adicionalmente, a referida Carta de Intenções estabelece, entre outros, o seguinte: (i) a Companhia e sua parceira deverão integralizar o capital social, pelo montante de R\$ 2.950, por ocasião da aprovação formal do financiamento pelo BNDES; (ii) o saldo remanescente do capital social, no montante de R\$ 13.050, deverá ser integralizado pela Companhia no momento em que o BNDES liberar os recursos, ou na forma que for exigida na

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

aprovação do projeto pelo BNDES; (iii) que a Companhia, em virtude da aprovação formal do financiamento, constituirá em favor do BNDES garantia corporativa na ordem de 25% do valor financiado para o projeto; (iv) caso a Companhia não apresente a garantia requerida pelo BNDES os demais acionistas poderão cancelar a transação ora contemplada, mediante a adoção de medidas corporativas necessárias para o cancelamento das ações subscritas pela Companhia, ressalvando-se, contudo, que nesse caso todo e qualquer valor pago pela Companhia, como parte do pagamento total pelas ações, será prescrito à BBE Bioenergia S.A.; e (v) no caso de inadimplência dos demais acionistas, representando os 75% do capital social, no fornecimento das garantias requeridas pelo BNDES, a Companhia poderá optar pelo cancelamento da transação ora contemplada, mediante a adoção das medidas corporativas necessárias ao cancelamento das ações subscritas, ressalvando-se que nesse caso a Companhia terá direito de receber todo e qualquer valor pago pela aquisição das ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de agosto de 2008, a Companhia subscreveu 500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 32,00 cada ação, perfazendo o total de R\$ 16.000, sendo R\$ 500,00 de capital social e R\$ 15.500 de ágio na subscrição de ações, a serem integralizadas na seguinte forma: (i) R\$ 1.475 em cinco dias úteis a contar da data da AGE; (ii) R\$ 1.475 no prazo de trinta dias a contar da data do pagamento da primeira parcela; e (iii) R\$ 13.050 de forma parcelada, no prazo de cinco dias a contar das chamadas do Conselho de Administração, que serão feitas na forma aprovada pelo BNDES. A Companhia, considerando a participação da empresa parceira, integralizou a primeira parcela do capital social, pelo montante de R\$ 738, sendo a segunda parcela integralizada totalmente pela Companhia.

No final de 2009, a BBE Bioenergia S.A. ingressou em juízo com uma ação de execução para cobrança das duas primeiras parcelas relativas à integralização da parcela remanescente do capital social conforme Boletim de Subscrição, no montante original de R\$ 9.163, tendo a Companhia apresentado recursos de embargos a execução, assim como apresentou carta de fiança bancária em garantia. A administração da Companhia entende que a referida integralização deveria ser realizada observando o avanço físico da obra e a liberação das parcelas do financiamento do BNDES, fatos esses não ocorridos, assim como entende que as condições requeridas pelo BNDES na concessão do financiamento, principalmente a apresentação de garantias dos demais acionistas, ainda não foram atendidas. Os advogados da Companhia indicam que por força da condição suspensiva existente no Boletim de Subscrição firmado, a exigibilidade da dívida executada está condicionada à ocorrência de evento futuro, qual seja, a realização de chamadas do Conselho de Administração na forma aprovada pelo BNDES, sendo esse seu melhor entendimento e argumento de defesa na referida ação, indicando que a Companhia não se encontra em mora no que se refere ao cumprimento da obrigação assumida no Boletim de Subscrição como entendido pela BBE Bioenergia S.A. Finalmente, os consultores jurídicos da Companhia, diante da recente decisão do Juízo da execução, a qual determinou a remessa dos autos a outra Comarca em acolhimento da exceção de incompetência relativa oposta pela Companhia, tendo a BBE Bioenergia S.A. interposto recurso de agravo de instrumento, ora pendente de apreciação, classificam o risco de perda como possível.

A Companhia, considerando todo esse contexto, principalmente aquele decorrente do relacionamento entre acionistas, constituiu provisão para perda do montante total do capital social integralizado; todavia, caso ela venha a ser requerida a integralizar a parcela remanescente do capital social, a mesma irá continuar participando na sociedade e, por

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

consequência, revertendo a provisão constituída.

(d) Aquisição de terras

A Companhia, com o objetivo de viabilizar a obtenção junto a ANEEL das autorizações ou outorgas para implantação futura de PCHs, para as quais vem desenvolvendo estudos de inventário e projetos básicos, está adquirindo antecipadamente terras nas proximidades de onde serão construídas as futuras PCHs (área a ser atingida pelo reservatório), sendo essa uma das condições para seleção e hierarquização dos interessados.

9 Imobilizado

	Consolidado			
	30 de junho de 2011			31 de dezembro de 2010
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Usinas e outros				
Terrenos	19.900	(1.113)	18.787	20.502
Terrenos - processos judiciais (i)	1.494		1.494	853
Reservatório, barragens e adutoras	422.484	(32.014)	390.470	381.856
Edificações, obras civis e benfeitorias	33.230	(2.582)	30.648	29.850
Máquinas e equipamentos	250.924	(15.327)	235.597	133.090
Material em depósito e outros	839		839	837
Móveis e utensílios	418	(75)	343	341
Equipamentos de informática e outros	348	(54)	294	201
Outros	176	(9)	167	1.299
Sistemas de conexão				
Terrenos	137		137	137
Edificações, obras civis e benfeitorias	296	(22)	274	280
Máquinas e equipamentos	36.434	(2.441)	33.993	20.535
Imobilizados em curso, servidões e outros	119		119	632
Adiantamentos a fornecedores	157.388		157.388	124.782
Obras em andamento (ii)	186.937		186.937	92.680
	<u>1.111.124</u>	<u>(53.637)</u>	<u>1.057.487</u>	<u>807.875</u>

- (i) Terrenos - processos judiciais - está representado pelo montante depositado em juízo decorrente de ações em curso motivadas por problemas de ordem documental e discordância dos valores provenientes da desapropriação das áreas necessárias à implantação das usinas, como aprovadas pela ANEEL (declaração de utilidade pública para fins de desapropriação). Os consultores jurídicos responsáveis pelo acompanhamento das referidas ações indicam como prováveis as chances de êxito nessas questões.

Notas Explicativas**Desenvix Energias Renováveis S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(ii) Composição do saldo de "Obras em andamento":

	Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Obras civis e do reservatório	1.671	
Coordenação e contratação de fornecimento	61.156	33.372
Gastos com meio ambiente	2.874	377
Engenharia e gerenciamento da obra	20.744	2.772
Encargos financeiros	1.907	1.351
Estudos e projetos	8.204	16.078
Engenharia e gerenciamento EPC	48.177	6.844
Canteiro e acampamento	40.913	27.135
Outras	1.291	4.751
	<u>186.937</u>	<u>92.680</u>

A movimentação do ativo imobilizado pode ser assim demonstrada:

	Usinas e outros	Sistema de conexão	Adiantamentos a fornecedores	Obras em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2010	568.829	21.584	124.782	92.680	807.875
Adições	54.202	7.426	71.545	50.373	183.546
Depreciação	(5.995)	(328)			(6.323)
Baixa		(305)			(305)
Transferência entre contas	<u>22.719</u>		<u>(24.513)</u>	1.794	
Em 31 de março de 2011	639.755	28.377	171.814	144.847	984.793
Adição por aquisição de investimentos				319	319
Adições	13.020	3.589	23.161	39.482	79.252
Depreciação	(7.573)	(238)			(7.811)
Encargos financeiros capitalizados				1.390	1.390
Transferência entre contas	33.481	3.207	(37.587)	899	
Baixa	<u>(44)</u>	<u>(412)</u>			<u>(456)</u>
Em 30 de junho de 2011	<u>678.639</u>	<u>34.523</u>	<u>157.388</u>	<u>186.937</u>	<u>1.057.487</u>

As taxas anuais de depreciação de bens do imobilizado são:

	Taxa média	Percentual
Usinas e outros		
Reservatório, barragens e adutoras	4,08	3,7 a 4,8
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,24	3,7 a 4,8
Máquinas e equipamentos	4,29	3,7 a 6,7
Móveis e utensílios	10,00	10,0
Equipamentos de informática e outros	20,00	20,0
Sistemas de conexão		
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,24	3,7 a 4,8
Máquinas e equipamentos	4,03	3,7 a 4,8

Notas Explicativas**Desenvix Energias Renováveis S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Intangível

	Consolidado			
	30 de junho de 2011			31 de dezembro de 2010
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Controladora	29.643		29.643	29.640
Uso do Bem Público (UBP)	66.499	(4.406)	62.093	63.295
Licenças de operação	6.473	(3.624)	2.849	3.734
Direito de autorização (Nota 27)	10.431		10.431	3.541
Outros	934		934	60
Consolidado	113.980	(8.030)	105.950	100.270

A composição dos estudos de viabilidade ambiental, de inventário e projetos básicos e outros, pode ser assim demonstrada:

	Controladora			
	30 de junho de 2011			31 de dezembro de 2010
	Contratos com condição resolutiva	Outros contratos e demais custos	Total	Total
Estudos de viabilidade e ambiental				
UHE Baixo Iguaçu	5.000		5.000	5.000
UHE Itaipiranga	1.100		1.100	1.100
UHE Riacho Seco (ii)	3.350	6.907	10.257	10.257
UHE Torixoréu	2.500		2.500	2.500
AHE São Roque (i)		6.853	6.853	6.853
Estudos de inventário				
Rio Itacaiunas	1.820		1.820	1.820
UHE São Roque (i)		611	611	611
Outros		3	3	
Projetos básicos e outros				
PCH Bonança	1.493	6	1.499	1.499
	15.263	14.380	29.643	29.640

(i) Gastos revisados e aprovados pela ANEEL em 2010, conforme Ofício nº 1.049/2010.

(ii) Gastos revisados e aprovados pela ANEEL em 2010, conforme Ofícios nºs 243 e 453 de 2010.

A movimentação do ativo intangível pode ser assim demonstrada:

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 31 de dezembro de 2010	29.640	100.270
Gastos incorridos no período	1.222	1.222
Gastos apropriados ao resultado (Nota 21)	(1.214)	(1.214)
Outras adições		526
Amortização da UBP		(601)
Amortização das licenças		(167)
Em 31 de março de 2011	<u>29.648</u>	<u>100.036</u>
Gastos incorridos no período	1.172	1.172
Gastos apropriados ao resultado (Nota 21)	(1.177)	(1.177)
Aquisição de direito de autorização		7.061
Baixa		(293)
Amortização da UBP		(601)
Amortização das licenças		(248)
Em 30 de junho de 2011	<u><u>29.643</u></u>	<u><u>105.950</u></u>

(a) Contratos com condição resolutiva

Os serviços de elaboração de estudos de inventário, de viabilidade e ambiental, assim como a elaboração dos projetos básicos são, substancialmente, contratados com a parte relacionada Engevix Engenharia S.A. ("Contratada").

Determinados contratos estabelecem que certos serviços, caso não sejam aprovados pela ANEEL, serão reembolsados pela contratada, assim como determinados custos só serão devidos após a realização do leilão de novos empreendimentos de energia elétrica, quando o ganhador (no caso um terceiro) deverá reembolsar a Companhia e, por consequência, a mesma pagar a contratada. Dessa forma, os pagamentos realizados à contratada por conta dos serviços prestados caracterizam-se como adiantamentos concedidos.

(b) Outras informações

A Companhia possui os seguintes créditos já homologados pela ANEEL (não considerados nos estudos anteriormente mencionados) e que ainda não foram faturados contra as entidades vencedoras do leilão de novos empreendimentos de geração de energia elétrica:

- (i) Consórcio Empresarial Pai Querê - Despacho nº 489 de 24 de julho de 2001 - receita a ser faturada por reembolso de custos, no montante de R\$ 4.380 (data-base julho de 2001).
- (ii) Consórcio GESAI - Grupo Empresarial Santa Isabel - Despachos nº 374 de 5 de setembro de 2000 e nº 523 de 31 de julho de 2001 - receita a ser faturada por reembolso de custos decorrentes de: (i) estudo de inventário do Rio Araguaia, no montante de R\$ 673 (data-base setembro de 2000); e (ii) estudo de viabilidade, no montante de R\$ 3.261 (data-base agosto de 2001).

Consoante os referidos despachos a sua eficácia está condicionada à apresentação da licença ambiental prévia e às eventuais alterações provocadas pelas exigências ambientais, na concepção inicial desses estudos. Em decorrência, a recuperação dos referidos gastos somente será registrada contabilmente quando for provável que os benefícios econômicos futuros venham a ser percebidos pela Companhia, fato esse que ocorrerá no momento da obtenção das referidas licenças.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Direito de autorização

O valor alocado como direito de autorização refere-se à diferença entre o valor justo dos ativos e passivos da controlada em conjunto Passos Maia e o custo de aquisição. O valor será amortizado pelo período remanescente da respectiva autorização por ter vida finita, a partir da data do início da operação comercial. O teste de recuperação efetuado no exercício de 2010, pelo valor em uso, foi efetuado de acordo com o CPC 01, não indicando perda de valor a ser reconhecida.

(d) Uso do bem público - (UBP)

Como mencionado na Nota 14, o saldo está representado pela obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Alzir dos Santos Dumont (Monel Monjolinho Energética S.A.), ajustado a valor presente. A atualização monetária do referido montante foi contabilizada no ativo intangível até a data de início da operação comercial da usina, sendo posteriormente apropriada ao resultado na rubrica de despesas financeiras. A amortização é calculada pelo método linear, a partir do início da operação comercial da usina (setembro de 2009), pelo prazo remanescente do contrato de concessão, cujo vencimento é 22 de abril de 2037.

Notas Explicativas**Desenvix Energias Renováveis S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativo circulante				
Contas a receber				
Esmeralda S.A.	220	20		
Santa Laura S.A.	110	10		
Energica Energia Caiuá S.A.	360			
Santa Rosa S.A.	220	20		
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.		220		220
Moinho S.A.	300	60		
Monel Monjolinho Energética S.A.	440	40		
Passos Maia Energética S.A.	60	60	30	30
Novo Horizonte Energética S.A.	360	20		
Macaúbas Energética S.A.	360	20		
Seabra Energética S.A.	360	20		
	<u>2.790</u>	<u>490</u>	<u>30</u>	<u>250</u>
Dividendos a receber				
Monel Monjolinho Energética S.A.		3.372		
Santa Laura S.A.	737	499		
Santa Rosa S.A.		704		
Esmeralda S.A.		3.086		
	<u>737</u>	<u>7.661</u>		
Ativo não circulante - realizável a longo prazo				
Engevix Engenharia S.A.		10.655		10.655
Energica - Energia Caiuá S.A.	43.526	6.416		3.211
Macaúbas Energética S.A.	44.459	47.570		
Moinho S.A.	38.156	11.920		
Seabra Energética S.A.	41.271	44.489		
Novo Horizonte Energética S.A.	43.433	38.156		
Passos Maia Energética S.A.		4.220		2.110
Usina Pau D'Alho S.A.	11.509	10.302	11.509	10.302
UHE Cubatão S.A.	7		7	
Energen Energias Renováveis S.A.	216			
Funcef	4.275		4.275	
Bom Retiro S.A.	124	100	124	101
Água Quente Ltda.			915	
Jackson Empreendimentos Ltda.	14.529		14.529	
	<u>241.505</u>	<u>173.828</u>	<u>31.359</u>	<u>26.379</u>
Total do ativo	<u>245.032</u>	<u>181.979</u>	<u>31.389</u>	<u>26.629</u>

Notas Explicativas**Desenvix Energias Renováveis S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Passivo circulante				
Fornecedores				
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.			269	
Engevix Engenharia S.A.			24.681	18.267
			24.950	18.267
Partes relacionadas				
Engevix Engenharia S.A.	28.302		29.480	870
Monel Monjolinho Energética S.A.	16.833	5.084		
Santa Rosa S.A.	1.396			
Energen Energias Renováveis	13.161			
Santa Laura S.A.	293			
Esmeralda S.A.	180			
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.		62		
Passos Maia Energética S.A.	16.824		8.412	
Adami S.A. Madeiras			42	39
	76.989	5.146	37.934	909
Total do passivo	76.989	5.146	62.884	19.176
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>30 de junho de 2010</u>	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>30 de junho de 2010</u>
Resultado do exercício				
Receitas de prestação de serviços				
Cevix Energias Renováveis S.A.		140		
Esmeralda S.A.	240	60		
Enercasa Energia Caiuá S.A.	360			
Enex O&M de Sistemas Elétricos				
Monel Monjolinho Energética S.A.	480	120		
Moinho S.A.	360	180		
Santa Laura S.A.	120	30		
Santa Rosa S.A.	240	60		
Passos Maia Energética S.A.	360		180	
Macaúbas Energética S.A.	360			
Seabra Energética S.A.	360			
Novo Horizonte Energética S.A.	360			
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.		220		220
	3.240	810	180	220

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A receita faturada (montante integral) pela empresa controlada em conjunto (50%) Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda., considerada como custo dos serviços de energia elétrica, para as PCHs e UHEs, totalizou R\$ 2.160 no semestre findo em 30 de junho de 2011. O montante faturado pela Engevix Engenharia S.A. contra a Companhia e suas controladas totalizou R\$ 68.939 no semestre (R\$ 19.602 em 2010), representado, substancialmente, por custo de construção da usina.

O pessoal-chave da administração inclui os acionistas, diretores e gerentes, cuja remuneração totalizou, R\$ 1.977 no semestre findo em 30 de junho de 2011 (R\$ 844 em 2010).

A Companhia mantém contratos de prestação de serviços de gerenciamento das atividades operacionais com a Santa Laura, Santa Rosa, Esmeralda, Monel, Moinho, Passos Maia, Macaúbas, Seabra, Novo Horizonte e Enercasa, sendo os preços determinados considerando os custos internos.

A Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa e Monel possuem contratos firmados com a Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. referente aos serviços de operação e manutenção para operação das usinas.

12 Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Financiamento de obras - BNDES (i)			378.265	362.589
Cédula de Crédito Bancário (ii)	122.281		122.281	
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) (iii)	21.658	26.008	21.690	26.008
Financiamento de capital de giro (iv)	10.000	10.005	10.000	10.005
Outros	4.533	63	5.260	410
	158.472	36.076	537.496	399.012
Passivo circulante	(145.321)	(18.612)	(174.905)	(47.920)
Passivo não circulante	13.151	17.464	362.591	351.092

A movimentação dos financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2010	36.076	399.012
Captações	105.000	105.000
Pagamentos	(3.745)	(18.434)
Encargos financeiros	2.999	10.571
Em 31 de março de 2011	140.330	496.149
Captações	19.471	49.471
Pagamentos	(7.000)	(21.815)
Encargos financeiros		
Apropriados ao resultado	4.281	12.301
Capitalizados no imobilizado de controladas	1.390	1.390
Em 30 de junho de 2011	158.472	537.496

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante, são os seguintes:

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Financiamento de obras - BNDES (i)	378.265	362.589	378.265	362.589
Cédula de Crédito Bancário (ii)	122.281		122.281	
Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) (iii)	21.690	26.008	21.690	26.008
Financiamento de capital de giro (iv)	10.000	10.005	10.000	10.005
Outros	5.260	410	5.260	410
	<u>537.496</u>	<u>399.012</u>	<u>537.496</u>	<u>399.012</u>

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas empresas controladas têm basicamente as seguintes características:

- (i) Financiamentos para construção das usinas - BNDES

Empresas	Encargos financeiros - % a.a.	Consolidado	
		30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Esmeralda S.A.	TJLP + 3,5	39.704	42.274
Santa Laura S.A.	TJLP + 3,5	34.499	36.425
Santa Rosa S.A.	TJLP + 3,8	85.488	89.202
Monel Monjolinho Energética S.A.	TJLP + 2,1	188.352	194.688
Passos Maia Energética S.A.	TJLP + 1,9	30.222	
		<u>378.265</u>	<u>362.589</u>

Os financiamentos são amortizados em parcelas mensais e sucessivas, como a seguir indicadas:

	Quantidade de parcelas	Mês de vencimento	Ano	
			Primeira parcela	Última Parcela
Esmeralda S.A.	144	Abril	2007	2019
Santa Laura S.A.	144	Julho	2008	2020
Santa Rosa S.A.	168	Fevereiro	2009	2023
Monel Monjolinho Energética S.A.	192	Outubro	2010	2026
Passos Maia Energética S.A.	160	Janeiro	2011	2026

Os contratos de financiamentos estabelecem que as empresas deverão manter e atender os seguintes índices financeiros: (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), sendo o mesmo calculado dividindo-se o valor do fluxo de caixa líquido das operações pelo valor do serviço da dívida, de acordo com parâmetros preestabelecidos; e (ii) Índice da Relação Mínima do Patrimônio Líquido e Ativo Total (PLxAT).

O ICSD deverá ser apurado a partir do primeiro ano, ou semestre, no qual tenha havido, em todos os meses, pagamento de parcelas de amortização do financiamento e deverá ser apurado anualmente. Com relação ao índice de capitalização (patrimônio líquido em relação ao ativo total), o mesmo deverá ser mantido durante todo o período do financiamento, apurado também anualmente.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos de financiamentos possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNDES ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva (Nota 7)" e "Movimento (centralizadora)".

Adicionalmente, as referidas cláusulas estabelecem que as empresas: (i) não poderão distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio cujo valor, isolada ou conjuntamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro; (ii) não poderão constituir, sem prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro, qualquer gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia; (iii) não poderão ceder nem vincular em favor de outro credor, sem prévia anuência do BNDES ou do Agente Financeiro, a receita cedida e vinculada; e (iv) não emitir debêntures ou partes beneficiárias, nem assumir novas dívidas, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro.

Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobras ou com terceiros; (iv) fiança prestada pela Engevix Engenharia S.A. (aplicável para a Esmeralda S.A. e Santa Rosa S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (Nota 7)); (vi) contratação de carta de fiança bancária, no montante de R\$ 126.000, com vigência até 2027 (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A.); (vii) contratação de carta de fiança bancária, ficando dispensada desde que a Santa Laura S.A. apresente ICSD de 1,3, como mencionado anteriormente; e (viii) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado.

Em atendimento aos requerimentos do BNDES ou do Agente Financeiro foram firmados com o Unibanco S.A. (aplicável a Esmeralda S.A. e Santa Laura S.A.), com o Bradesco S.A. (aplicável a Santa Rosa S.A.) e Banco do Brasil S.A. (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A.), os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente. Com relação a Passos Maia os referidos contratos estão sendo finalizados.

Todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (*covenants*) vêm sendo atendidas, com exceção da Santa Laura S.A. que por não estar atendendo a apuração do ICSD contratou, como requerido no contrato firmado, carta de fiança bancária junto à Unibanco S.A., no montante de R\$ 42.000, com vigência até 15 de dezembro de 2020; dessa forma, ela tem assegurado as condições constantes do contrato, inclusive a manutenção dos prazos de vencimento.

(ii) Cédula de Crédito Bancário

Contratada juntos aos Bancos Santander S.A. e Safra S.A., na modalidade de mútuo, sujeita a encargos financeiros correspondentes a 100% da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI), acrescida de juros de 3,0% ao ano, para pagamento em parcela única com vencimento em julho de 2011 e agosto de 2011, respectivamente.

(iii) Financiamento de Estudos e Projetos (FINEP)

Obtido para custear, parcialmente, despesas incorridas na elaboração do projeto denominado "Projetos Básicos, Estudos de Inventário e de Viabilidade Ambiental para Pequenas Centrais Hidrelétricas", sujeito a encargos financeiros correspondentes a juros compostos de 5% ao ano, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), para pagamento em 49 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira em dezembro de 2009 e a última em 2013. Os encargos financeiros serão pagos mensalmente no período de carência (data entre a contratação do financiamento e a data de início de amortização da dívida); posteriormente, serão pagos em conjunto com as parcelas de amortização do financiamento. Em garantia foram oferecidas cartas de fiança bancária.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Financiamentos de capital de giro

Financiamento contratado junto ao Banco do Brasil S.A., sujeito a encargos financeiros mensais correspondentes a 100% da variação do CDI, acrescida de 3,17% de juros ao ano. Os encargos financeiros serão pagos em 12 parcelas mensais, vencendo a primeira em 17 de agosto de 2010 e a última em 17 de julho de 2011 e o principal em parcela única com vencimento em conjunto com a última parcela dos encargos financeiros. Em garantia foi oferecido aval da Engevix Engenharia S.A. no montante total da dívida.

13 Contas a pagar por aquisição de terras

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Aquisição de terras	2.529	2.646	2.529	2.646
Proprietários de terras			1.688	2.326
Passivo circulante	<u>2.529</u>	<u>2.646</u>	<u>4.217</u>	<u>4.972</u>

14 Concessões a pagar e provisão para custos socioambientais

(a) Concessões a pagar

Conforme mencionado na Nota 10(d), o saldo está representado pela obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Alzir dos Santos Dumont (Monel Monjolinho Energética S.A.), ajustado a valor presente, considerando a taxa de juros de 9,56%. A correspondente obrigação será paga em parcelas mensais, atualizadas anualmente com base na variação do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo), nos meses de outubro. A primeira parcela teve seu vencimento em setembro de 2009, data de início da operação comercial da usina, e a última terá seu vencimento em abril de 2037.

(b) Provisão para custos socioambientais

Está representada pelo provisionamento dos custos socioambientais a serem incorridos no atendimento das exigências contidas nas licenças de operação obtidas (Nota 2.11(c)).

Notas Explicativas**Desenvix Energias Renováveis S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
COFINS a pagar	117	1	806	895
PIS a pagar	25		175	195
Tributos retidos na fonte (ISS, IRRF, INSS, CSLL e outros) e outros	2.449	2.473	4.306	3.294
Taxas e contribuições ANEEL			522	693
IOF a recolher	1.901	1.440	1.901	1.440
ISSQN a pagar	24	56	498	1.017
	<u>4.516</u>	<u>3.970</u>	<u>8.208</u>	<u>7.534</u>

16 Outros passivos (consolidado)

Estão representados por provisões constituídas para atender projetos sociais, meio ambiente, compensação ambiental e acabamento das usinas, assim como custos incorridos na contratação de cartas de fiança bancária.

17 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado, em 30 de junho de 2011, está representado por 100.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- . 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado;
- . 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Notas Explicativas**Desenvix Energias Renováveis S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Receita operacional líquida

	Controladora			
	Até 30 de junho de 2011	De 1º de abril a 30 de junho de 2011	Até 30 de junho de 2010	De 1º de abril a 30 de junho de 2010
Serviços prestados	3.239	1.620	1.620	810
Impostos sobre vendas	(180)	(114)	(135)	(61)
Receita operacional líquida	<u>3.059</u>	<u>1.506</u>	<u>1.485</u>	<u>749</u>
	Consolidado			
	Até 30 de junho de 2011	De 1º de abril a 30 de junho de 2011	Até 30 de junho de 2010	De 1º de abril a 30 de junho de 2010
Fornecimento de energia elétrica	54.782	27.422	61.004	30.619
Serviços prestados	4.862	2.848	2.902	1.330
Impostos sobre vendas	(4.466)	(2.278)	(2.989)	(1.434)
Receita operacional líquida	<u>55.178</u>	<u>27.992</u>	<u>60.917</u>	<u>30.515</u>

Notas Explicativas**Desenvix Energias Renováveis S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****19 Despesas por natureza**

	Controladora			
	Até 30 de junho de 2011	De 1º de abril a 30 de junho de 2011	Até 30 de junho de 2010	De 1º de abril a 30 de junho de 2010
Despesas com pessoal	2.327	1.224	1.247	433
Remuneração dos administradores	1.977	1.026	438	309
Serviços de terceiros	2.542	901	1.216	445
Viagens e estadias	473	224	187	99
Aluguel	308	156	113	10
Impostos e taxas	87	53	65	20
Depreciação e amortização	19	12	4	1
Propaganda e publicidade	785	765	61	42
Outros	154	73	283	155
Custos, despesas gerais e administrativas e honorários da administração	8.672	4.434	3.614	1.514
	Consolidado			
	Até 30 de junho de 2011	De 1º de abril a 30 de junho de 2011	Até 30 de junho de 2010	De 1º de abril a 30 de junho de 2010
Despesas com pessoal	4.387	2.505	3.574	1.605
Remuneração dos administradores	1.977	1.026	844	449
Serviços de terceiros	3.553	563	6.184	2.919
Viagens e estadias	926	733	354	171
Aluguel	680	473	434	175
Impostos e taxas	432	336	265	36
Encargos Setoriais	3.224	1.573	3.222	1.736
Depreciação e amortização	15.751	8.660	14.031	6.936
Propaganda e publicidade	793	773	228	189
Seguros fianças e comissões	1.038	632	875	382
Outros	431	103	637	485
Custos, despesas gerais e administrativas e honorários da administração	33.192	17.377	30.648	15.083

Notas Explicativas**Desenvix Energias Renováveis S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Resultado financeiro

	Controladora			
	Até 30 de junho de 2011	De 1º de abril a 30 de junho de 2011	Até 30 de junho de 2010	De 1º de abril a 30 de junho de 2010
Despesas financeiras				
Com financiamentos	(7.280)	(4.281)	(5.504)	(2.760)
Cartas de fiança bancária	(788)	(470)	(410)	78
IOF e multa e juros sobre tributos	(2.083)	(1.092)	(717)	(623)
Variações monetárias passivas	(37)	(37)		
Outras despesas financeiras	(26)	(9)	(47)	(44)
	<u>(10.214)</u>	<u>(5.889)</u>	<u>(6.678)</u>	<u>(3.349)</u>
Receitas financeiras				
Com aplicações financeiras	786	44	23	8
Variações monetárias ativas			22	12
Juros e outras	143	(1)		
	<u>929</u>	<u>43</u>	<u>45</u>	<u>20</u>
	<u>(9.285)</u>	<u>(5.846)</u>	<u>(6.633)</u>	<u>(3.329)</u>
	Consolidado			
	Até 30 de junho de 2011	De 1º de abril a 30 de junho de 2011	Até 30 de junho de 2010	De 1º de abril a 30 de junho de 2010
Despesas financeiras				
Com financiamentos	(22.872)	(12.301)	(21.391)	(10.737)
Cartas de fiança bancária	(788)	(470)	(691)	(67)
IOF e multa e juros sobre tributos	(3.611)	(1.393)	(1.164)	(1.164)
Variações monetárias passivas	(37)	(36)		
Outras despesas financeiras	(2.525)	(1.142)	(6.494)	(2.838)
	<u>(29.833)</u>	<u>(15.342)</u>	<u>(29.740)</u>	<u>(14.806)</u>
Receitas financeiras				
Com aplicações financeiras	2.186	650	523	257
Variações monetárias ativas	2	2	33	13
Juros e outras	282	4	385	178
	<u>2.470</u>	<u>656</u>	<u>941</u>	<u>448</u>
	<u>(27.363)</u>	<u>(14.686)</u>	<u>(28.799)</u>	<u>(14.358)</u>

Notas Explicativas**Desenvix Energias Renováveis S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****21 Despesas com estudos em desenvolvimento**

Os gastos incorridos na elaboração dos estudos de inventário de bacias, de viabilidade e ambientais do aproveitamento hidrelétrico, eólicos e outros, podem ser assim demonstrados:

	<u>Até</u> <u>30 de junho</u> <u>de 2011</u>	<u>De</u> <u>1º de abril a</u> <u>30 de junho</u> <u>de 2011</u>	<u>Até</u> <u>30 de junho</u> <u>de 2010</u>	<u>De</u> <u>1º de abril a</u> <u>30 de junho</u> <u>de 2010</u>
PCH Bonito A	(139)	(139)		
PCH Areado			(1)	
PCH Bonito B	(187)	(6)		
PCH Salto Grande	(173)	(7)		
PCH Pinhalito	(226)	(79)		
EÓLICA Barra dos Coqueiros	(149)	(46)		
Rio Piquiri	(99)		(947)	(260)
PCH Cascudo	(154)	(57)		
PCH Ervalzinho Baixo	(143)	(78)		
PCH Bandeira	(85)	(30)		
PCH Cobre	(92)	(46)		
PCH São Manoel	(150)	(106)		
PCH Rio do Forno	(130)	(130)		
UHE Garibaldi	95	95	(25)	21
UHE Riacho Seco	(1)	(1)		504
UHE São Roque	(209)	(209)	(59)	(58)
UHE Porto Galeano/Torixoréu	(7)	(7)	(12)	(11)
UHE Itapiranga	(18)	(18)	(90)	(27)
UHE Santo Antônio			(127)	(54)
UHE Saudade			(54)	(54)
PCH Sakura	(74)	(74)		
PCH Bom Retiro/Barracão			(17)	(17)
PCH Sossego/Chimarrão	(24)	(24)	(34)	(9)
PCH Larguinha Carinhanha			(63)	(63)
PCH Posses Carinhanha			(61)	(61)
PCH Bonança/Quebrada			(4)	1
PCH Campim Puba Carinhanha			(61)	(61)
Saltinho / Bandeirantes	(62)	(7)	(2)	(2)
Rio da Prata/Canoas/Marombas	(61)	(128)	(41)	(28)
Ceran 2	(20)	(20)	(90)	(90)
BBE - Bioenergia	(170)	(170)		
Usinas Eólicas	(68)	(61)	(2)	(2)
Outros	(45)	171		86
	<u>(2.391)</u>	<u>(1.177)</u>	<u>(1.690)</u>	<u>(185)</u>

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Imposto de renda e contribuição social

(a) Do semestre

A Companhia, assim como as empresas controladas Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda., Monel Monjolinho Energética S.A., Cevix Energias Renováveis S.A. e outras sem operações optaram pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável.

O encargo de IRPJ e CSLL nos semestres findos em 30 de junho podem ser assim demonstrados:

	Consolidado	
	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	3.222	2.034
Diferido	(1.745)	
	<u>1.477</u>	<u>2.034</u>

O encargo de IRPJ e da CSLL, por regime de apuração, nos semestres findos em 30 de junho, pode ser assim demonstrado:

	Consolidado	
	2011	2010
Regime de apuração		
Lucro real		
Imposto de renda	349	48
Contribuição social	132	20
	<u>481</u>	<u>68</u>
Lucro presumido		
Imposto de renda	649	1.271
Contribuição social	347	695
	<u>996</u>	<u>1.966</u>
Total do encargo no exercício	<u>1.477</u>	<u>2.034</u>

O cálculo dos tributos devidos segundo o regime de lucro presumido pode ser assim demonstrado:

	Consolidado			
	2011		2010	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Base de cálculo do lucro presumido				
Receita de venda de energia elétrica	27.707	27.707	61.004	61.004
Receitas financeiras e outras receitas	<u>599</u>	<u>599</u>	<u>504</u>	<u>504</u>
Lucro tributável				
Receita de venda de energia - 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social	2.177	3.265	4.880	7.321
Receitas financeiras e outras - 100%	<u>599</u>	<u>599</u>	<u>504</u>	<u>504</u>
Lucro presumido tributável	<u>2.776</u>	<u>3.864</u>	<u>5.384</u>	<u>7.825</u>
Tributos apropriados ao resultado	<u>649</u>	<u>347</u>	<u>1.271</u>	<u>695</u>

Notas Explicativas**Desenvix Energias Renováveis S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Como mencionado anteriormente a Companhia optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática de lucro real, tendo apurado nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010 prejuízos fiscais, como apresentados a seguir:

	Controladora	
	2011	2010
Prejuízo antes dos tributos	(11.352)	(1.382)
Adições permanentes		1.690
Adições temporárias		
Ajuste ao valor recuperável de ativos	2.483	
Outras adições	220	
Exclusões		
Resultado de participações societárias	(6.156)	(7.649)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da contribuição social	<u>(14.805)</u>	<u>(7.341)</u>

As empresas controladas Enex e Monel apuraram IRPJ e CSLL a pagar no semestre findo em 30 de junho de 2011, nos montantes de R\$ 167 e R\$ 1.172 (2010 - somente ENEX, no montante de R\$ 68), respectivamente.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados pelas alíquotas regulares de 15% para o imposto de renda, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela que exceder a R\$ 240 no ano (no lucro presumido R\$ 60 por trimestre, uma vez que sua apuração é trimestral) e de 9% para a contribuição social.

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social corrente

	Consolidado	
	2011	2010
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(8.861)	1.618
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social e das participações societárias na controladora e controladas, as quais apresentaram prejuízo fiscal no período	20.573	19.348
Lucro não realizado em operações realizadas entre a controladora e as controladas, sem constituição dos tributos diferidos	(100)	(47)
Resultado de participações societárias	<u>1.582</u>	<u>(161)</u>
	<u>10.030</u>	<u>20.758</u>
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	3.411	7.058
Ajuste para cálculo da alíquota efetiva		
Diferença de encargo do imposto de renda e da contribuição social de empresas controladas calculados observando a sistemática de lucro presumido à alíquotas e bases diferenciadas	(1.775)	(5.309)
Outros	<u>(159)</u>	<u>285</u>
Encargo no resultado do período	<u>1.477</u>	<u>2.034</u>

Notas Explicativas**Desenvix Energias Renováveis S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(c) Diferido**

A Companhia possui prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças não dedutíveis ou tributáveis temporariamente na apuração do lucro tributável, como apresentados a seguir:

	Controladora e consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social	22.262	6.106
Despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável	28.583	23.869
Regime Tributário de Transição (RTT)	2.666	
	<u>42.806</u>	<u>40.285</u>
Ajuste de avaliação patrimonial de investimentos classificados como instrumentos financeiros - disponível para venda	<u>42.806</u>	<u>40.285</u>

A composição do imposto de renda e contribuição social diferido ativo e passivo é a seguinte:

	Controladora e consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativo		
Imposto de renda diferido sobre		
Despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável	(9.501)	(8.115)
Regime Tributário de Transição (RTT)	(888)	
Prejuízos fiscais e bases de cálculo negativa da contribuição social	(1.547)	(2.076)
	<u>(11.936)</u>	<u>(10.191)</u>
Passivo		
Imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial de investimentos classificados como instrumentos financeiros - disponível para venda	14.553	13.696
	<u>2.617</u>	<u>3.505</u>

A movimentação do imposto de renda diferido é a seguinte:

	Controladora e consolidado	
	Ativo	Passivo
Em 31 de dezembro de 2010		3.505
Com contrapartida no resultado		
Constituição do imposto de renda diferido ativo	713	
Em 31 de março de 2011	713	3.505
Com contrapartida no resultado		
Constituição do imposto de renda diferido ativo	175	(857)
Constituição de imposto de renda diferido passivo		857
Em 30 de junho de 2011	<u>888</u>	<u>3.505</u>

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os prejuízos fiscais e as bases de cálculo negativas da contribuição social não possuem prazo de prescrição, estando, todavia, sua compensação limitada a 30% dos lucros tributáveis futuros apurados anualmente.

(d) Regime Tributário de Transição (RTT)

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de Lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando neutralidade tributária. O regime foi optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (a) aplicação ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (b) manifestação da opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia e sua empresa controlada ENEX optaram pela adoção do RTT em 2008. Consequentemente, para fins de apuração das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram utilizadas as prerrogativas definidas no RTT. A partir de 2010, a adoção do RTT passou a ser obrigatória, para a Companhia e suas empresas controladas ENEX e Monel (até 2010 optou pela sistemática de lucro presumido).

23 Seguros e garantias

(a) Desenvix Energias Renováveis S.A.

A Companhia contratou cartas de fiança bancária, em garantia de financiamentos (FINEP), ação judicial em curso (Nota 8) e outras, no montante total de R\$ 47.032. Adicionalmente, a Companhia mantém seguros garantia com prazos de cobertura diversos, os quais são normalmente requeridos para participação em leilões ou para garantia na construção de usinas de leilões vencidos pelo Grupo, no montante total de R\$ 29.116.

A Companhia, considerando a natureza de suas operações, não contrata outras modalidades de seguros.

(b) Esmeralda S.A., Santa Laura S.A. e Santa Rosa S.A.

A Companhia contratou apólice de seguro coletiva de risco operacional, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência até julho de 2011, tendo como limite máximo de indenização para danos materiais (para as três PCHs), o montante de R\$ 100.000.

A cobertura de seguro contratada tem os seguintes sublimites: R\$ 15.000 para quebra de máquinas, R\$ 5.000 para vendaval até fumaça, R\$ 1.500 para despesas de desentulho, R\$ 1.500 para pequenas obras de engenharia, R\$ 2.000 para erros e omissões, R\$ 1.500 para despesas extraordinárias, R\$ 1.500 para inclusões/exclusões de bens/locais, entre outras, R\$ 28.799 para obras civis, R\$ 20.021 para barragem e R\$ 1.977 para linhas de transmissão. A Santa Laura S.A. contratou carta de fiança bancária, como requerida pelas condições previstas no contrato de financiamento firmado com o BNDES (Nota 12). Adicionalmente, a Esmeralda S.A. mantém apólice de seguro de responsabilidade civil geral, com vigência até 12 de julho de 2011, com importância segurada de R\$ 2.000.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Moinho S.A.

Seguro de riscos de engenharia para as obras civis em construção e instalação e montagem relativas à implantação da usina, com vigência até 4 de outubro 2011, com o valor dos seguintes riscos declarados: obras civis R\$ 32.249; instalações e montagens - R\$ 28.175; gerenciamento R\$ 2.900. O limite máximo de garantia da apólice totaliza R\$ 63.324.

Adicionalmente, mantém apólice de seguro de responsabilidade civil geral, com vigência até 4 de outubro de 2011, com importância segurada de R\$ 3.000, com limites máximos de indenização.

(d) Monel Monjolinho Energética S.A.

Seguro de riscos de engenharia para as obras civis em construção e instalação e montagem relativas à operação da usina. A vigência da apólice teve início em 12 de julho de 2010 e vencimento em 12 de julho de 2011, para obras civis em construção, instalação, montagem e testes, com o valor dos seguintes riscos declarados: (i) obras civis e construção - R\$ 168.222; (ii) instalação e montagem - R\$ 46.308. O limite máximo de garantia da apólice totaliza R\$ 214.531.

Com o início da operação comercial das unidades geradoras a partir de setembro de 2009, a empresa contratou o seguro de riscos operacionais, incluindo quebra de máquinas, com vigência até 12 de julho de 2011, com o valor dos seguintes riscos declarados: (i) obras civis - R\$ 147.006; e (ii) equipamentos - R\$ 67.525. O limite máximo de indenização para danos materiais totaliza R\$ 135.000, tendo os seguintes sublimites de indenização: (i) quebra de máquinas - R\$ 84.055; (ii) desmoroamento - R\$ 37.952; entre outras.

(e) Passos Maia Energética S.A.

Seguro de riscos de engenharia para as obras civis em construção e instalação e montagem relativas à implantação da usina, com vigência até 19 de dezembro de 2012, com o valor dos seguintes riscos declarados: obras civis em construção - R\$ 45.695; equipamentos - R\$ 25.763; sistema de transmissão - R\$ 10.000; instalação, montagem e comissionamento - R\$6.400; entre outras. O limite máximo de garantia da apólice totaliza R\$ 96.488.

Adicionalmente, mantém apólice de seguro de responsabilidade civil geral, com vigência até 19 de dezembro de 2011, com importância segurada de R\$ 100.203, com limites máximos de indenização de R\$ 2.400.

(f) Enercasa

Seguro de riscos de engenharia para as obras civis em construção e instalação e montagem relativas à implantação da usina, com vigência até 1º de outubro de 2011, com o valor dos seguintes riscos declarados: obras civis em construção - R\$ 4.123; equipamentos - R\$ 33.654; sistema de transmissão - R\$ 1.000; instalação, montagem e comissionamento - R\$ 7.150; entre outras. O limite máximo de garantia da apólice totaliza R\$ 62.136.

Adicionalmente, mantém apólice de seguro de responsabilidade civil geral, com vigência até 1º de outubro de 2011, com valor de garantia de R\$ 3 para responsabilidade civil, responsabilidade civil cruzada, fundações e erro de projeto, R\$ 500 para danos morais e R\$ 1.000 para responsabilidade civil do empregador.

24 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas empresas controladas não possuem operações com instrumentos financeiros

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

não refletidas nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2011, assim como não realizaram operações com instrumentos financeiros derivativos (*swap*, troca de moedas ou indexadores, *hedge*, entre outras).

A Companhia e suas empresas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

24.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

Em 30 de junho de 2011, o Grupo Desenvix não possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, não existindo, assim, exposição a esse risco.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco associado é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Desenvix tem pactuado contratos de financiamentos com taxas de juros indexadas pela TJLP, monitorando continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de *hedge* para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de crédito

As vendas de serviços e de energia elétrica são realizadas, substancialmente, com partes relacionadas, no caso da controladora, e com a Eletrobras e empresas de grande porte, no caso das empresas controladas, baseadas em contratos firmados e homologados pela ANEEL. O risco de crédito decorre também de depósitos em bancos e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades com *rating* mínimo "A".

As informações sobre a qualidade do crédito dos ativos financeiros estão descritas na Nota 24.3.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez e o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área de Tesouraria.

Adicionalmente, e como mencionado na Nota 1, a sociedade controladora admitiu um novo acionista em 2010, que realizou aporte de capital, com vistas a expansão dos negócios da Companhia e equalização de seu capital de giro.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados e correspondem as expectativas da administração de desembolsos futuros baseados em premissas de taxas de juros na data dessas demonstrações financeiras.

	Controladora				Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
Em 30 de junho de 2011								
Fornecedores	2.917				74.188			
Financiamentos	146.006	14.689			194.737	133.952	116.530	348.854
Partes relacionadas	76.989				62.884			
Contas a pagar por aquisição de terras	2.529				4.217			
Concessões a pagar					5.493	10.986	10.986	160.456
Em 31 de dezembro de 2010								
Fornecedores	761				42.478			
Financiamentos	21.701	17.523			80.609	127.682	99.979	289.325
Partes relacionadas	5.146				909			
Contas a pagar por aquisição de terras	2.646				4.972			
Concessões a pagar					5.943	10.986	10.986	162.775

A Companhia entende não haver riscos significativos de liquidez, uma vez que estão em curso ações para captar recursos adicionais via dívidas de longo prazo ou captação de instrumentos de patrimônio ou de dívida junto a investidores estratégicos.

(d) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de financiamento firmados com o BNDES (Nota 12), as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A administração monitora regularmente estes índices financeiros, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Análise de sensibilidade

Nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, demonstramos, a seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 30 de junho de 2011, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

(i) Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado nas tabelas abaixo e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apuramos o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados.

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as demonstrações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às demonstrações financeiras por conta de variações nos cenários econômicos.

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus do Banco Central do Brasil (BACEN), na data de 30 de junho de 2011, para cada uma das variáveis indicadas. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2011.

A Desenvix e suas controladas não possuem posições compradas ou vendidas no mercado de derivativos.

(ii) Fator de risco juros

		Variações adicionais no saldo contábil (*)					
Fator de risco	Valores expostos em 30 de junho de 2011	(50)%	(25)%	Cenário provável	25%	50%	
Empréstimos e financiamentos	CDI	(137.417)	(4.203)	(6.305)	(8.407)	(10.509)	(12.610)
Aplicações financeiras	CDI	17.057	522	783	1.044	1.304	1.565
Impacto líquido	CDI	<u>(120.360)</u>	<u>(3.681)</u>	<u>(5.522)</u>	<u>(7.363)</u>	<u>(9.205)</u>	<u>(11.045)</u>
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(400.079)	(5.913)	(8.870)	(11.827)	(14.783)	(17.740)
Aplicações financeiras	TJLP						
Impacto líquido	TJLP	<u>(400.079)</u>	<u>(5.913)</u>	<u>(8.870)</u>	<u>(11.827)</u>	<u>(14.783)</u>	<u>(17.740)</u>
Taxas consideradas - % ao ano	CDI	12,50	3,06	4,59	6,12	7,65	9,18
Taxas consideradas - % ao ano	TJLP	6,00	1,48	2,22	2,96	3,70	4,43

(*) As variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2011.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As variações descritas acima são igualmente aplicáveis ao patrimônio líquido e ao resultado.

(f) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, contas a pagar por aquisição de terras, concessões a pagar e partes relacionadas pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, esteja próxima de seus valores justos.

O valor justo das aplicações financeiras restritas (Nota 7) e dos financiamentos (Nota 12), aproxima-se do seu valor contábil.

O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- (i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- (ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- (iii) Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela seguinte apresenta os ativos financeiros mensurados pelo valor justo:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>Nível 2</u>	
	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Ativos		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Participações societárias minoritárias	67.265	64.744

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.2 Instrumentos financeiros por categoria

Consolidado				
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Total
30 de junho de 2011				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	6.459	10.561		17.020
Contas a receber de clientes		13.774		13.774
Partes relacionadas		31.359		31.359
Outros ativos		2.532		2.532
Aplicação financeira restrita	17.057			17.057
Investimentos			67.265	67.265
	<u>23.516</u>	<u>56.929</u>	<u>67.265</u>	<u>147.710</u>
Consolidado				
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível para venda	Total
31 de dezembro de 2010				
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	48.509	9.163		57.672
Contas a receber de clientes		28.107		28.107
Partes relacionadas		26.379		26.379
Aplicação financeira restrita	18.139			18.139
Investimentos			64.744	64.744
	<u>66.648</u>	<u>63.649</u>	<u>64.744</u>	<u>195.041</u>
Consolidado				
	Outros passivos financeiros			
30 de junho de 2011				
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Fornecedores				74.188
Financiamentos				537.496
Partes relacionadas				62.884
Contas a pagar por aquisição de terras				4.217
Concessão a pagar				72.706
				<u>751.491</u>
31 de dezembro de 2010				
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Fornecedores				24.211
Financiamentos				399.012
Partes relacionadas				19.176
Contas a pagar por aquisição de terras				4.972
Concessão a pagar				72.651
				<u>520.022</u>

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.3 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Contas a receber				
Contrapartes com classificação externa de crédito				
AAA				19.630
BBB			6.420	
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Grupo 2	26	6.416	7.324	8.227
Partes relacionadas				
Grupo 2	244.295	174.318	31.390	26.629
Total de contas a receber e partes relacionadas	<u>244.321</u>	<u>180.734</u>	<u>45.134</u>	<u>54.486</u>

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira restrita				
AAA	4.543	38.703	34.074	75.379
A	3	432	3	432
	<u>4.546</u>	<u>39.135</u>	<u>34.077</u>	<u>75.811</u>

- . Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses) - não aplicável.
- . Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.
- . Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado. Todas as inadimplências foram totalmente recuperadas - não aplicável.

25 Outros riscos operacionais

(a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo poder concedente. As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

(b) Risco de não prorrogação da autorização ou concessão

As empresas controladas possuem, no caso da PCHs, autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, sem nenhum pagamento pelo uso do bem público, assim como possui contrato de concessão para a UHE Monel, com pagamento pelo uso do bem público (Nota 1). Caso a prorrogação da autorização, ou do contrato de concessão, não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para as empresas, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização ou concessão hoje outorgada às empresas controladas será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

26 Contingências

As contribuições previdenciárias e demais encargos sociais e os tributos incidentes sobre as receitas e outros, bem como as declarações de rendimentos da Companhia e de suas empresas controladas, estão sujeitas a revisão e aceitação final pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo e a eventuais lançamentos adicionais.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e suas empresas controladas estão sujeitas a leis e regulamentações federais, estaduais e municipais, relativas ao meio ambiente, adotando como política o adequado cumprimento das mesmas. Dessa forma, a administração não prevê custos de reparação ou de multas de qualquer natureza.

As licenças de operação indicam determinadas condições e restrições quanto a questões relacionadas ao meio ambiente que estão sendo observadas e atendidas pela Companhia e suas empresas controladas.

A Companhia e suas empresas controladas não têm contingências consideradas como de perda provável.

Uma síntese dos principais processos com perda estimada como possível está mencionada a seguir:

(a) Desenvix S.A.

- (i) A Companhia é parte integrante da ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Federal, relacionada com a obtenção das licenças ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no montante de R\$ 1,3 bilhão. Os consultores jurídicos indicam como possível a chance de êxito nessa questão, uma vez que: (i) existe a possibilidade de o processo ser extinto sem julgamento do mérito; (ii) em caso de insucesso, o prejuízo consistirá na anulação das licenças ambientais, bem como o ressarcimento, em caráter solidário, de todos os danos causados ao Poder Público, em especial das quantias pagas pela Eletrobras pela compra antecipada da energia a ser gerada pelas usinas e de financiamento contratado com o BNDES; ocorre, todavia, que as empresas não receberam nenhuma quantia da Eletrobras, assim como não obtiveram o financiamento do BNDES; (iii) a Companhia não participou da emissão de nenhuma das licenças ambientais sob suspeita de fraude; (iv) quando do ingresso da Companhia no negócio, as licenças já haviam sido expedidas, sendo o processo de licenciamento conduzido por outras empresas citadas no processo, como admite o próprio autor da ação; (v) a participação da Companhia limitou-se à análise técnica dos projetos, não tendo ela como saber das supostas irregularidades, porque as licenças têm fé pública e a Eletrobras e a Fundação do Meio Ambiente ("FATMA"), depois de investigarem a existência de eventuais irregularidades na expedição das mesmas, nada encontraram; e (vi) finalmente destacam que para condenação da Companhia como beneficiária da suposta fraude, teria o Ministério Público que provar má-fé e dolo, além do prejuízo causado ao erário e o enriquecimento ilícito, coisa que não o fez.
- (ii) Ação de execução de título extrajudicial para cobrança de parcelas relativas a integralização de capital em empresa coligada está comentada na Nota 8(c).

(b) Moinho S.A.

Duas ações reivindicatórias de propriedade de terras estão sendo movidas pela, ou contra a empresa. Os assessores jurídicos responsáveis pelo acompanhamento das referidas ações indicam como provável as expectativas de ganho nessas questões. Os montantes correspondentes as ações movidas pela Moinho S.A. estão depositados em juízo, os quais estão contabilizados como custo de aquisição das terras, estando em discussão a adequação dos montantes indenizados. Adicionalmente, nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras, uma vez que pagamentos realizados decorrentes de acordos ou de eventual condenação serão considerados como custo de aquisição do imobilizado (terras).

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Monel Monjolinho Energética S.A.

(i) Ação civil pública

Em 8 de maio de 2009, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública, tendo a Fundação Nacional do Índio ("Funai") posteriormente aderido ao pólo ativo da ação, requerendo em sede de liminar a declaração de nulidade da licença de operação expedida pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental ("FEPAM") e a paralisação do enchimento do reservatório, por haver risco de conflito entre índios e não índios; entretanto, antes mesmo da publicação da decisão liminar, a Monel Monjolinho Energética S.A. firmou o Termo de Acordo com a Funai, no qual esta se comprometeu a desistir do agravo de instrumento, não colocando empecilho à entrada em operação do empreendimento e, dessa forma, o enchimento do reservatório, que já era irreversível, foi concluído com a ciência e anuência da Funai.

Em 12 de dezembro de 2009, foi firmado "Termo de Compromisso" entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e a Funai, no qual a Monel Monjolinho Energética S.A. comprometeu-se a adquirir equipamentos para a Comunidade Indígena Votouro (dois tratores agrícolas, uma carreta agrícola, uma plantadeira com quatro linhas de milho e seis linhas de soja e uma grade aradora com comando hidráulico) e Comunidade Indígena Guarani Votouro (um trator agrícola e uma plantadeira com quatro linhas de milho e seis linhas de soja), com custo estimado em 31 de dezembro de 2009 de R\$ 450. Adicionalmente, para a Comunidade Indígena Votouro e para a Comunidade Indígena Guarani Votouro, são devidos os montantes de R\$ 1.700 e R\$ 450, a serem pagos mediante antecipação de R\$ 215 e R\$ 15, e o saldo remanescente em 27 e 29 parcelas anuais a partir de junho de 2010, respectivamente, corrigidas pela variação do IGP-M. Em 30 de junho de 2011 a provisão constituída totaliza R\$ 2.605 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 2.344), apresentada nos passivos circulante e não-circulante, na rubrica "Indenizações a pagar".

(ii) Ações de instituição de serviços administrativas, desapropriação, usucapião e outras

Ações de usucapião, reivindicatória de propriedade de terras, reassentamento com indenização, inventário e outras estão sendo movidas pela ou contra a empresa. Os assessores jurídicos responsáveis pelo acompanhamento das referidas ações indicam as seguintes expectativas de êxito nessas questões em 30 de junho de 2011: (i) ações movidas pela empresa, no montante de R\$ 375; e (ii) ações movidas contra a empresa - R\$ 1.716 como perda possível e R\$ 2.252 como perda provável. Os montantes correspondentes as ações movidas pela empresa estão depositados em juízo, os quais estão contabilizados como custo de aquisição das terras, estando em discussão a adequação dos montantes

indenizados. Adicionalmente, nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras, uma vez que pagamentos realizados decorrentes de acordos ou de eventual condenação serão considerados como custo de aquisição do imobilizado (terras).

(iii) Ação cautelar ajuizada em caráter preparatório de procedimento arbitral

Em outubro de 2009, o cliente privado ("contratante") ingressou em juízo (ação cautelar ajuizada em caráter preparatório de procedimento arbitral) solicitando a suspensão parcial da exigibilidade dos créditos oriundos do contrato de compra e venda de energia, com pedido de autorização para depositar em juízo as diferenças entre o valor do contrato e o valor pago pela contratante.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Inicialmente foi obtida liminar, a qual foi posteriormente cassada em decisão proferida em agravo de instrumento interposto pela empresa, estando ainda pendente de apreciação o pedido feito pela empresa para levantamento dos depósitos judiciais realizados pela contratante.

Em novembro de 2009, foi iniciado o procedimento arbitral, onde a contratante solicita revisão do contrato de compra e venda de energia elétrica, com a redução do preço de aquisição de energia, fixando assim um parâmetro adequado e equânime para ambas as partes, condizente com a atual realidade de mercado relativa ao preço de energia elétrica.

Em janeiro de 2011, a ação foi julgada (sentença arbitral) favorável à Companhia, sendo liberados os correspondentes depósitos judiciais (Nota 6).

(d) Santa Laura S.A.

Ação de indenização por danos materiais com pedido de lucros cessantes está sendo movida contra a empresa, pela qual o autor (posseiro) pleiteia o montante de R\$ 34 de indenização decorrente de desapropriação (área de 32.000 metros quadrados, parte de um todo maior de 5 ha), assim como lucros cessantes no valor a ser definido no futuro com base na cotação de determinado produto agrícola (144 sacas de milho ao ano), ambos acrescidos de juros compensatórios de 12% ao ano e juros de mora de 6% ao ano. Os consultores jurídicos responsáveis pelo acompanhamento da referida ação, indicam como possíveis as chances de êxito nessa questão e, por esse motivo, nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras. Outras ações movidas contra a empresa, decorrentes de desapropriação de terras, estão mencionadas na Nota 9.

(e) Santa Rosa S.A.

A empresa é parte envolvida em ação cível de indenização por danos morais e materiais e pensão vitalícia por morte em acidente do trabalho. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, assim como nos contratos firmados de empreitada, entende que a responsabilidade pelo pagamento decorrente de eventual condenação é de responsabilidade das empresas contratadas e, por consequência, nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras para fazer face a eventual pagamento futuro decorrente de desfecho desfavorável nessa questão.

Outra ação em curso, decorrente de desapropriação de terras, está mencionada na Nota 9.

27 Combinação de negócios e aquisição de controle conjunto

(a) Passos Maia Energética S.A.

Em 17 de setembro de 2009 a Companhia e a Adami S.A. Madeiras celebraram o "Contrato de cessão de direitos de subscrição de ações e outras avenças sujeito a condição", pelo qual a Adami cedeu à Companhia o direito de subscrever ações representativas de 50% do capital social da Passos Maia Energética S.A. O preço pago pela aquisição de 50% do capital social pela Companhia foi de R\$ 13.634, resultando desta forma em um controle em conjunto com a Adami S.A. sob a Passos Maia Energética S.A.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme previsto no referido contrato, a aquisição da participação societária da Adami S.A. pela Companhia estava condicionada, independentemente de qualquer outra formalidade, a publicação no diário oficial da anuência prévia da ANEEL em relação aos termos propostos, em especial no tocante a cessão dos direitos de subscrição de ações da Passos Maia para a Companhia. A referida autorização por parte da ANEEL ocorreu mediante Resolução Autorizativa nº 3.385/2010, de 11 de maio de 2010.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para a Passos Maia Energética S.A. e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

	<u>Valor de livros</u>	<u>Valor justo na data da aquisição</u>
Ativo circulante	1	1
Ativo imobilizado	8.606	8.606
Intangível - direito de outorga		3.541
Passivo circulante	<u>(2.148)</u>	<u>(2.148)</u>
Ativo líquido	<u>6.459</u>	<u>10.000</u>
Preço de compra	<u>10.000</u>	<u>10.000</u>

A diferença entre o valor pago pela aquisição e o valor justo de 50% dos ativos e passivos da Passos Maia Energética S.A. de R\$ 3.541 está apresentado em conta específica do balanço patrimonial da Companhia, sendo atribuída a mais valia da autorização concedida pela ANEEL para instalação de pequena central hidrelétrica para geração de energia elétrica.

No consolidado, conforme mencionado na Nota 10, o ajuste ao valor justo da concessão está registrado no ativo intangível.

(b) Enercasa - Energia Caiuá S.A.

Em 13 de abril de 2009, a Companhia adquiriu participação societária na Enercasa - Energia Caiuá S.A. ("Enercasa"), passando a deter 50% do capital social da Enercasa, a qual foi constituída para projetar, construir, operar e comercializar a energia de um sistema integrado de cogeração a partir da biomassa (bagaço de cana e outras) nos termos da Portaria ANEEL nº 89, de 20 de fevereiro de 2009.

Em 25 de fevereiro de 2010, considerando que a Enercasa não deu início ao projeto de construção da usina, resultando, dessa forma, em atraso no fornecimento de energia nos termos dos contratos firmados com a ANEEL e CCEE, a Companhia e a Decasa - Destilaria de Alcool Caiuá S.A. ("Decasa") firmaram Contrato de Cessão de Participação Societária pelo qual a Decasa transferiu para a Companhia sua participação societária na Enercasa, correspondente a 50% do capital social, mediante assunção por parte da Companhia dos passivos existentes na adquirida na data da transação.

Conforme previsto no referido contrato, a aquisição da participação societária na Enercasa pela Companhia estava condicionada, independentemente de qualquer outra formalidade, a publicação no diário oficial da anuência prévia da ANEEL em relação aos termos propostos. A referida

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

autorização por parte da ANEEL ocorreu mediante Resolução Autorizativa nº 2.791, de 22 de fevereiro de 2011.

Não foi aplicado o Pronunciamento de Combinação de Negócios (CPC 15), uma vez que na essência, tal situação representou, como mencionado na Nota 8(c), a descontinuidade do projeto inicial e o início de um novo projeto de construção da UTE (usina de biomassa), onde a Companhia terá um novo parceiro no empreendimento, assim como a construção da usina será em outro local e com características e capacidade diferentes do projeto inicial, entre outras circunstâncias. Em decorrência, as perdas complementares decorrentes da descontinuidade do projeto anterior foram provisionadas em 31 de março de 2011.

(c) Linhas de transmissão - MGE Transmissão S.A. e Goiás Transmissão S.A.

Como mencionado na Nota 1(a)(ii), a ANEEL, em 10 e 15 de março de 2011, emitiu as Resoluções Autorizativas nºs 2.792 e 2.816, aprovando as transferências das ações detidas pela Engevix Engenharia S.A. da MGE Transmissão S.A. e da Goiás Transmissão S.A. (empresas em início de operação) para a Companhia. Considerando que a Engevix Engenharia S.A. é parte relacionada da Companhia, estando as duas entidades sob controle comum, não foi aplicado o método de aquisição para contabilização da transação (CPC 15 - "Combinação de Negócios").

Considerando a participação de 25,5% mantida pela Companhia e a estrutura de governança das entidades onde a Companhia tem poder para indicação de membros do Conselho de Administração, os investimentos foram classificados como investimentos em coligadas e contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, a partir da data da anuência da ANEEL.

(d) Energen - Energias Renováveis S.A.

Em 21 de janeiro de 2011 a Companhia e a JP Participações Ltda. assinaram contrato de compra e venda de ações da ENERGEN - Energias Renováveis S.A., empresa que possui autorização do Ministério de Minas e Energia para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL- Barras dos Coqueiros, localizada no município de Barra dos Coqueiros, estado de Sergipe. Após a celebração do contrato, a Companhia passou a deter 88,33% das ações da Energen, sendo o restante pertencente à acionista Água Quente S.A. Em 10 de maio de 2011, a ANEL, por meio da Resolução Autorizativa 2.880/2011, anuiu a transferência do controle da Energen - Energias Renováveis S.A. Considerando o estágio atual do projeto e que, sob a ótica contábil, o projeto não constituiu um negócio, a transação foi tratada como aquisição de ativos e passivos.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir resume os ativos adquiridos e passivos relacionados na data da transação:

	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	7
Partes relacionadas	14.099
Intangível - direito de autorização	7.061
Imobilizado	319
Fornecedores	(205)
Impostos e contribuições	(211)
Ativos líquidos	<u>(21.070)</u>

De acordo com o contrato de compra e venda de ações firmado entre a Companhia e a JP Participações Ltda., a Companhia está sujeita ao pagamento de um bônus de performance de até R\$ 4.000, que está vinculado a liberação de certos empréstimos e ao atingimento de montantes de geração de energia elétrica após o fechamento do primeiro quadriênio pós-implantação.

28 Resultado por ação - prejuízo básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido, ou prejuízo, disponível aos acionistas pela quantidade média de ações em circulação durante o exercício; já o resultado por ação diluído é calculado de maneira similar ao resultado básico por ação, exceto pelo fato de que as quantidades de ações em circulação são ajustadas para refletir as ações adicionais que estariam em circulação caso as transações com potencial efeito de diluição tivessem sido emitidas durante o exercício.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	(10.495)	(1.505)
Quantidade de ações em circulação ao final do exercício (milhares)	100.000	3.743
Prejuízo por ação	<u>(0,1049)</u>	<u>(0,4021)</u>
	Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	(10.338)	(676)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	100.000	3.743
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária	<u>(0,1034)</u>	<u>(0,1806)</u>

Conforme mencionado na Nota 1(c)(v), em outubro de 2010 foi aprovado o grupamento de ações da Companhia.

Ações em circulação, conforme norma aplicável, referem-se ao total de ações emitidas pela Companhia excluídas aquelas mantidas em tesouraria, quando aplicável.

A quantidade média ponderada de ações foi ajustada retrospectivamente para cálculo do lucro por ação.

29 Transição para o IFRS e CPCs

29.1 Base de transição

29.1.1 Aplicação do IFRS 1/CPC 37

A Companhia divulgou em 31 de dezembro de 2010 as primeiras demonstrações financeiras anuais que contemplam os IFRS, emitidos pelo IASB. A Companhia aplicou o IFRS 1/CPC 37, "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade" e CPC 43 (R1), "Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41" na preparação daquelas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia definiu 1º de janeiro de 2009, como a data de transição para IFRS.

A prática contábil anterior utilizada pela Companhia eram as práticas contábeis adotadas no Brasil. As reconciliações do patrimônio líquido e do resultado divulgados de acordo com a prática anterior utilizada em 30 de junho de 2010 com os saldos em IFRS estão apresentados adiante.

As políticas contábeis determinadas na Nota 2 foram aplicadas na preparação das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e para os trimestres findos em 31 de

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

março em 30 de junho de 2011. As informações do trimestre findo em 31 de março e em 30 de junho de 2010, apresentadas anteriormente de acordo com as práticas contábeis anteriores, foram ajustadas e estão sendo apresentadas de acordo com os CPC/IFRS.

Na preparação daquelas demonstrações financeiras de acordo com o IFRS 1, CPC 37 e CPC 43 (R1) a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais do período retrospectivo na aplicação dos IFRS, conforme requerido nos pronunciamentos.

29.1.2 Aplicação das isenções no período retrospectivo eleitas pela Companhia

IFRS 1/CPC 37 permite a primeira adoção de certas isenções dos requerimentos gerais incluso nos IFRS. A Companhia optou em aplicar as seguintes exceções:

(a) Combinação de negócios

A Companhia não realizou aquisição de empresas ou combinação de negócios antes de 1º de janeiro de 2009.

(b) Contratos de concessão e autorização

A Companhia analisou seus contratos de concessão ou autorização de geração, bem como os de venda de energia elétrica e concluiu que os mesmos estão fora do alcance da ICPC 01 e da OCPC 05 (IFRIC 12); em decorrência, e como requerido nas referidas interpretação e orientação, a Companhia aplicou o CPC 27 - Ativo imobilizado.

(c) Outras isenções não aplicáveis ao Grupo

As seguintes isenções não são aplicáveis ao Grupo: (a) Custo de empréstimos; (b) Transação de pagamento baseado em ações; (c) Contratos de seguros; (d) Valor justo do custo atribuído; (e) Ajustes acumulados de conversão; (f) Ativos e passivos de controladas; (g) Instrumentos financeiros compostos; (g) Designação de instrumentos financeiros previamente reconhecidos; (h) Ativos e passivos financeiros a valor justo, (i) Mudanças em passivos por desativação, restauração e outros passivos similares incluídos no custo do imobilizado; (j) Transferência de ativos de clientes; (k) Extinção de passivos financeiros com instrumentos de equivalência; (l) Benefícios e empregados.

29.1.3 Exceções à aplicação retrospectiva adotadas pela Companhia

A Companhia aplicou as seguintes exceções obrigatórias na aplicação retrospectiva:

(a) Estimativas

As estimativas segundo os IFRS/CPCs em 31 de dezembro de 2009 e em 31 de março de 2010 são consistentes com as estimativas utilizadas nas mesmas datas segundo práticas adotadas anteriormente pela Companhia. Não há evidência que estas estimativas apresentavam erros.

(b) Baixa de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros baixados antes de 1º de janeiro de 2009 não foram reconhecidos novamente para IFRS/CPCs. A aplicação desta exceção não tem impacto significativo nestas

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

demonstrações financeiras.

(c) Participação de não controladores

A Companhia aplicou prospectivamente à data da transição para IFRS/CPCs o requerimento do IAS 27/ CPC 36 (R1) "Demonstrações Consolidadas", atribuindo parcela do resultado do período aos não controladores; e para a contabilização de mudanças na participação da controladora com relação a uma subsidiária.

29.2 Explicação dos efeitos de transição para IFRS

(a) Uso do bem público

A controlada Monel, quando da assinatura do Contrato de Concessão, assumiu perante a União obrigação relativa à outorga da concessão, a título de "Uso do Bem Público", sendo a referida obrigação atualizada anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

Até 31 de dezembro de 2009, a controlada registrava as despesas de outorga na demonstração do resultado conforme vencimento contratual. De acordo com as novas práticas, a obrigação pelo uso do bem público, descontada a valor presente de acordo com as taxas de captação da controlada, foi reconhecida na data de assinatura do contrato como contas a pagar e tendo como contrapartida um ativo intangível relacionado ao direito de explorar a concessão.

(b) Depreciação pelo prazo de concessão

O contrato de concessão da controlada Monel e as autorizações concedidas às controladas estão sob a égide do Decreto nº 2003 de 1996. Em função de todas as discussões jurídicas e possíveis conflitos existentes entre (i) a redação da Lei de Concessões; (ii) interpretações do próprio decreto; e (iii) a forma como os contratos de concessão ou das autorizações foram redigidos, a Companhia conservadoramente procedeu aos ajustes nas respectivas taxas de depreciação de modo que o ativo imobilizado relacionado ao projeto básico seja depreciado pela vida útil dos bens, limitada ao prazo de vencimento da concessão ou da autorização, à partir de 1º de janeiro de 2010.

(c) Provisão para custos socioambientais

Os custos socioambientais são registrados no custo do imobilizado no momento que a obrigação surge, conforme definição do CPC 25, "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":

· "Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos".

Considerando que, até a entrada em operação comercial da UHE e das PCHs, o Grupo obtém todas as licenças ambientais de instalação e operação e, conseqüentemente, tem uma obrigação presente de cumprir as obrigações nela constantes para poder operar, que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina) e que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisionou todos os custos socioambientais nos passivos circulante e não circulante e incorporou tal custo no ativo imobilizado nos momentos que as usinas foram concluídas.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Até 31 de dezembro de 2008, as participações societárias mantidas na Ceran e Dona Francisca eram avaliadas ao custo. A Companhia classificou estes investimentos como instrumentos financeiros

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

disponíveis para venda, uma vez que a Companhia não possui controle ou influência significativa sobre as referidas investidas, assim como por não atenderem às características das outras categorias previstas no CPC 38. Essas participações estão apresentadas na conta de investimentos, no ativo não circulante. As variações no valor justo dos investimentos classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio. Os dividendos decorrentes destes investimentos são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber pagamentos.

(e) Imposto de renda e contribuição social

Os tributos diferidos passivos estão representados pelos efeitos decorrentes da contabilização do ajuste de avaliação patrimonial dos ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 8(a)), ajuste esse necessário no processo de transição para os CPCs/IFRS, tendo como contrapartida o patrimônio líquido.

Em decorrência do registro contábil da referida obrigação, foi também reconhecido o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável (Nota 22(c)). Com relação aos demais ajustes da adoção do CPCs/IFRS, não foram contabilizados os correspondentes tributos diferidos, uma vez que esses ajustes foram originados nas investidas que optaram pela apuração do seu resultado tributável pela sistemática de lucro presumido.

(f) Resultado

Foram registrados impactos decorrentes da adoção dos seguintes CPCs: (i) reconhecimento da amortização do intangível das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25; (ii) reconhecimento da amortização do intangível referente ao direito de concessão de uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38; (iii) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação pela adoção do CPC 25; (iv) reconhecimento de ajuste a valor presente e atualização monetária das obrigações relacionadas ao uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38.

(g) Resultados acumulados

Exceto pelas reclassificações, todos os ajustes descritos acima foram registrados em contrapartida dos resultados acumulados em 1º de janeiro de 2009.

(h) Lucro por ação

De acordo com a norma brasileira, o lucro líquido (prejuízo) por ação era apenas apresentado nas demonstrações financeiras da controladora e não era apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas. O lucro líquido (prejuízo) por ação é calculado com base no número de ações em circulação no final do exercício.

De acordo com os IFRS/CPCs, o lucro por ação passou a ser apresentado com base na média ponderada das ações em circulação durante o exercício, excluindo ações em tesouraria. O resultado por ação diluído também passou a ser apresentado, levando em consideração o efeito potencial decorrente de opções de ações que podem diluir o resultado pelo aumento da quantidade de ações.

Notas Explicativas

Desenvix Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Reclassificações

De acordo com as práticas contábeis brasileiras vigentes anteriormente, a participação de não controladores era apresentada em rubrica específica no balanço patrimonial, fora do patrimônio líquido.

De acordo com a nova norma, as participações de não controladores são apresentadas no balanço patrimonial, no patrimônio líquido.

29.2.2 Reconciliações

(a) Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado do período findo em 30 de junho de 2010

	Controladora		Consolidado	
	Resultado	Patrimônio líquido	Resultado	Patrimônio líquido
Saldos anteriormente apresentados	36.260	256.583	38.366	292.623
Ajustes de equivalência patrimonial				
Decorrente de lucros não realizados de serviços prestados pela controladora para as controladas	48	(6.730)		
Ajuste de avaliação patrimonial		36.470		36.470
Imposto de renda diferido, líquido		(3.786)		(3.786)
Depreciação e amortização de controladas	(4.683)	(4.683)	(5.418)	(5.418)
Decorrente de custos provisionados nas controladas para atendimento da licença de operação e UBP	(229)	(424)	(328)	(490)
Reconhecimento do ativo intangível e da obrigação apagar decorrente do direito de outorga – UBP	(4.070)	(4.907)	(4.709)	(5.678)
Ganho de capital - variação no percentual de participação	(28.831)		(28.831)	
Baixa do ativo diferido			244	(1.441)
Saldos ajustados pelos novos CPCs/IFRS	<u>(1.505)</u>	<u>272.523</u>	<u>(676)</u>	<u>312.280</u>

